CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CRESCER E VIVER ENTRE MÁQUINAS DE GUERRA:

Racismo e Necropolítica na formação educacional em territórios de favela.

DOUGLAS AVELINO DE SOUZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-raciais.

Orientadora: Profª Drª Fátima Lima

RIO DE JANEIRO
NOVEMBRO/2021

CRESCER E VIVER ENTRE MÁQUINAS DE GUERRA:

Racismo e Necropolítica na formação educacional em territórios de favela.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Relações Étnico-Raciais.

Douglas Avelino de Souza

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professora Drª. Maria de Fátima Lima (CEFET/RJ) (orientadora)

_____

Professor Dr. Denilson Araújo de Oliveira (UERJ)

_____

Professor Dr. Carlos Henrique do Santos Martins (CEFET – RJ)

_____

Professor Fransérgio Goulart (Fórum Grita Baixada)

RIO DE JANEIRO
NOVEMBRO/2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S729 Souza, Douglas Avelino de
Crescer e viver entre máquinas de guerra: racismo e necropolítica na formação educacional em territórios de favela / Douglas Avelino de Souza. — 2021
112f. : il. (algumas color.) , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.
Bibliografia : f. 109-112
Orientadora: Fátima Lima

1. Racismo - Brasil. 2. Morte. 3. Política. 4. Violência. 5. Relações étnicorraciais. 6. Mbembe, Achille, 1957- . I. Lima, Fátima (Orient.). II. Título.

CDD 305.896081

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

Para minha filha Sofia,

luz do sol

IN MEMORIAN

Para minha Avó Yolanda

seu carinho me trouxe até aqui

Para minha bisavó Amélia

fortaleza e exemplo

Para tia Dorcelina

por me levar todos os dias para a escola

AGRADECIMENTOS

À Bruna Bellini, meu amor, que me apoiou nessa jornada, sem você nada disso seria possível.

A meu irmão Anderson Avelino de Souza que me incentivou e serviu de exemplo.

À professora Fátima Lima por sempre me fazer acreditar que era possível mesmo quando eu achava que não era.

A todos os moradores do Complexo da Maré, especialmente aos pais, mães e responsáveis que através de conversas e troca de conhecimentos tornaram possível a escrita dessa pesquisa. Agradeço a generosidade por compartilharem comigo sua experiência, angústias, sonhos e esperanças.

À todas as crianças que vivem no Complexo da Maré, principalmente aos alunos do CIEP, especialmente aos que foram meus alunos. Foi a partir de suas conversas que pude dar início a esse projeto materializado nessa dissertação. Se não fossem vocês nem o primeiro passo poderia ter sido dado. Sem vocês os questionamentos não teriam surgido e nem o problema elaborado, foram nossas conversas e momentos de sala de aula as sementes do que agora floresce.

À toda a comunidade escolar do CIEP: responsáveis, professores, agentes educadores, alunos, merendeiras e garis, que compartilharam das angústias e alegrias vividas nesses dois anos.

Aos membros da banca examinadora: professor Dr. Carlos Henrique dos Santos Martins, professor Dr. Denílson Araújo de Oliveira e professor Fransérgio Goulart por suas contribuições que tanto enriqueceram a pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca-CEFET/RJ.

A todos os membros do grupo de pesquisa Orí por dividir seus conhecimentos.

EPÍGRAFE

“No paralelepípedo, trabalhador intrépido
O motor está no ímpeto onde começa tudo
O vento acalma o rápido, pra todo som eclético
Vitrolas cantam clássicos num belo absurdo
Metrópoles sufocam, são necrópoles que não se tocam
Então se chocam com o sonho de alguém
São assassinas de domingo a pausar tudo que é lindo
Todos que sentem isso são meus amigos, também”

Emicida

RESUMO

CRESCER E VIVER ENTRE MÁQUINAS DE GUERRA:

RACISMO E NECROPOLÍTICA NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL EM TERRITÓRIOS DE FAVELA

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de caráter reflexivo, teórico e (in)munda (atravessada por minhas experiências) realizada no Complexo de Favelas da Maré, mais precisamente na Vila do Pinheiro. A pesquisa está inserida no campo dos estudos das relações étnico-raciais e entende os moradores das favelas e periferias das grandes cidades como aqueles/as que carregam o que Achille Mbembe denominou de *Devir Negro*. Partimos da premissa que a favela é a versão atual da cidade do colonizado (FANON 2015), local no qual habitam os "outros", os "inimigos" no qual, portanto, o Estado justifica a aplicação de todo tipo de exceção, tornando as vidas ali constituídas como vidas matáveis, *vida nua*. Diante da atual fase do capitalismo, a saber o neoliberalismo, o *Devir Negro* é uma das faces com a qual o monstro racial se apresenta e utiliza para devorar aqueles que despertam seu apetite (possibilidade infinita de exploração do corpo com vistas ao acúmulo de capital). O estudo objetivou identificar, utilizando da lente Bio-Necropolítica, os impactos do racismo e diversas formas de violência, infligidas por múltiplos atores, sobre os corpos destes indivíduos. Para tanto, parti de minha experiência de professor de uma escola municipal situado nesse espaço, ainda que não resida nesse lugar que tem sua existência dada entre *máquinas de guerra*. Para que tal objetivo pudesse ser alcançado esse estudo referenciou-se em autores ancorados na descolonização, pós-colonialidade e numa epistemologia situada ao sul.

Palavras-chave: Necropolítica; Devir Negro; Racismo; Inimizade.

ABSTRACT

GROWING AND LIVING AMONG WAR MACHINES:

RACISM AND NECROPOLITICS IN EDUCATIONAL BACKGROUND IN FAVELA TERRITORIES

This work is the result of a reflective, theoretical and (in)world research (i. e. based on my experiences) which was carried out in "Complexo de Favelas da Maré", more precisely in "Vila do Pinheiro". The research is inserted in the ethnic-racial relations field of studies and understands the residents of slums and peripheries of large cities as those who Achille Mbembe called the "Becoming Black of the World". We start from the premise that the favela is the current version of the city of the colonized (Fanon, 2015), a place where the "others", the "enemies" live. As such, in those places, the State justifies the application of all kinds of exceptions, making the lives constituted there as killable lives, that is, "bare life". Considering the current phase of capitalism, namely neoliberalism, the "Black Becoming" is one of the faces with which the racial monster presents itself and uses it to devour those who arouse its appetite (infinite possibilities of exploring the body with a view to accumulating capital). Using a theoretical lens based on the Bio-Necropolitics concept, the study aims to identify the impacts of racism and of various forms of violence which are inflicted, by multiple actors, on the bodies of these individuals. To do so, although I do not inhabit that space, I start from my experience as a teacher at a municipal school located in this space which has its existence built among war machines. In order to achieve this goal, this study is based on authors anchored in decolonization and post-colonialism, as well as the epistemologies of the south.

Key Words: Necropolitics; Black Becoming; Racism; enmity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

REFAZENDO – TRAÇADO METODOLÓGICOS E TRAJETÓRIAS IN-MUNDAS. 14

CAPÍTULO 1 - A FAVELA COMO CIDADE PARA O COLONIZADO E O DESEJO DE APARTHEID 21

1.1 – Dona Orozina quer uma casa para morar 30

1.2 – A Vila do Pinheiro e o CIEP 36

CAPÍTULO 2 – COLONIALISMO, RACISMO E O DEVIR NEGRO NO MUNDO . 40

2.1 – O Monstro Colonial e a modernidade 42

2.2 – A Ficção Racial e as Práticas Racistas. 50

2.3 – O Devir negro no mundo 64

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS DE MORTE 69

3.1 – O Permanente Estado de Exceção 76

3.2 – As Máquinas de guerra no Estado de Exceção 81

3.3 -Alunos matáveis e o silêncio do Estado 86

3.4 – A morte dos saberes e a Necroeducação 89

CAPÍTULO 4 – SAIR DA GRANDE NOITE 92

4.1 – Impossibilidades 93

4.2 - As possibilidades 97

4.3 - Novas Epistemologias 98

4.4 - Feminismos Negros 99

4.5 - Movimentos Negros no Brasil 102

CONSIDERAÇÕES FINAIS 106

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 109

INTRODUÇÃO

Quando coloquei meus pés pela primeira vez no complexo da Maré me senti como quem passa por uma fronteira. Fronteira essa atravessada por milhares de homens e mulheres como eu, que entram e saem desse "território" sem checagem de passaportes, sem barreiras alfandegárias, sem que registros oficiais sejam feitos, já que oficialmente "somos todos brasileiros," "um só povo", todos "cidadãos". Ainda assim posso perceber os ares dessa outra cidade. Neste espaço onde passo a maioria das horas do dia e a maior parte dos dias do ano, ensinando e aprendendo, apresentando e sendo apresentado a novas possibilidades, exercitando e observando o exercício da esperança, pude entender muito do que é negado a grande maioria de negros e pobres que vivem nas favelas brasileiras. Caminho entre duas cidades, dois mundos diariamente. Não que eu nunca tenha me sentido assim antes no Rio de Janeiro, na verdade foram diversas as ocasiões. Em um shopping na Gávea, ao ousar entrar num café em Ipanema, em algum cinema em Botafogo - os olhares, as conversas de canto de boca, o segurança que se aproxima. Nestes lugares fui estrangeiro, nestes locais não fui bem-vindo até que o cartão fosse autorizado, ou melhor, mesmo depois disso. Quantas cidades há dentro de uma cidade?

A presente pesquisa surge como uma tentativa de entendimento de tamanha *inimizade* e *desejo de apartheid* (conceitos trabalhados no decorrer da pesquisa) que torna estrangeiros milhões de negros, nordestinos, favelados, periféricos dentro de seu próprio país. Portanto, o cerne desta dissertação é pensar, a partir das relações de inimizade, como estas se relacionam com o racismo e a necropolítica. Nesse movimento, o caráter privilegiado deste trabalho foi o desenvolvimento de uma pesquisa teórica mobilizada principalmente por estes conceitos. Esse percurso ficou mais evidente após a qualificação onde consegui entender que meu desejo de escrita caminhava para uma dimensão filosófica no sentido de pensar, refletir e problematizar conceitos. No entanto, esses conceitos não emergiram do nada. Eles surgem, enquanto campo de problemática, a partir de minhas experiências como professor em uma escola no Complexo de favelas da Maré. Assim, percebi que a educação é o cenário por onde ando e o contexto que sustentam minhas experiências como professor e como pessoa. Em virtude disso mantive no título da dissertação o termo educação bem como assinalo o fato de que esta constitui o fio que costura as inquietações presentes neste texto.

Voltando ao debate sobre a relação raça-racismo-inimizade, segundo Foucault (2005) o critério que torna possível esta distinção é a raça, que alimenta o projeto de biopoder e de biopolítica que ocorreu na Europa entre os Séculos XVIII e XIX. Por outro lado, em 'Crítica da razão negra' (2018) Mbembe aprofunda, contextualiza e interpela a "natureza desse ressentimento, dando conta daquilo que constitui a raça, sua profundidade a um tempo real e fictícia" (MBEMBE, 2018, p.28). Seguindo esse raciocínio, a raça, enquanto ficção, se materializa em diferentes experiências e contextos, configurando processos de construção do inimigo e das relações de inimizade tendo nas racialidades, principalmente as negras, lugar privilegiado.

O Brasil é um país fortemente marcado pela herança colonial e pela economia escravocrata que impulsionou sua economia e estruturou suas relações sociais por quase 400 anos, tendo perdurado mesmo após sua independência ocorrida em 1822. Além dessas características que também marcam outros países, os sujeitos racializados que aqui habitam ainda convivem com o mito (ainda que decadente) da Democracia racial[1], que escamoteia o racismo profundo que adoece nossa sociedade. A ideia da raça, a lógica da colônia, a catequização e a conquista territorial só são possíveis mediante a criação de uma máquina racista que para alcançar seus objetivos utiliza-se da morte como principal ferramenta e moeda de troca para garantia dos privilégios da raça/povo dito como superior. Para que a morte possa operar, além da extrema violência, que permite e incentiva a eliminação física do inimigo, operam-se outros mecanismos que visam a morte interior do sujeito racializado como a eliminação de sua língua, a criminalização de sua religião, a objetificação e caricaturizarão do seu corpo.

Abdias Nascimento (2017), por seu turno, denunciou as diversas formas adotadas no decorrer da história utilizadas para promover o desaparecimento do povo negro no Brasil. Ao invalidar a existência de uma democracia racial, demonstra como o embranquecimento foi utilizado para apagar a "mancha negra" da sociedade brasileira, enfatizando o apagamento dos valores culturais pertencentes na cultura negra, a repressão das religiões de matrizes africanas, a tentativa de uma amenização do caráter da escravidão brasileira, o estupro sistemático do povo negro entre outras formas de

[1] Ver Guimarães (1999.) Expressão citada pela primeira vez por Florestan Fernandes, mas constantemente atribuído a Gilberto Freyre, a democracia racial seria a forma como as relações raciais estariam fundadas no Brasil. Uma perfeita harmonia entre as três raças fundantes (índios, brancos e negros) cada qual com suas características e importância na formação do país. O conceito foi e ainda é utilizado de forma a mascarar o racismo no Brasil.

massacre de negros e negras no Brasil. Nascimento, portanto, é de fundamental valia para teorizar a atual situação da população negra brasileira e através desse estudo busco compreender como os mecanismos utilizados para garantir essa separação afeta a formação, as perspectivas e a vida daqueles que são classificados dentro deste corte e, portanto, vistos como outros.

Nasci no Rio de Janeiro, pai negro, mãe branca. Sou um homem que ao cruzar os bairros de minha cidade posso ser estrangeiro ou simplesmente um cidadão. Posso ser branco ou negro a depender de que lado do túnel eu me encontrar. Sou Professor, ameaça, só mais um, mal-encarado, liberado ou enquadrado, depende do lugar. Posso ser negro, branco, ou um "macaco-branco" como já fui chamado, não uma única vez, tanto na adolescência, como já adulto, nesse país marcado pelo ideal do branqueamento[2] e pela patologia social do branco[3].

O ponto de partida é o entendimento do devir negro no mundo, conceito trabalhado por Mbembe em Crítica da razão negra e que será detalhado no capítulo sobre raça. Para Mbembe (2018) "a raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas*"* (MBEMBE, 2018, p.73). Podemos observar que para o pensador camaronês a raça é uma tecnologia que permite que algumas vidas tenham mais valor que as outras, e possam assim ser exauridas, exploradas e eliminadas sem que exista algum tipo de questionamento. Desde o século XVI essas vidas descartáveis e excedentes são sinônimos de vidas negras. A invenção do homem negro pelo europeu permite que aqueles assim classificados possam servir como força motriz para a o funcionamento da economia. O Devir Negro é a expansão da condição racial do negro a outros seres humanos. Para o pleno funcionamento do estágio atual do capitalismo esses seres humanos também precisam ser classificados, marcados, isto é, racializados.

Para melhor entendimento desta condição, Mbembe no livro "Crítica da Razão Negra" (2018) apresenta os processos de invenção do negro e os desdobramentos

[2] Segundo Petrônio Domingues o branqueamento é uma vertente ideológica do racismo brasileiro que serviu para fornecer um caráter científico ao racismo brasileiro tirando dele sua essência preconceituosa. O branqueamento consistiria, portanto, na miscigenação do povo brasileiro com a raça ariana a ponto que o fenótipo negro viesse a desaparecer e com ele todos os "problemas" relacionados à raça negra.

[3] Para Guerreiro Ramos o que torna o negro um "problema" é a sua cor. Ramos explica que algo passa a ser considerado um problema quando é considerado anormal diante de algum parâmetro, sendo assim numa sociedade na qual o branco é a norma o negro torna-se desviante e o branco o ideal a ser alcançado.

históricos que culminam com o *Devir Negro* no mundo. O conceito de *Devir Negro* nos apresenta a ideia de que diante da configuração atual das forças do capital, cada vez mais indivíduos experimentarão o fardo da raça (antes exclusivo dos corpos pretos) e carregarão consigo o fardo da existência como excedentes no mundo, e como excedentes, esses seres humanos, são tidos são matáveis e descartáveis. É bom lembrar que quando uso o conceito de *Devir Negro* não estou querendo afirmar que todos tornaram-se negros, mas me refiro à uma condição subalterna que tem atingido não necessariamente às populações afrodescendentes. Se olhamos muitas favelas e, principalmente o complexo de favelas da Maré vamos encontrar a presença de migrantes nordestinos não-negros, povos indígenas, migrantes da região norte do País, entre outros que não necessariamente as comunidades negras afrodescendentes e ligadas fortemente ao processo escravocrata e sua assimetria. Pensar o devir-negro, portanto, é pensar sobre essas condições e sobres os processos de subalternização. Esse é o horizonte epistemológico e metodológico dessa pesquisa, suas reflexões e conclusões, sempre provisórias. O lugar de onde desenvolvi essas reflexões está indissociável de minha prática enquanto professor.

REFAZENDO – TRAÇADO METODOLÓGICOS E TRAJETÓRIAS IN-MUNDAS.

"Abacateiro teu recolhimento é justamente
O significado da palavra temporão
Enquanto o tempo não trouxer teu abacate
Amanhecerá tomate e anoitecerá mamão"
(Refazenda, Gilberto Gil)

Em 2019, quando me propus a aceitar o desafio de realizar o processo para ingressar no mestrado, o projeto que elaborei tinha como ponto principal a violência vivida por alunos, pais e professores, dentro de um contexto de conflitos constante, principalmente em decorrência da violência estatal/racial nesses territórios. A questão era entender como é possível viver, crescer, estudar, ter perspectivas tendo suas vidas atravessadas por máquinas de guerras estatal-militares com todas as dinâmicas que estas imprimem enquanto violências nos territórios passíveis já vulnerabilizados. Para tanto, parecia clara a necessidade de entrevistar os alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos - PEJA, que funciona no turno da noite na escola na qual eu leciono durante o dia, já que estes por diversos motivos, foram impedidos de ingressar e terminar o Ensino Fundamental no curso regular.

A epidemia causada pelo novo Coronavírus evidencia o quão descartáveis são os sujeitos marcados pelo *Devir Negro*, especialmente quando os recursos se tornam mais escassos. Boaventura de Souza Santos (2020) em *A cruel pedagogia do vírus* afirma que *"os corpos racializados e sexualizados são sempre os mais vulneráveis perante um surto pandémico*" (SANTOS, 2020. p.26). Essa vulnerabilizarão se dá em todos os sentidos, o mais palpável é refletido pela alta demanda a que o sistema de saúde pública foi submetido, pela obrigatória exposição à doença diante da negativa do Estado em promover renda suficiente para que os mais frágeis não precisassem trabalhar, e por outras formas, como a inexistência de um planejamento por parte dos governos para que os alunos pudessem acessar o sistema educacional remotamente ou que o retorno dos professores pudesse ser realizado com segurança.

> Por último, em emergências, as políticas de prevenção ou de contenção nunca são de aplicação universal. São, pelo contrário, selectivas. Por vezes, são abertas e intencionalmente adeptas do darwinismo social: propõem-se garantir a sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais necessários para a economia. Outras vezes, limitam-se a esquecer ou negligenciar os corpos desvalorizados. (SANTOS, 2020. p.27)

Com início da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19 - as entrevistas presenciais com os alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos - PEJA tornaram-se inviáveis de serem realizadas, já que as escolas estariam fechadas. No primeiro momento, ignorante da gravidade da doença, pensando que tudo seria rápido, resolvi esperar para que logo que reestabelecida a "normalidade" as entrevistas pudessem ser iniciadas. Com o passar dos meses, apesar da relutância de minha parte, o meu planejamento inicial já não era mais possível. A solução seria, então, conversar com esses alunos virtualmente por meio das mais diversas plataformas que passaram a ser utilizadas durante a pandemia, no entanto, mais uma vez a realidade se impôs. Nos primeiros meses da pandemia pude estudar a parte teórica da pesquisa. Em agosto de 2020 contraí Covid-19 e precisei ir ao hospital duas vezes por conta da falta de ar. A recuperação foi bastante lenta, tanto física (só voltei a respirar normalmente após um mês de passada a fase aguda da doença) como mentalmente, já que minha capacidade de concentração havia sido bastante comprometida, por algum tempo me afastei da pesquisa. Quando estava recuperado fui informado pelos coordenadores do PEJA que o contato com os alunos beirava o número zero. Apesar da exaltação do ensino remoto pelos governos e da mídia,

a realidade para os alunos das escolas públicas é a falta de uma infraestrutura que permita uma adesão à essa modalidade de ensino. A partir desse momento foi necessário acatar do abacateiro o ato. Foi necessário refazer e descartar escritos e pesquisas já realizadas.

Refiz o questionário. Agora iria entrevistar os professores que trabalhavam com esses alunos. Perguntaria sobre as dificuldades, os nós que a violência e a exclusão provocavam em sua prática e nas vidas dos alunos, suas percepções sobre o racismo e seus impactos na educação. No entanto essa nova abordagem não foi capaz de me convencer de que esse seria o melhor caminho. A pesquisa já tinha se tornado "tomate e mamão" era necessário tornar-se abacate.

A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro- SME/RJ, em 2021, criou um aplicativo para que os alunos pudessem ter acesso às atividades remotas. No entanto, a utilização desses aplicativos esbarra em diversas dificuldades, quais sejam: A baixa escolaridade dos pais que tem grande dificuldade para baixar o aplicativo e seguir todo o caminho para o cadastro dos alunos, que exige criação de login senha, preenchimento de dados, assim como transferências de arquivos de arquivos; os alunos não possuem computadores nem celulares próprios; os pais, que trabalham o dia inteiro, ao chegar em casa precisam dividir o celular com todos os seus filhos para que cada um faça suas respectivas atividades, esses aparelhos, muitas das vezes, são antigos e não suportam o acesso adequado ao aplicativo; apesar da prefeitura fornecer pacote de dados exclusivo para o uso do aplicativo, o serviço é péssimo e para o download do aplicativo é necessário possuir dados próprios, um luxo em tempos de crise econômica e pandêmica.

Diante dessa triste, realidade, passei a ter um contato maior com os responsáveis dos alunos, já que para os alunos tivessem acesso ao ensino virtual seria necessária uma maior interação para que estes entendessem os procedimentos necessários para o envio das atividades escolares, já que leciono para alunos do 4° ano do ensino fundamental. Durante as conversas com estes pais pude observar as barreiras que estes enfrentavam para que seus filhos pudessem participar dessa nova modalidade de estudo. Barreiras materiais já que a grande maioria não possui computadores, celulares com boa performance ou internet que possibilite uma boa conexão. Há também a barreira do letramento digital e mais profundamente a dificuldade gerada pela alfabetização precária, que atrapalha a comunicação necessária para que estes possam ajudar seus filhos a se conectarem com a escola e assim ter acesso à educação.

Diante da realidade imposta surgiu o interesse de conversar com estes pais e/ou responsáveis, que mesmo diante de tantas dificuldades, para entender o que lhes era

pedido, faziam de tudo para que seus filhos pudessem estudar e participar das aulas virtuais. Nesse momento a pesquisa se refaz. Muitos desses responsáveis são ex-alunos da escola ou de escolas próximas, grande parte não completou o Ensino Fundamental e por mais que almejem um futuro melhor para seus filhos, estão diante de problemas estruturais que impossibilitam que esse desejo se realize.

Assim como já mencionado na introdução desta dissertação, após a qualificação, percebi que o caminho a ser tomado é o caminho teórico. Dessa forma acontece a última transformação necessária para que conseguisse concluir este trabalho dissertativo. A pesquisa prossegue, buscando entender e demonstrar os atravessamentos necropolíticos que condenam gerações a um ciclo de pobreza e discriminação através do racismo e do colonialismo/colonialidade. No entanto, ressalto que no âmbito da Necropolítica residem também as resistências, as persistências e as teimosias que reagem cotidianamente, de forma visceral, a essa política de morte que tem na educação um lugar paradoxal. No exercício de teorizar busco entender a lógica, que na atual configuração do neoliberalismo, cria meios de tratar seres humanos como excedentes descartáveis e matáveis. Paralelo a isso, penso ser a educação um dos lugares possíveis de resposta à necropolítica, um lugar onde fissuras e brechas possibilitam que pessoas e grupos vulnerabilizados possam respirar.

Por outro lado, esta pesquisa é o reflexo de trajetórias in-mundas. In-mundas vêm justamente de minha forma de estar no mundo e o mundo em mim. Pude experimentar nas dificuldades enfrentadas como professor para lecionar naquele local a realidade da agência estatal do deixar morrer. Dito isto, posso dizer que de forma alguma essa pesquisa não pode prescindir de uma abordagem que renuncie a cinco pressupostos que são epistemológicos e metodológicos também: a experiência, sua localização (in)mundo, a teoria como prática libertadora, o foco nos sujeitos e ainda seu caráter epistêmico situado ao sul. Em virtude disso, reafirmo que mesmo sendo uma pesquisa teórica toda a sua construção não prescinde da experiência, afirmando o caráter indissociável entre prática e teoria.

Assim, esta pesquisa passa diretamente pela experiência. Para Larrossa (2002), o sujeito da atualidade está imerso em artifícios que impedem o acesso à experiência, para ele é através da experiência que o sujeito pode ter acesso de fato ao saber, sendo assim a "informação não é experiência" e 'ela é quase o contrário da experiência, uma antiexperiência" (LARROSA,2002, p.21). A simples informação ou a formação adquirida no curso de graduação em Pedagogia não foram capazes de levantar as questões que a

exposição (“o sujeito da experiencia é um sujeito ex-posto”) e a interrupção necessária para que um saber novo fosse buscado.

> A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSSA, 2002, p.24).

Dessa maneira, para Larrossa, a experiência funda uma ordem epistemológica e o saber por ela gerado se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. Sem dúvida, a experiência é um condutor metodológico desta pesquisa que nasce, antes de tudo, das inquietações que vivo na minha atuação como professor em uma escola, no âmbito de uma favela na cidade do Rio de Janeiro. Este pressuposto soma-se ao segundo, o caráter in-mundo desta.

Quando o pesquisador opta por produzir através de um processo in-mundo, naquele momento rompe-se o isolamento entre o pesquisador e o objeto, abandona-se uma pretensa imparcialidade cartesiana. O pesquisador não só assume que é impossível alcançá-la como também corre no sentido contrário “contaminando-se” com toda subjetividade do seu objeto e de seu campo de estudo. Nesta perspectiva, o pesquisador in-mundo emaranha-se, mistura-se, afeta-se com o processo de pesquisa, diluindo o próprio objeto, uma vez que se deixa contaminar com esse processo, e se sujando de mundo, é atravessado e inundado pelos encontros. Como conector e na busca pelo incremento do coeficiente de transversalidade, ele é atravessado. (ABRAHÃO et al, 2013).

Já não há, portanto, a esperança metafísica de neutralidade, mas sim uma perspectiva de transformação, ação política e intervenção uma pesquisa que se transforma na interação entre sujeito e objeto já que “o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde tem lugar os acontecimentos” (LARROSA, 2002, p.24).

A presente pesquisa pretende, ainda que possa ser muita pretensão, ser munição para a transformação da realidade colonial. A partir das leituras de bell hooks (2018) que explica que se faz necessário que tomemos dois cuidados: o primeiro é o de apropriar-se

da linguagem científica para que nossos problemas, ignorados dentro do pacto narcísico da branquitude, possam conquistar espaços dentro da academia “esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você”(HOOKS, 2018, p.223) o segundo cuidado é que uma vez que essa apropriação de termos, métodos e formas de construção científica seja feita ela não se torne um muro que separe o conhecimento produzido no espaço acadêmico da realidade. É necessário, portanto, que se construa a teoria como prática libertadora.

Servindo-se deste pressuposto a pesquisa possui como baliza um elo entre teoria e prática, isto é, entende-se que qualquer cisão ou dicotomia entre estas duas formas de agir na realidade são inconcebíveis. Entende-se, portanto, que, ao mesmo tempo que, a teoria precisa “falar” com todos àqueles com que ela está implicada, permitindo a fácil compressão, sendo instrumento para a conquista de espaços e revolução dos modos de agir e pensar fundados na colonialidade, ela também deve ser uma fortaleza que nos afaste da onda anti-intelectual cada vez mais crescente em nossa sociedade. bell hooks (2018) no diz que “encontrei o refúgio na “teorização” em entender o que estava acontecendo” (hooks, 2018, p.85). Para este estudo a teoria é o instrumento para o entendimento da realidade colonial e neocolonial, é o local para entender de forma racional como podemos escapar à irracionalidade do racismo que nos coloca na condição de outros e nos fere física e emocionalmente, a teoria torna-se, portanto, lugar de libertação, transformação e cura. Assim como em hooks reivindicamos e pedimos que a teoria cumpra esta função.

Entendemos que para cumprir estes pressupostos o melhor caminho é ter como centro da pesquisa os próprios sujeitos. Para Grada Kilomba (2019) o termo sujeito não é somente um conceito substancial, podendo ser entendido como um conceito relacional. Mais que simplesmente indivíduos, para que alguém possa alcançar o que ela chama de status absoluto do sujeito é necessário existir a possibilidade “ver seus interesses reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade”, e por óbvio historicamente todas essas possibilidades são negadas pelo racismo.

Considerando que esta pesquisa tem como base os estudos decoloniais entendo que se faz necessária uma abordagem metodológica centrada nos sujeitos. Grada Kilomba (2019) adverte para a urgência de colocarmos o racismo como problema acadêmico a ser analisado e ainda a questão do desrespeito com aqueles que tem suas vidas afetadas pelo racismo. Segundo ela é preciso que o foco dos estudos se desloque do agressor para aqueles que o experimentam. Essa pesquisa acata essa advertência e busca através das vozes dos indivíduos racializados trazer à tona o que o modo colonial de produção de

conhecimento negligencia ou tenta esconder. Nesse movimento, meu interesse maior era centrar nos/as estudantes do PEJA do CIEP no período noturno, o que não foi possível, como já descrito, em virtude da pandemia. No entanto a pesquisa é pautada nas experiências vividas em sala de aula, são essas histórias que se encontram comigo, com minhas práticas e com minhas inquietações enquanto professor e pesquisador. São essas vozes, que mesmo não ocorrendo as entrevistas, estão aqui e reclamam este texto. Só foi possível escrever as reflexões-inquietações aqui presentes porque essas vozes se encontram comigo e eu com elas e nos conectamos a milhares de vozes que reclamam a violência do estado capitalista e racista.

É pertinente ainda explicitar a localização ao sul que caracteriza a pesquisa. Devido ao seu posicionamento busca uma epistemologia que permita a descolonização de mentes e corpos assim como a produção de saberes que possibilitem a emancipação e criação de novas esperanças e realidades, abandonando a invisibilidade, legado europeu para aqueles que não são. As epistemologias do sul proporcionam, portanto, que os até então simples indivíduos tornem – se sujeitos de fato, permite que a experiência tome lugar na produção acadêmica, que o pesquisador possa se "sujar', transformar e ser transformado pelo seu campo, permite que a teoria possa libertar.

No primeiro capítulo iremos tratar de forma breve sobre o surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro, em especial o Complexo da Maré, relacionando as favelas com o que Fanon (2015) de "cidade do colonizado" e com o que Mbembe (2020) chama de "Desejo de Apartheid"

No segundo capítulo a dissertação aborda as questões da colonialidade, sobre o Devir negro no mundo assim como as diversas armadilhas e formas pelas quais o racismo se apresenta e se transforma, inclusive as particularidades do racismo no Brasil.

No terceiro capítulo a questão da Necropolítica é discutida. mecanismos que possibilitam sua existência, a forma como a Necropolítica existe no Brasil, suas relações com a favela e como ela atinge a população são discutidas.

No quarto capítulo, intitulado sair da grande noite discutimos formas de transformação da atual configuração do mundo através de um contraste entre possibilidades e impossibilidades para a reconstrução do mundo fora da longa noite que até agora nos assombra.

Por fim, nas considerações finais são pensadas as saídas possíveis. Pensamos e discutimos os movimentos realizados para que a saída da grande noite seja uma possibilidade real.

CAPÍTULO 1 - A FAVELA COMO CIDADE PARA O COLONIZADO E O DESEJO DE APARTHEID

Franz Fanon (2015), no primeiro capítulo do livro *Condenados da Terra*, tratando dos processos de descolonização e examinando a situação colonial e suas particularidades nos apresenta um contraste entre duas cidades, a primeira é a "cidade do colono" e a segunda a cidade do colonizado". Estas cidades estão marcadas por profundas diferenças, a primeira usufrui das riquezas da terra e a segunda, a cidade dos colonizados, é o local da fome e da miséria, dos sujeitos racializados *e "mal afamados", onde "se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê."* A favela é compreendida nesta pesquisa como o espectro da cidade colonial, nascida do caos característico da conformação social e espacial colonial capitalista.

Fanon referia-se, de forma geral, à realidade vivida pelos povos que estavam sobre o domínio de suas metrópoles, de seus invasores. No entanto, quando falamos de favelas falamos de um mesmo país, um mesmo "povo" que, contudo, ao seguir a mesma lógica colonial, condescende com uma equação em que uma grande parcela de seus "iguais", viva em espaços nos quais são submetidos às forças da natureza e ao máximo da exploração humana.

Achille Mbembe (2020) nos apresenta uma reflexão sobre dois "desejos" que permeiam a sociedade, o desejo de inimizade e o desejo de Apartheid. Ao falar sobre as políticas da inimizade nos apresenta o que chamou de sociedade da inimizade. O pensador pondera que talvez uma democracia universal que abranja toda a humanidade talvez, nunca seja possível, o autor afirma que talvez esse projeto democrático seja montado para uma lógica interna do Estado que irá assim definir quem são seus cidadãos e, portanto, abrigados no seio da democracia e aqueles que são externos a esse corpo e, portanto, despossuídos, estranhos aos direitos nacionais. Mbembe (2020) afirma que "*nossa era decididamente se define pela separação, pelos movimentos de ódio, pela luta contra o inimigo*" (MBEME,2020, p.76), esse inimigo se não existe deve ser criado e partir do momento em que é criado o próximo passo é separá-lo e exterminá-lo, desses movimentos surgem o *desejo de inimigo e o desejo de inimizade.* Segundo o pensador camaronês esse desejo depende de um objeto, que na dinâmica brasileira sem dúvida é o povo negro e racializado. As autoridades e cientistas brasileiros do século XIX não escondiam esse

desejo de inimizade. Em 1870, quando o sistema escravocrata era existente, mas cada vez mais decadente foram introduzidos os primeiros imigrantes europeus para a substituição de mão de obra negro, buscava-se assim branquear a população e pagar salário aos únicos que poderiam recebê-lo, os brancos.

Esse desejo de inimizade e de apartheid que surge na colônia e atravessa o império chega à república, adaptando-se aos novos tempos. Sob o véu da democracia racial e das teorias freyrianas o apartheid brasileiro cala seu objeto, o segrega em periferias, favelas e prisões enquanto celebra o mito da integração a cada mês de fevereiro.

Nessa pesquisa entendemos a favela como o lugar no qual o apartheid brasileiro é operacionalizado pelo Estado e por uma sociedade que elege o negro como seu outro. A criminalização do negro e do lugar reservado para que ele exista (separado) é possível através de uma política de guerra às drogas que "justifica" a morte e a privação de direitos dessa parcela da população.

No século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, sofria de diversos problemas estruturais, sendo o saneamento e a habitação alguns dos mais complexos. Segundo o geógrafo Maurício de Abreu (1987), com a instalação dos transportes coletivos a partir da segunda metade do século (em 1859 os bondes à tração animal e em 1870 o trem à vapor), a geografia da cidade passou a possuir uma divisão social: No centro da cidade as atividades comerciais estavam concentradas, assim como os cortiços; na Zona Sul, onde o transporte se dava pelos bondes, concentravam- se as famílias mais ricas e nos subúrbios os pobres e as indústrias.

> Copacabana e Botafogo já se configuram como bairros de elite e os subúrbios, por exemplo Irajá e Inhaúma, como uma alternativa para as camadas menos favorecidas, muito embora a maior parte dos trabalhadores continuasse a residir no coração da cidade, amontoada em cortiços, casas de cômodos ou no fundo quintal das pequenas fábricas e oficinas onde trabalham. (ROCHA,1995 p. 41-42)

As favelas tornaram-se uma marca indelével da cidade desde o surgimento das primeiras em torno da Central do Brasil. Antes delas os cortiços e as casas de cômodos eram a moradia dos pobres, libertos e mestiços, no entanto, estes locais localizados nas regiões centrais da cidade tornaram-se alvo das elites cariocas que anunciavam a necessidade de tornar o Rio uma cidade aos moldes europeus. Com a derrubada dos cortiços e a proibição da construção destes a população que neles vivia foi empurrada

para os morros que cercavam o centro do Rio e com o crescimento da cidade para zonas ainda mais afastadas.

Surgidas no final século XIX, as favelas são formadas por famílias pobres ou abaixo da linha da pobreza, na sua maioria negros ou emigrantes de vários estados do nordeste, como foi o caso da primeira favela carioca, o Morro da Providência, que teve como primeiros moradores, homens e mulheres que foram escravizados[4]e combatentes da guerra de Canudos[5]. Habitadas justamente pelos indivíduos que estavam na mira do racismo científico[6] que encantava e dominava a mente de intelectuais, políticos e o próprio Estado brasileiro, as favelas foram vistas desde sempre como a oposição da cidade idealizada, a antítese de um Rio de Janeiro que buscava na higienização e estética europeia sua redenção. Muitas favelas surgem justamente da intenção de reformar[7] e remover das vistas dos cidadãos àqueles que não se encaixavam fenotípica e economicamente nesse ideal. Resistência. Aquela população se nega a deixar de existir e reinventa sua forma de morar. Pereira Passos[8], prefeito do Rio de Janeiro, através do decreto 391 de 1903 define as regras de construção de novas moradias, essas regras, na prática, tornavam inviáveis a construção de novas habitações pela parcela mais pobre da população, tanto no Centro quanto nos subúrbios, no entanto essa legislação era omissa, o que levou à busca moradia nestes locais. As favelas foram se multiplicando pela cidade, estimuladas pela falta de políticas públicas para as pessoas que movimentam a economia da cidade. Moradia daqueles que são empurrados para fora da "cidade europeia", o lugar dos indesejados que insistem em existir.

Para Andrelino Campos (2010), o quilombo e a favela pertencem ao mesmo processo de formação, para o geógrafo o espalhamento e segregação dos negros em

[4] Para Guerreiro Ramos o que torna o negro um "problema" é a sua cor. Ramos explica que algo passa a ser considerado um problema quando é considerado anormal diante de algum parâmetro, sendo assim numa sociedade na qual o branco é a norma o negro torna-se desviante e o branco o ideal a ser alcançado.

[5] A Guerra de Canudos foi um conflito entre moradores da cidade de Canudos e o Exército. Esse conflito fez com que mais de 25 mil pessoas foram mortas. A localidade era um vilarejo na Bahia, que tinha por líder Antônio Conselheiro. Os soldados que lutaram nessa guerra retornaram ao Rio na esperança de receber o que havia sido prometido pelo governo federal, residências caso saíssem vitoriosos.

[6] Conjunto de teorias propagadas a partir do século XVIII que buscavam justificar a superioridade racial branca através de justificativas biológicas.

[7] Referimo-nos aqui especificamente às reformas urbanísticas de Pereira Passos iniciadas em 1903, momento do surgimento de diversas favelas.

[8] As reformas promovidas por Pereira Passos foram uma tentativa de europeização da cidade do Rio de Janeiro. De inclinação higienista, as reformas ficaram conhecidas pelos "bota abaixo" que colocaram no chão igrejas, locais históricos e cortiços, sem levar em conta como e onde seus moradores iriam residir após a destruição.

determinadas regiões da cidade do Rio de Janeiro se assemelham, já que quilombo e favela representariam cada qual, diante das particularidades de seu tempo, representam o local das sociedades perigosas. É importante salientar que Campos destaca que o que faz da favela a habitação das classes perigosas é o fato de lá residir o outro, no qual a cor é o elemento fundamental. Segundo o autor esse *"outros*" são os negros, brancos chamados "paraíbas" e "baianos", que como característica comum tem o fato de serem pobres. Antes de tudo pobres, isto é, são os sujeitos racializados.

A chave interpretativa para entender o elo entre favela e quilombo é entender o que estes representavam para suas respectivas sociedades, riscos e ameaças, a primeira para a sociedade contemporânea e os quilombos para o império. Campos (2010) argumenta que quilombos e favelas são espaços que se insurgem contra a ordem de seus tempos tornando-se espaços de resistência ou de uma "pequena resistência" como prefere o pensador. Houve, portanto, o que Andrelino Campos chamou de transmutação do quilombo em favela onde a principal marca dessa transmutação era a existência de redes de solidariedade que permitiram e permitem a ambos os espaços lutar contra os constantes ataques do Estado, que se move guiado pelos interesses das elites.

Nesse sentido, o autor constrói uma ponte lógica que demonstra que as populações negras ao terem negadas a inserção no mundo do trabalho, tem negados, consequentemente outros direitos que lhe confeririam o status de cidadão, tornando-os assim cidadãos de segunda classe. Mantidos fora das escolas e demais espaços sociais, os negros são vítimas da mesma lógica que os manteve à margem da sociedade desde a colônia. Essa mesma lógica permitiu e justificou a continuidade da repressão desde os quilombos até as favelas, lógica essa que os torna "passíveis de serem tratados como uma questão de polícia e nunca como uma questão social" (CAMPOS, 2010, p.66).

Ao se referir a favela, seja na mídia, seja na academia ou no senso comum utiliza-se a palavra território ao invés de lugar, a aplicação de um termo em detrimento do outro transcende a simples questão semântica. O saudoso professor Andrelino Campos, apesar de não ter chegado a fazer registros escritos, em palestras, bancas de defesas e aulas fazia uma diferenciação entre as formas de se referir à favela.

A primeira concepção de território e territorialidade (BONNEIMAISON, 2002), proveniente do século XIX, é ligada à ideia de que o território é a apropriação biológica de uma área delimitada por uma fronteira e que se torna exclusiva de determinados membros de uma espécie e a territorialidade é uma conduta praticada por um organismo que ao ter o domínio sobre um território assim como para defendê-lo. A geografia

tradicional por sua vez entende que território é uma porção de terra que ao ser conquistada e ocupada por homens torna-se um espaço concreto, portador portanto, de qualidades sociais e materiais.

Na concepção humanista da Geografia, que buscar entender as subjetividades relações do homem com o ambiente, o conceito de lugar nos fornece uma chave para entender as relações da sociedade brasileira com a favela. Para essa corrente, lugar é base para a existência humana, é onde os significados são construídos. Para o geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) um espaço torna-se um lugar quando passa a ser conhecido e consequentemente dotado de um valor. O lugar é, portanto o local as ações humanas, onde estão inseridos o lar e as experiências de vida ocorrem.

A partir dessas definições acerca das noções acerca dos significados de território e lugar fica evidente que os locais de moradia das populações negras e racializados não são vistos nos quais a vida humana se manifesta e desenvolve sua diversidade, mas sim como extensões de terras apropriadas por grupos os quais a elas não teriam direito, o que justifica a criação de fronteiras e as incursões militares nesses locais. Para essas populações a noção de *território como abrigo*[9] não é permitida, já que estes locais são vistos como *territórios* recurso, desperdiçados.

Ao fazer uso da ciência Geografia, é necessário citar um dos maiores expoentes desta disciplina, Milton Santos, brasileiro negro, segundo sua própria definição. Milton Santos estudou profundamente o fenômeno da globalização. Em sua teorização Milton Santos (2003) divide esse fenômeno em três aspectos (fábula, perversidade e "uma outra globalização") os dois primeiros estão intimamente ligados ao neoliberalismo, sistema promotor da expansão e criação de novas formas de exploração dos corpos negros e racializados, segundo Mbembe (2009).

Para Santos (2003), a globalização como fábula é aquela que nos é apresentada, "em as fábulas e mitos, este período histórico não existiria como é" (SANTOS, 2003, p.41). Uma dessas fábulas é a tão repetida ideia de aldeia global. Geradora de riquezas, aquela que permite o fluxo de pessoas pelo mundo e possibilitadora de uma troca cultural e de valores praticamente infinita. Já a globalização como perversidade é a face real desse fenômeno. Geradora de pobreza, permite uma globalização do capital e das mercadorias enquanto padroniza valores, culturas e cosmovisões. A globalização como perversidade,

[9] Conceito elaborado por Milton Santos (2003) que divide o território em *território abrigo*, lugar banal, a morada de todos, do tipo de território utilizado para exploração de recursos, chamado por ele de *territórios recurso.*

impõe fronteiras, privatiza recursos naturais, retira a força dos estados nacionais entregando riquezas nacionais a organizações transnacionais, aumentando o desemprego, os números de pobres e miseráveis, "É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle" (SANTOS, 2003, p.39). As observações de Santos, pensadas desde o século passado denunciam e servem de base para o entendimento da forma como o capital vem aprimorando suas formas de exploração, exploração essa que é acentuada na periferia do sistema econômico. No entanto, para Milton Santos esse fenômeno é reversível, isto é, *uma outra globalização* é possível, ideia que iremos tratar em outro capítulo desta pesquisa.

Retornando aos fatos que se impõem às favelas e a título de exemplo, cito o episódio ocorrido em março de 2010. Apenas cinco meses após a cidade ser eleita sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a prefeitura do Rio de Janeiro, anunciou a construção de barreiras de 3 metros de altura às margens da Linha Vermelha (inaugurada em 1994) e da Linha Amarela (inaugurada em 1997) (trajeto obrigatório para todos aqueles que chegam no aeroporto internacional e tem como destino a zona sul e a Barra da Tijuca, onde a maioria dos jogos foram disputados). A instalação dessas barreiras "apagaram" da visão dos usuários das vias o Complexo da Maré. O investimento de 20 milhões de reais foi alvo de protestos de moradores e críticas nas Nações Unidas, porém o prefeito Eduardo Paes alegou que a intenção era dar conforto acústico às comunidades.

As barreiras físicas são apenas uma expressão dentro dos inúmeros artifícios utilizados para criar a imagem do inimigo. Um desses artifícios é a criação de estereótipos e generalizações. Estratégia utilizada pela colônia, estratégia vigente. Diversos são os adjetivos utilizados e os comportamentos atribuídos aos sujeitos racializados, "tinha que ser favelado", "só poderia morar no bairro tal" "coisa de paraíba", o negro e os sujeitos racializados são tidos como sujeitos perigosos, cujo deve ser evitado, combatidos ou ao menos ridicularizados. A essa ridicularização, Mbembe denomina de nanoracismo "um obscuro desejo de estigmatizar, e acima de tudo, de ferir, agredir e humilhar" (MBEMBE, 2020, p.99). A função do nanoracismo não é algo menor, na elaboração do desejo de apartheid, ao contrário ele é essencial na construção do "outro", e na destruição de qualquer possibilidade de laços entre esses dois mundos. "É o racismo tornado cultura e respiração*"* (MBEMBE, 2020, p.101).

> O desejo de inimigo, o desejo de apartheid (segregação e enclave) e a fantasia do extermínio ocupam, nos dias que correm. O lugar desse círculo encantado. Em muitos casos basta um muro para expressá-lo. Existem vários tipos de muro e nem todos servem ao mesmo propósito. Supõe-se que o muro divisor resolva o problema do excesso de presença, que se considera estar na origem de situações insustentáveis de penúria. (MBEMBE, 2020. p.77)

Mbembe (2020), em referência ao período colonial afirma que o apetite pelo luxo já não encontrava limitações e para tanto seria necessário a criação de uma rede global de desigualdades. O filósofo camaronês associa humanismo, iluminismo, capitalismo, neoliberalismo. Em comum todos tiraram suas forças da exploração e da desumanização dos escravizados africanos e hoje de todos os racializados do mundo. Retornando às favelas brasileiras, somente com pessoas morando sem saneamento, em barrancos, em palafitas, ou na calha de rios é que o capital pode pagar um salário-mínimo nacional, ou nem mesmo isso diante do desmonte das garantias trabalhistas, garantido assim sua infinita expansão. Dentro de nosso entendimento a favela não surge e não continua a existir devido à necessidade econômica e habitacional de uma parcela da população. Inverte-se o entendimento da necessidade, sendo assim, é o próprio capital que precisa economicamente da existência da favela. A favela é uma escolha da sociedade brasileira.

Reduzir à economia o surgimento das favelas, seria ignorar os navios negreiros, as lágrimas, o banzo, o sangue, o fardo da raça. Há que se falar num desejo que permeia nossa formação, um desejo que tentamos esconder com mentiras tais como a democracia racial, esse desejo tem nome, e o nome é o desejo de Apartheid. Esse desejo é esmiuçado por Mbembe (2020) no livro Políticas da Inimizade. Segundo o pensador, um dos principais pilares do colonialismo foi a segregação, um exercício constante de separação entre o "corpo vivo" do colonizador, dos demais "corpos-coisa" pertencentes aos colonizados. Esse desejo de separação, não é extinto com o fim de relação de domínio das metrópoles não só permanece vivo, mas tornar-se cada vez mais presente.

A criação de todos os estereótipos, sem dúvida, teve grande ajuda da imprensa. Gabriela Rocha (2018) em artigo que trata das representações sobre a favela criadas pela imprensa, destaca que desde que surgiram, os jornais apresentavam a favela como um grande problema sanitário e de segurança para a cidade, como solução pregavam a expulsão das famílias como quem programa uma dedetização. Um dos grandes colaboradores para a visão que a cidade oficial tem da família foi o jornalista Augusto Mattos Pimenta que era uma forte voz pelo desaparecimento da favela a qual elencava

como “lepra estética”. que já em 1909 a revista *o Malho* propôs que o governo federal deveria “arrasar a favela” já que “Favella é um antro de faccinoras e deve ser arrasado para decencia e hygiene da Capital Federal”. Segundo Rocha (2018), em fevereiro de 1927, o referido jornalista publicou um documentário intitulado “Como vivem os moradores da Favella” no qual se referia às mesmas como “chagas, focos de imundície, de promiscuidade e de horror”.

O desejo de apartheid passa, sem dúvidas por políticas de exceção, por uma concepção de vida nua, conceitos que aprofundaremos melhor no capítulo de Necropolítica. A exceção passa por um eterno estado de insegurança, que justificam qualquer medida para que o “inimigo possa ser neutralizado. Eleito o inimigo e o seu território é evocada uma guerra permanente, após essa linha fronteiriça, que separa a cidade e o território do inimigo, os direitos podem ser suspensos. É importante ressaltar que a pesquisa considera um portador devir negro [10] independente do grau de pigmentação da pele ou origem, o morador das favelas como um sujeito racializado, que é entendido pela cidade oficial como “outro “estrangeiro” e “inimigo”.

Nas primeiras décadas do século XX assistiu-se à queda do racismo científico e a ascensão do mito da “Democracia Racial”. Mudanças de perspectivas quanto ao papel do negro não foram suficientes para que seu lugar no mundo real fosse de fato alterado. Diante do descaso estatal nestes territórios, por volta do início anos 80 do século XX, com a intensificação do tráfico de cocaína, uma população já desamparada passa conviver com o crescimento de grupos armados que possuem por atividade fim o comércio de entorpecentes e mais tardiamente as milícias, formadas em grande parte por agentes e ex-agentes do Estado e tem como especialidade a criação de “empresas” que detêm o uso, da força monopolizam todo o tipo de serviço.

Não tenho a pretensão de esgotar toda a história do surgimento das favelas, no entanto, é importante pontuar que esses territórios não são somente e espaços passivos. Na luta pelo direito ao um teto, ao direito de existir seus moradores buscaram traçar novos caminhos, estabelecer alianças e superar o poder do Estado e das elites econômicas que, apesar de não permitirem outra opção senão a de construir suas próprias moradias, sempre se associaram para tirar daqueles até mesmo essa possibilidade, empurrando-os para um lugar o mais distante possível de suas vistas.

[10] Para Achille Mbembe na atual configuração do capital as agruras antes reservadas aos negros são estendidas à população pobre e racializada.

Utilizo do conceito de Bio-Necropolítica[11] entendendo que o Estado brasileiro atua de forma Biopolítica quando deixa morrer, mas também de forma Necropolítica ao agir de forma direta ao utilizar de sua soberania ao fazer morrer dentro das favelas. São caros e indispensáveis a esse estudo, conceitos outros como Inimizade, Estado de Exceção, Estado de Sítio, o conceito Máquinas de Guerra e do devir Negro. Esta pesquisa parte da premissa que a favela se constitui de um território à parte da cidade, uma zona de exclusão de direitos, onde a raça é a tecnologia determinante.

É importante ressaltar que a favela não se resume a um polo passivo. Desde sua origem a favela é um lugar de luta, resistência e vida, vida esta que reluta em existir mesmo diante de toda agressão a ela direcionada. A favela surge na busca por um lugar dentro da cidade. Esse espírito de resistência não ficou paralisado nas origens. Diversas são as iniciativas que partem de dentro das próprias comunidades e que visam a transformação da vida e das condições materiais de seus moradores. Essas iniciativas partem de religiosos, associações de moradores, organizações e não governamentais e até de movimentos não formalizados, mas que agrupam pessoas que buscam a garantia de seus direitos. Segundo o Censo de 2010, 6% da população brasileira reside em um total de 6.329 favelas.

Um exemplo recente da capacidade de organização e enfrentamento de crises, que muitas vezes se demonstra superior ao do próprio Estado, foi a atuação dos moradores da favela de Paraisópolis no início da pandemia de Covid-19 no ano de 2020. Enquanto as autoridades do país discutiam a melhor maneira de agir diante da crise pandêmica, os moradores delinearam um plano e acharam uma solução para evitar o agravamento das condições dentro de sua comunidade. Em cada rua foi eleito um presidente (totalizando 420 presidentes) que teria a atribuição monitorar e dar assistência às famílias que viessem a ter suspeitas da doença, buscando a conscientização da família. Além do monitoramento quanto a existência da contaminação esses presidentes identificavam as famílias que tiveram perda de rendimentos, garantindo a segurança alimentar dessas famílias. Ademais a iniciativa que partiu de dentro de Paraisópolis garantiu que a favela tivesse três ambulâncias para o atendimento aos doentes além da formação de coletivos que produziam máscaras e assim gerando renda. Movimentos como o de Paraisópolis

[11] Segundo Lima, F (2018) Faz-se necessário um diálogo entre os conceitos de Biopolítica de Foucault e Necropolítica de Mbembe. Desta forma entendemos que o termo Bio-Necropolítica é mais potente e abrangente para análise deste estudo.

ocorreram em todo o país. A favela massacrada e perseguida desde seu primeiro dia também é um lugar de sonhos e das persistências.

1.1 – Dona Orozina quer uma casa para morar

"Todo dia
O sol da manhã vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo quem já não queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia

E a cidade
Que tem braços abertos num cartão-postal
Com os punhos fechados da vida real
Lhes nega oportunidades
Mostra a face dura do mal

Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
A esperança não vem do mar
Nem das antenas de tevê
A arte é de viver da fé
Só não se sabe fé em quê"

(Alagados, Os Paralamas do Sucesso)

Essa letra da banda de rock Os Paralamas do Sucesso denúncia e coloca a favela da Maré nas bocas de milhões de brasileiros denunciando o que a cidade maravilhosa oferece a milhares de cidadãos. As milhares de pessoas que a canção do ano de 1986 trata não residem em "risonhos lindos campos" ou em bosques cheios de vida, mas no terreno pantanoso (hoje quase que completamente aterrados) às margens da Baía de Guanabara.

O jargão dos departamentos de Recursos humanos, representantes dos interesses de seus patrões, exigem de seus "colaboradores" (empregados) uma característica que seria fundamental para a manutenção de seus empregos e para a felicidade em sua vida particular, a resiliência.[12]Pois bem, aplicando-se este critério como verdade todos os moradores da Maré estariam felizes e empregados ou pelo menos oferecendo consultorias e capacitação para os tais colaboradores das grandes empresas.

Aprender a construir em terrenos acidentados encostas e barrancos são necessidades daqueles que não conseguem residir na cidade oficial, mas morar no que hoje chamamos de Complexo da Maré impôs um novo desafio aos seus primeiros

[12] Competência exigida pelas empresas por parte dos trabalhadores. É um conceito tomado da física pelos profissionais de Recursos Humanos e que indica a capacidade de um objeto de sofrer pressões e retornar ao seu estado original. É utilizado como sinônimo de adaptabilidade e capacidade de absorver qualquer tipo de pressão causada pelas relações de trabalho.

moradores. De acordo com os estudos de Santos (1986) e Vieira (1998), tudo começou com uma mulher negra conhecida como Dona Orozina Vieira, mineira da cidade de Ubá, que ao migrar para o Rio de Janeiro residiu numa casa de cômodos[13]. Dona Orozina após um passeio com seu marido às margens da Baía de Guanabara, encantada com a beleza do lugar, resolveu demarcar um terreno no morro do Timbáu. Com a ocupação total das terras do morro, restou aos próximos moradores o terreno pantanoso e os mangues que cercavam a Baía de Guanabara. Resiliência, resistência, criatividade.

A região foi primeiramente habitada pelos Tupinambás e posteriormente ocupada por engenhos de cana de açúcar. Com portos, praias e mangues que justificam seu nome, a região conheceu grande crescimento na década de 1940 com a construção da Avenida Brasil. O crescimento populacional foi exponencial, já que ali foram instaladas diversas indústrias além do fato que a própria construção da Avenida Brasil demandou uma grande quantidade de trabalhadores para sua construção. A região teria tido uma grande importância para a cidade devido a existência de diversos portos e depois passou por um período de decadência com a construção da linha férrea da Leopoldina.

Não é de hoje que os moradores de favelas são obrigados a pagar para agentes do Estado ou a criminosos pelo direito à moradia. Silva (2006), demonstra que Dona Orozina e os demais moradores do Timbáu aprenderam isso muito cedo. A região era de pouco interesse imobiliário e os terrenos eram terras devolutas o que estimulou a ocupação do local. Com as obras para construção do estádio Mário Filho (Maracanã) houve a necessidade de transferir uma unidade do exército (1º Batalhão de Carros de Combate que ocupava o terreno no qual seria construído o estádio, essa unidade foi instalada em frente ao morro do Timbáu. Os militares iniciaram o contato com a favela com o cercamento de terrenos e derrubada de barracos, logo adiante deu-se início à exploração econômica dos moradores com a cobrança de taxas e ainda venda de terrenos por meio de grilagem das terras que eram de propriedade da união.

No caso de Dona Orozina, algo como um milagre ou uma história de cinema aconteceu. A primeira moradora do maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro havia comprado um destes terrenos e o pagava assim como outras taxas a um sargento do exército como as cobranças não cessavam e Orozina toma atitude inesperada. Escreve

[13] Casas de cômodos eram prédios, localizados em sua maioria na região central do Rio de Janeiro nos quais diferentes famílias pobres residiam. A separação das famílias no interior dos prédios era feita de madeira, motivo dos recorrentes incêndios nestas habitações.

uma carta para o presidente Getúlio Vargas que a convida para o Palácio do Catete e lá lhe faz a promessa de que ela não pagaria mais taxa alguma. Através de um telegrama oficial que a isenta de qualquer taxa a promessa de Vargas é cumprida. Vargas (um populista) repete estas atitudes por mais vezes e ele e sua esposa Darcy passam ser conhecido como "protetores" e benfeitores das favelas.

> A proximidade de Vargas com o povo viabilizou a abertura de novos canais de comunicação com o poder, o que fortaleceu as favelas e estimulou sua organização. No caso emblemático do morro do Timbau, essa aproximação permitiu que dona Orozina Vieira denunciasse ao próprio presidente a cobrança irregular de taxas pelos militares do 1º BCC (Silva, 2006, p.79).

Na década de 1950 três fatores desencadeiam uma forte imigração para o Rio de Janeiro o que aumenta a região da Maré: grandes latifúndios se expandiram no Nordeste fazendo com que moradores daquela região sejam expulsos de suas terras, uma grande seca assola a região nordeste forçando a fuga para regiões onde se pudesse viver e ainda a inauguração da rodovia Rio – Bahia que facilitou o acesso ao sudeste.

A inauguração da Avenida Brasil permitiu que muitas empresas assim como as forças armadas se instalassem ao longo da via. Relativamente próximos à avenida, mas de baixo valor imobiliário os terrenos de mangue e pantanosos situados às margens da Baía de Guanabara são a solução para as famílias de pobres e imigrantes que chegam ao Rio e não tem onde morar.



Figura 1: Construção da Avenida Brasil, 1946. Foto: Rio on Watch.

Junto com a ocupação veio a repressão. Os barracos precisavam ser construídos com extrema velocidade e durante a noite eram realizados de mutirões de moradores que construíam esses barracos dentro d'água, assim surgiam as famosas palafitas da favela da Maré, edificadas sobre as águas numa altura que permitisse que não fossem cobertas pelas Marés mais altas. Não raro, crianças caiam das pontes que levavam até as palafitas e morriam afogadas. Com o passar do tempo os próprios moradores começaram a aterrar o terreno, um esforço hercúleo, realizado em comunidade, que aos poucos modificava a paisagem local.

> O processo de produção de aterros era um processo lento, mas contínuo e que se iniciava nas regiões fronteiriças à Avenida Brasil. Os trabalhos envolviam os 4 primeiros moradores da "rua", dois do lado esquerdo e dois do lado direito. Assim dividia-se o trabalho e as despesas (Vaz, 1994, p.38)



Figura 2. Palafitas, década de 1970. Foto: Rio on Watch.

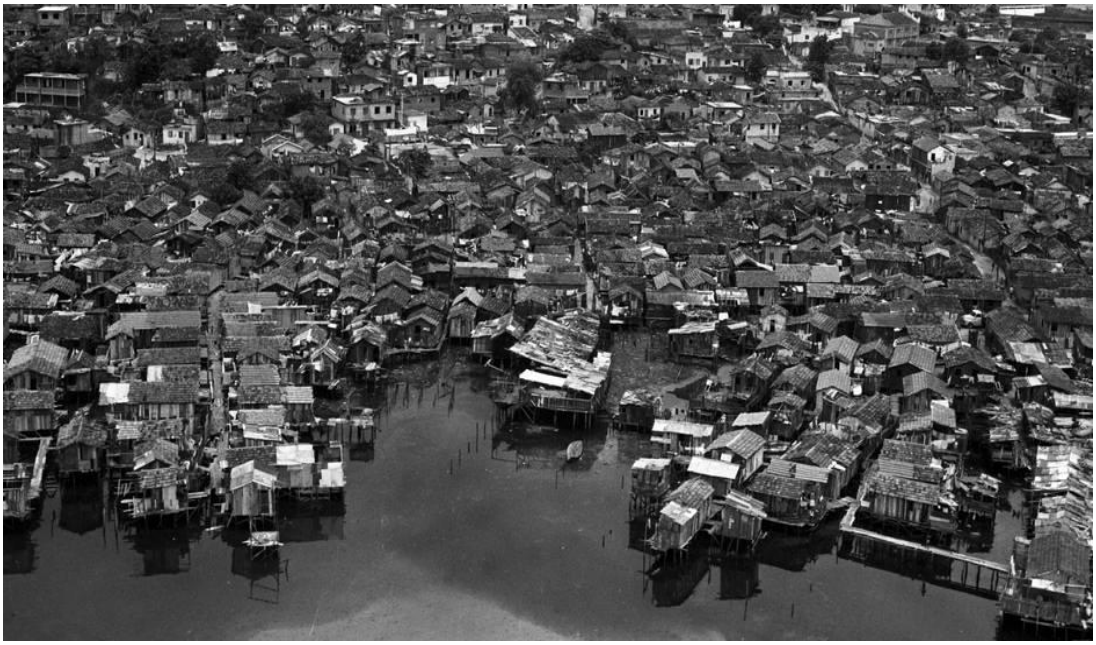


Figura 3. Vista aérea das palafitas, década de 1970. Foto: Rio on Watch.

Diversas intervenções estatais modificaram e ampliaram a Maré. No governo de Carlos Lacerda foram efetuados aterros, como o da praia da Moreninha e a criação de umas localidades atuais do complexo, a Nova Holanda, que nada mais era que a entrega de moradias feitas madeira a moradores de outros favelas do Rio que haviam sido removidas. Com o golpe militar de 1964 a política de remoção de favelas se intensificou e a região recebeu ainda mais moradores, muitos deles provenientes de favelas existentes na zona sul da cidade.

Já na década de 1970 os moradores da Maré diminuíram muito a utilização das precárias palafitas que além de insalubres ocasionavam a morte de adultos e crianças que muitas vezes morriam afogados ao cair na Baía. Por iniciativa própria, utilizando-se de material remanescente das obras da ponte Rio-Niterói e do Metrô, aterraram em torno de um quilometro em direção ao mar. A população da Maré de 1940 até a década de 1970 cresce exponencialmente o que chama cada vez mais à atenção das autoridades. Segundo Vaz (1994) em 1979 já sob o governo do General João Baptista Figueiredo e tendo como Ministro do Interior Mário Andreazza é lançado o Plano Rio numa tentativa de aproximação com a população mais pobre, a região a ser contemplada no plano seria a Maré.

> O projeto Rio traz duas inovações. A primeira seria a grande escala do projeto que iria abranger, aproximadamente, 50 há desde as operações de aterro do litoral da baía incorporando a Ilha do Fundão e a Ilha dos

> Pinheiros ao continente até outro município, Duque de Caxias. A segunda inovação é a esfera de tomada de decisão política em relação ao projeto que era ligado diretamente ao governo federal. (Vaz, 1994, p.38)



Figura 4. Vista aérea do Complexo da Maré à época do Projeto Rio. Foto: Rio on Watch.



Figura 5. Visita do Ministro Mário Andreazza à Maré. Foto: Rio on Watch.

O ambicioso projeto pretendia a construção de moradias populares para a população das favelas da região assim como um completo saneamento e transformação do entorno da Baía de Guanabara num espaço que ia do Caju até a Cidade de Duque de Caxias. No entanto as mudanças se deram em sua maior parte da região do Caju até a praia de Ramos, trecho onde foi construído um aterro para a construção de uma via paralela a avenida Brasil. A Ilha do Pinheiro e a praia de Inhaúma foram aterradas dando espaço a moradias populares que abrigariam os moradores removidos das palafitas. Esse conjunto é a Vila do João, batizada em referência ao presidente da república, nela também foi construída uma creche chamada Tia Dulce, nome da primeira-dama, tentativas de criar um sentimento paternal entre a comunidade e o ditador em um momento no qual ocorria as eleições para o governo do Rio de Janeiro, cujo candidato do regime era Moreira Franco.

O projeto Rio nunca foi concluído, Mario Andreazza que seria o candidato do regime para às eleições abertas foi preterido e Paulo Maluf escolhido em seu lugar, com isso o Projeto Rio é abandonado, no entanto o ministério do interior anuncia as obras como concluídas. Somente como governo Brizola que as obras são retomadas, visando o esgotamento sanitário, títulos de propriedade e construção de CIEPs[14] projeto este abandonado por Moreira Franco que só viria a concluir os CIEPs mediante forte apelo popular.

1.2 – A Vila do Pinheiro e o CIEP

De acordo com Silva (2006), a Ilha do Pinheiro era uma ilha repleta de áreas verdes e utilizada pela Fundação Oswaldo Cruz para criação de macacos que eram utilizados em testes. Surgida a partir do grande aterro do Projeto Rio que determinou o fim da Ilha do Pinheiro, esta localidade, onde está localizado o CIEP de nossa pesquisa, teve como primeiras construções um conjunto de prédios financiados pelo BNH e uma vila de casas geminadas. Com o abandono do projeto esta região conheceu um crescimento desordenado e os modelos das casas, impostos aos moradores, foram se modificando. Apesar disso tanto na Vila do Pinheiro como na Vila do João ainda

[14] O Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) foi um projeto de educação em tempo integral formulado pelo antropólogo Darcy Ribeiro e implantado pelo governador Leonel Brizola, e por isso ganhou o apelido pejorativo de "Brizolão", bastante utilizado pela imprensa nos anos 1980. As escolas ofereciam atendimento de 8 até às 17 horas e além do ensino regular ofereciam Educação Artística, todas as refeições do desjejum ao jantar e atendimento médico e odontológico dentro da própria unidade escolar. O projeto começou a ser desmontado no governo Moreira Franco.

prevalecem as ruas mais amplas e os cortes retos característicos do projeto urbanístico original.

Em 1993, já sob a administração César Maia é apresentado um projeto que tinha a pretensão de transformar todo o complexo em um bairro, a lei que é apresentada abaixo, apesar de não ser amplamente discutida com os moradores apresentava em seus artigos disposições que levariam à melhoria das condições de desenvolvimento humano e garantia os equipamentos que constituem de fato um bairro. No entanto o governo César Maia aprova a lei que institui o bairro vetando todos os artigos que proporcionariam qualquer tipo de melhoria para a população e território a Maré se torna um bairro por meio da Lei 2119 de 19 de janeiro de 1994.

Esse pequeno resumo da História da região demonstra a trajetória de lutas, injustiças, ameaças, busca por melhores de vida por parte de um povo que buscava umas das condições humanas básicas, ter um lugar para dormir. Esses territórios por vezes ocupados de forma espontânea por outras vezes foram ocupados pela intervenção estatal que na busca de transferir essas pessoas indesejadas de locais nos quais a sociedade não as quer acabou por ocupar novos territórios da cidade sob o pretexto de melhorias, projetos e promessas que acabam por não serem realizados.

Entendo que para além da história do local se faz necessário para esse estudo um entendimento do quadro atual de moradores do Complexo da Maré. Para tanto utilizamos como fonte os dados fornecidos pelo Censo Populacional da Maré, estudo realizado pela instituição da sociedade civil Redes da Maré em parceria com o Observatório das favelas e participação do Instituto Pereira Passos num trabalho conjunto com as 16 associações de moradores que ali se encontram. O censo foi realizado entre os anos de 2012 e 2013, isto é, três anos após o Censo nacional realizado em 2010. O extenso trabalho tinha como objetivo oferecer uma visão o mais detalhada possível da realidade específica da Maré, tendo como fruto um Guia de ruas da Maré e ainda a Menção honrosa no *Deustche Bank Urban Age Awards* em 2013.



Figura 6. Mapa das comunidades do Complexo da Maré. Fonte: Jornal Empoderado.

Por ora falaremos da escola, local no qual nossos alunos buscam cumprir uma das etapas determinadas para alcançar sua formação escolar.

Passando pela calçada parece estar abandonado, apesar de algumas luzes acesas. O portão está entre aberto e se você der uma espiada por ele pode avistar alguns cavalos pastando, quiçá um porco deitado, mas pode entrar à vontade, eles estão sempre ali, acostumados com o vai e vem de alunos e professores da escola. Cuida onde pisa! O chão é repleto de buracos, já que as grades dos ralos que circundam o prédio já não estão ali. Ah, o portão principal está fechado no cadeado, é preciso dar a volta no prédio para entrar, estratégia para tornar algum roubo mais demorado, em pensar que no projeto original a escola era integrada à paisagem, sem muros.

Na quadra o teto quase caindo, também só tem uma das balizas e uma das hastes da tabela do basquetebol, bem enferrujada, expondo os alunos ao tétano, ali existia outra baliza e outra haste, mas sabe como é foram serradas para montar o palco do baile promovido pelo tráfico de entorpecentes da região que por sinal tem suas iniciais escritas por todos os cantos da escola. Lâmpadas apagadas, corredor pouco iluminado, o reboco está caindo das paredes, a noite não é possível ter aula no primeiro andar de salas pois estas não possuem iluminação funcionando (embora as crianças do ensino regular estudem sem elas). Em uma foto solta poderíamos dizer que o prédio da escola está em um país conflagrado por uma duradoura guerra, mas estamos retratando o prédio de 35 anos de um CIEP a situado na Vila dos Pinheiros, Maré. O prédio em seus 35 anos não

recebeu nenhuma obra do poder público e é testemunha da relação do Estado brasileiro com as favelas brasileiras. Esse testemunho não se dá somente pelo estado do imóvel, mas também por um fato que marcou a história desta escola, a morte de um aluno do PEJA que em meio a um confronto ocorrido durante o período noturno foi atingindo por uma bala dentro da sala 17.

Como não lembrar o primeiro dia na escola quando fui levado à minha nova sala. Uma sala bem grande, na qual mesmo uma turma com muitos alunos ficaria bem acomodada, bem diferente da minha anterior a qual eu achava apertada. Mais tarde um colega foi até a sala 17 me cumprimentar e advertiu: - A sala é espaçosa, só cuidado ao escolher esse lugar para colocar sua mesa pois foi exatamente aí que o aluno da noite morreu. (eu ainda não havia sido avisado do ocorrido), fora esse detalhe e o fato dela não possuir nem lâmpadas e somente um ventilador, realmente era de fato uma sala bem ampla!

O CIEP foi inaugurado em setembro de 1985. Hoje a escola funciona nos turnos da manhã tarde e noite oferendo à comunidade a modalidade do Ensino Fundamental I, possui um total de 748 alunos e 35 professores somando entre professores e equipe de apoio um total de 49 funcionários, dentre os quais alguns 4 professores e 3 membros da equipe de apoio são moradores da Maré.

No segundo dia de aula do ano letivo 2018 no CIEP no qual eu leciono no primeiro seguimento do Ensino Fundamental foi necessário que os alunos e eu nos atirássemos ao chão. Não que buscássemos um lápis ou uma borracha perdida pelos alunos de dez a doze anos de minha turma, mas porque iniciava-se uma operação policial na favela onde a escola está situada. Na sala estávamos fazendo uma recepção para as três turmas de quinto ano e ali estavam três professores e quase noventa crianças, era minha "primeira operação". Com pouco espaço estávamos praticamente uns sobre os outros, sentíamos a escola tremer a cada voo rasante que o helicóptero da polícia fazia sobre a escola, o som dos tiros era contrastado com o choro das crianças. Em meio a gritos, choros e risos nervosos me chamou atenção uma menina que tremia muito, me perguntei se eu também estava tremendo daquela forma e percebi que não poderia fazer o mesmo, já que era necessário aos poucos sair da sala e buscar abrigo no corredor da escola.

Já no corredor, um local mais seguro, vislumbrei pela primeira vez a ideia de tentar entender como a violência poderia afetar não só o aprendizado dos alunos de escolas situadas em áreas de conflito, mas também suas próprias visões de mundo e suas expectativas de futuro. Era o meu segundo dia como professor em uma escola dentro de

uma favela, já havia lecionado em Guaratiba um bairro extremamente pobre localizado na zona oeste do Rio, mas no meu segundo dia de aula na Vila dos Pinheiros fui apresentado à realidade de 139.073[15] moradores do Complexo de favelas da Maré.

Com o passar dos dias pude perceber que a violência não se resumia às balas de policiais e criminosos. A falta de saneamento básico, as condições do prédio no qual a escola funciona, a falta de atenção básica à saúde e as condições de moradia também eram formas de violência que poderiam não matar como as balas, mas que diminuem a expectativa de vida e "matam" potências e sonhos. Toda essa engrenagem faz parte de uma necropolítica cujo racismo vai aniquilando de diversas formas. Foi essa experiência na Vila do Pinheiro e os dias que transitei e trânsito por este território o alimento deste trabalho.

No próximo capítulo proponho discutir sobre a relação entre colonialismo e racismo, tendo como consequência, no neoliberalismo racial, o que Achille Mbembe vai chamar de devir negro do mundo.

CAPÍTULO 2 – COLONIALISMO, RACISMO E O DEVIR NEGRO NO MUNDO

"Amor, olha o que fizeram com o nosso povo
Amor, esse é o sangue da nossa gente
Amor, olha a revolta do nosso povo
Eu vou, juro que hoje vai ser diferente"
(Corra, Djonga)

Este capítulo da pesquisa será dedicado às diversas formas como a "raça" e o racismo podem se apresentar. Será dedicado também a trajetória colonial, aos mecanismos do colonialismo e como a colonialidade ainda se faz presente entre nós. Imaginemos uma besta que possui mil cabeças. O racismo é um monstro de mil cabeças e cada cabeça possui uma face com a qual o monstro pode lançar seu olhar e atacar suas vítimas. Nunca saberemos quantas elas são, pois quando uma dessas cabeças é atacada e suas fragilidades se tornam conhecidas, esse monstro a recolhe lançando em seguida, sobre suas vítimas, uma outra face que por algum momento pode encantar, e por um

[15] Dados do Censo populacional da Maré.

minuto, fazer parecer que o monstro tenha se transformado em algo melhor. Colonialismo, Racismo Estrutural, Racismo Institucional, Racismo Cotidiano, Democracia Racial e Nacionalismos são algumas das mil cabeças conhecidas, tantas outras permanecem ocultas. A luta antirracista exige conhecimento e persistência já que o monstro para sobreviver exige o sangue, a dignidade, o suor e as vidas daqueles que ele tritura para manter-se de pé.

Nesse movimento, este capítulo se dedica a pensar a relação entre colonialismo e racismo, bem como pensar as transformações atuais no neoliberalismo racial a partir da ideia de devir negro do mundo como desenvolvida por Achille Mbembe (2018). Diante da atual fase do capitalismo, a saber o neoliberalismo, o devir negro é uma das faces com a qual o monstro se apresenta e utiliza para devorar àqueles que despertam seu apetite, a outra face a qual esta pesquisa contempla é o colonialismo, face feroz e conhecida, mas que se mantem de boca aberta e garras afiadas.

A categoria "raça" foi parida no mesmo momento que a modernidade. São gêmeos siameses que não podem ser separados, já que partilham o mesmo coração. Ao inventar esta categoria, o europeu reivindica para si a universalidade, a "semelhança com o criador" e a racionalidade, ao mesmo tempo que classifica o negro como seu dessemelhante, portador de características que denunciam sua vileza, de uma essência que o separa do branco (humanidade) e o coloca mais próximo da natureza, no qual são depositados tudo aquilo que o europeu tem dentro de si, mas que deseja esquecer que lhe pertence.

O termo "raça" já era utilizado no sentido de espécie, utilizado, portanto, com função de classificação entre espécies animais. No entanto, foi a partir do contato com os povos africanos que o Europeu passa a utilizar esse mesmo termo para cindir a humanidade entre brancos e não- brancos, separação esta que colocaria o negro no lugar de avesso da humanidade.

A estratégia do monstro é mostrar uma face enquanto recolhe a outra numa dança que tenta confundir e desacreditar suas vítimas. Entre tantas justificativas para a diferenciação entre os humanos uma das que foram essenciais foi a autorização dada pela igreja. A justificativa teológica que autorizava a escravidão por meio das guerras justas ou teorias baseadas na bíblia que alegavam que os negros teriam na sua cor, as marcas dos descendentes de Caim (o primeiro homicida) ou seriam os amaldiçoados

descendentes de Cam[16] (filho de Noé, amaldiçoado por ter visto a nudez de seu pai), foram de extrema importância para a instituição e expansão do sistema escravocrata. Durante toda *a* modernidade o europeu tratou de aprofundar cada vez mais as diferenças, forjando e aprimorando justificativas que tentariam provar sua superioridade. Essas tentativas de separação encontram seu ápice na forma da ciência. Após a publicação das teorias darwinistas o homem branco, finalmente, consegue uma resposta biológica para a sua pretensa superioridade. O europeu representaria o grau mais elevado da evolução da espécie humana, enquanto o negro teria se perdido no caminho da evolução, preso à natureza e a extintos selvagens. Primeiro uma face teológica, que discretamente se escamoteia dando lugar a cabeça que lança sobre os povos conquistados em África, todo o furor da "razão" europeia, "razão" esta que com pólvora e fogo permite a aventura do "homem" que reivindica para si o corpo e o espírito do africano. Do sangue e do espírito africano é erguido o edifício da modernidade.

Com a cabeça teológica discretamente escondida, com a face da "razão" devorando as riquezas, a história e a liberdade do negro, eis que a besta torna a face da ciência para o negro. Darwinismo social, frenologia, eugenia. A separação que se iniciou com a religião europeia, com os costumes europeus, alcançava uma dimensão biológica. A partir do corpo europeu cria-se parâmetro do que é humano. A humanidade é uma entidade branca e, o humanismo, é pensado na medida para o homem branco.

Foi nas colônias que o europeu exerceu ao máximo os rituais de sacrifícios à besta, *"*o apelo à raça (que é diferente da designação racial) é uma maneira de fazer reviver o corpo imolado, sepultado e apartado dos laços de sangue e de solo, das instituições, ritos e dos símbolos que o tornavam precisamente um corpo vivo**"** (MBEMBE, 2018, p.72**)**. Segundo Césaire (2010), nas colônias, através do chamado espírito aventureiro são aprimoradas técnicas e teorias que visam o sacrifício máximo dos portadores da "raça", navios transportam cargas com milhões de homens retirados de África como sacrifício nas Américas.

2.1 – O Monstro Colonial e a modernidade

[16] Em publicação datada do dia 30/03/2011 na rede social Twitter, o pastor evangélico e deputado federal Marco Feliciano: "Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polêmica" e acrescentou com a seguinte declaração: "Sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, Aids. Fome..."

"Querem que eu me contente com nada
Sem meu povo tudo não existiria
Eu disse: Óh como cê chega na minha terra
Ele responde: Quem disse que a terra é sua?"
(Corra, Djonga)

O colonialismo foi um sistema de ocupação e exploração territorial, no entanto, ainda é um sistema de exploração do corpo e do espírito. O sistema colonial que se iniciou com a expansão marítima é uma face do monstro racial que nunca descansou, já que é através, das ideias criadas durante o colonialismo/modernidade que a colonialidade mantem a divisão e subjugação da humanidade a partir de um critério primordialmente racial.

Para exercer a fantasia de superioridade a colonialidade desenhou um conjunto de teorias e métodos com os quais levou o terror aos povos americanos, africanos e a todos os lugares do globo que veio a nominar. Por toda América e África a chegada do europeu foi o sinônimo da chegada da própria morte. Uma morte que chegava em caravelas e tardiamente nos vapores em um triângulo no qual às luzes da razão foram proporcionadas pelo combustível fornecido pelos corpos, culturas e ecossistemas destruídos. Este triangulo iluminava o Norte enquanto espalhava cinzas pelo sul.

Para que possamos melhor entender o funcionamento e êxito do sistema econômico/político/econômico/social/epistêmico desenvolvido durante o período colonial, faz-se necessário a compreensão de seu surgimento assim como dos artifícios utilizados para mantê-lo de pé mesmo após os términos oficiais das relações metrópoles x colônias. Essa pesquisa utiliza o entendimento de alguns pensadores latino-americanos como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres que nos fornecem chaves para o entendimento desse processo.

A colonialidade/modernidade/eurocentrismo/racismo são fontes inesgotáveis de criação de mitos, mitos utilizados para justificar a exploração, a inimizade, o assassinato, e o sentimento de superioridade. Esses mitos estão presentes desde o nascimento da modernidade e atravessaram os séculos. Entre esses mitos estão a própria ideia de Europa, de brancos, negros e índios, a ideia de uma história linear que caminha numa só direção que pode se estender até o mito da existência de uma democracia racial brasileira. Para o pensador peruano Aníbal Quijano (2005) o surgimento da colonialidade tem como pilares fundamentais a ideia de raça, a criação da América e da Europa (que só foi possível com

a criação da primeira). A partir dessas três invenções surge o projeto da modernidade, projeto que só se tornou viável através da exploração dos povos recém conhecidos. Para tanto foi necessário classificá-los, e criar uma pretensa inferioridade, inventando assim índios e negros e a partir desses o europeu ou o próprio homem, como veremos adiante. Para o autor *"a modernidade é colonial desde seu ponto de partid*a" (QUIJANO,2005. P.114)

Quijano (2005), demonstra que a história da modernidade e de sua outra face, a colonialidade, tem como seu berço a América. A partir da invasão da América em 1492, os conquistadores criam um sistema classificatório baseado nas diferenças fenotípicas existentes entre os povos dessas regiões que parte do pressuposto de uma superioridade biológica do conquistador que suportaria a exploração dos conquistados.

Para Quijano (2005), após a criação da América, viabilizada pela exploração de índios e negros e pelo roubo, transferência e acúmulo das riquezas, nasce Europa. Criadora e criadores de mitos por excelência, os recém-nascidos Europa e o branco, que também atende por homem ou europeu passam a conformar tudo o que existe para o seu uso e benefício, desde a apropriação de técnicas à destruição de culturas, da destruição de sistemas de conhecimentos à construção de uma nova história na qual são o centro e o fim de todas as coisas.

> Contudo, os europeus persuadiram-se a si mesmos, desde os meados do século XVII, mas sobretudo durante o século XVIII, não só de que algum modo se tinha autoproduzido a si mesmos como civilização, à margem da história iniciada com a América, culminando uma linha independente que começava com a Grécia como única fonte original. Também concluíram que eram naturalmente (isto é, racialmente) superiores a todos os demais, já que tinham conquistado a todos e lhe tinham imposto seu domínio. (Quijano, 2005, p.116)

A partir desse ponto todos os povos, impérios e sociedades não-europeias são reduzidos a categorias genéricas e desprovidas de suas particularidades singularidades e histórias, tornando-se parte do passado e inferiores. Nessa toada grandes impérios como Astecas e Incas Zulus e Yorubas são reduzidos, todos, genericamente a índios e negros, em contraste com os brancos que seriam os modernos e exemplo da totalidade humana. Quijano (2005) segue e demonstra que uma das principais características dessa nova conformação de mundo é o fato que, diferente das experiências de colonização entre povos existentes anteriormente, a meta é apagar as características dos colonizados, criando um padrão cognitivo em escala global.

Esta colonialidade que ultrapassa o simples domínio colonial atravessou os tempos e se transformou num instrumento de criação e aprisionamento de subjetividades e de todas as formas de relações sociais possíveis, a colonialidade inventada e imposta a partir da modernidade tem como particularidade o fato de estar presente em todo o globo. Para explicar os mecanismos pelos quais a colonialidade opera Quijano (2005) criou a ideia de Colonialidade do poder.

O primeiro passo para entender a Colonialidade do poder é considerar que o continente americano é local, ou *espaço/tempo* no qual a modernidade se estabelece. Ainda seguindo o esquema proposto por Quijano (2005) é na América que é inicialmente forjada a ideia de raça como base para dominação e exploração do outro, ideia essa que posteriormente seria utilizada em todo o planeta. Para o pensador peruano a América é o berço de relações sociais nunca vistas antes, e uma dessas relações um sistema de classificação social baseado na ideia de raça. a raça tornar-se, desde então, o critério hierárquico que define a distribuição e locação de cada um dentro desse novo padrão estrutural do poder.

A hierarquização dos papeis sociais baseada na ideia de raça acaba por gerar uma nova configuração no que diz respeito ao controle sobre o trabalho, configuração esta que segue o mesmo padrão em todo globo. Quijano (2005) destaca que essa nova configuração tem como princípios a produção de mercadorias voltadas para o mercado mundial, relações capital-salário diferentes, simultâneas e interdependentes que desenvolveram novas características histórico-estruturais para que pudessem se encaixar nas novas configurações de poder , isto é para o autor, relações antes conhecidas como a "*escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário"*(QUIJANO, 2005, p.108), não possuem o mesmo significado que tinham no passado, portanto seriam" *historicamente novas*". Segundo o autor, é nesse momento de surgimento de um novo *"padrão global de controle do trabalho*" que surge o capitalismo.

Esse novo padrão constituído pela divisão racial do trabalho, criado na América, passa a ser reproduzido em todo o planeta. Com a introdução do sequestro e tráfico humano nessa equação, o trabalho não- remunerado, a escravidão é atribuída aos negros, a servidão aos índios, enquanto os brancos recebem salários, lógica que segundo Quijano (2005) determinou *"a geografia social do capitalism*o", no qual a recém parida Europa tornou-se o centro.

Também para Mbembe (2018), a colonização não poderia ser explicada apenas pelo seu viés econômico. Para o camaronês a colonização é um instrumento de regulação

global dos fluxos migratórios que funciona para que as sociedades colonizadoras possam se desfazer de seus excedentes enquanto para o colonizado significava o momento em que sua existência seria marcada essencialmente pela raça no qual seu corpo é apenas capital e geração de energia motriz.

Para além da colonialidade do poder que configurou um novo Sistema-Mundo[17]que possibilita através da divisão racial do trabalho o surgimento do capitalismo, existem outras colonialidades que trabalham em conjunto com a primeira e fornecem de forma sinérgica a sustentação do racismo e do padrão eurocêntrico. São elas a colonialidade do ser, isto é, a forma como a colonialidade é sentida pelos indivíduos e a colonialidade do saber, que se caracteriza como uma hegemonia epistêmica que deixa de fora todo conhecimento produzida fora de seus parâmetros.

A colonialidade do saber é introduzida através da subjetividade e da padronização do conhecimento. Os métodos e formas de produção de conhecimento assim como os saberes legítimos são aqueles produzidos pela matriz europeia, fora dessa matriz há somente superstição e crendices. Dessa forma são invalidados a ciência e o conhecimento acumulado pelos povos não europeus.

Para o pensador Nelson Maldonado-Torres (2007) a colonialidade do ser parte da ideia de que os racializados não são sujeitos. Maldonado-Torres explica que se em Descartes a certeza do ser está contida em "Penso, logo existo", então para colonialidade que descarta e despreza a racionalidade daqueles que ela classificou como negros e índios o sinal é invertido transformando- se assim em "Não penso, logo não existo". A colonialidade do ser atinge frontalmente a subjetividade daqueles que são racializados e subalternizados, colocados à margem da humanidade. O pensador mexicano recorre a Franz Fanon para desenvolver seus argumentos sobre a colonialidade do ser, evocando a figura dos "Condenados da terra" aquele que é invisível ao mesmo tempo que é considerado como excesso.

Para entender as marcas produzidas pelo colonialismo recorro a Franz Fanon[18] (2008). Qual é a posição do negro dentro de uma sociedade colonial, racista? Quais são

[17] Sistema mundo é uma teoria desenvolvida por pensadores como Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Samir Amin que divide o mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos. Essa classificação tem como critério a divisão transnacional do trabalho.

[18] Psiquiatra de origem martinicana, Franz Fanon pensa a construção psíquica do negro e as possibilidades do corpo negro dentro de um mundo que tem a ideia de inferioridade racial do negro em seu centro. Fanon apresenta à faculdade de Lyon a tese "Pele Negra, máscaras brancas", no entanto, a tese não foi aceita,

os elementos que permitem que a violência contra negro possa ser vista como natural? Como o corpo negro torna-se o local no qual o estado aplica sua prerrogativa de uso da força de forma indiscriminada? É o negro um homem? O que deseja o negro?

É através de um olhar dado pela sua formação em psiquiatria que Fanon busca entender os efeitos da principal característica das sociedades forjadas pelo colonialismo, a saber, o racismo que através da sua força coloca o negro numa em uma zona de não existência que ele chamou de "não -ser". Fanon (2008) argumenta que dentro da lógica do não ser o homem negro não é um homem, ele não é, não é um ser. Esse lugar, ou melhor, não-lugar é imposto pelo racista, pois "é o racista que cria o inferiorizado" (FANON, 2008. p.90).

Diante desta realidade dada, segundo Fanon (2008), o homem negro deseja ser branco, já que ser branco significa existir. Enquanto o branco não necessita explicitar sua condição racial, o negro está condicionado à sua própria aparição, a sua cor, pois o seu corpo o precede e junto com sua aparição estão colocados todos os estigmas produzidos pelo racismo. Na divisão provocada pelo racismo os brancos (homens) são os superiores causando no negro um complexo de inferioridade que o levará a simular de formas diversas a condição de branco, isto é, o negro usa "máscaras brancas" que o permitam acessar a zona do ser, no entanto, há sempre o momento que o negro é confrontado e essas máscaras são retiradas e ele é novamente apontado como negro.

Estas máscaras podem ser artifícios de linguagem, comportamento, educação formal ou pertencimento a algum povo ou lugar geográfico de alguma forma o diferencie de outros negros de forma que ele se afaste ao máximo de sua origem africana. Sendo assim, demonstra Fanon, o martinicano empenha-se a distinguir-se do senegalês e a mesma dinâmica pode ser observada no Brasil onde através de uma régua de tons de cor busca-se alcançar o gradiente mais branco possível.

Fanon (2008) constata que o negro não é visto individualmente, mas carrega consigo toda uma raça e essa raça é ligada à sexualidade, à natureza, à selvageria, o atraso e ao passado. O racismo cria o negro como um ignorante e como uma ameaça. Essas constatações são importantes para entender como até hoje em sociedades que se querem pós-coloniais o negro ainda é tratado como na colônia, um corpo sujeito a todo tipo de desprezo e violência já que é percebido como ameaça.

---

porém esse trabalho torna-se um dos maiores estudos a contemplar o lugar ocupado pelo negro e as consequências do colonialismo na formação do homem negro.

Passados quase dois séculos da saída do colonizador o negro ainda não encontra na sociedade brasileira o seu lugar e seu reconhecimento de fato como ser humano e para Fanon é esse reconhecimento pelo outro que produz valor e reconhecimento como humano.

> O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida. (FANON 2008 p. 180).

O não reconhecimento do negro como homem gera um duplo dano para o negro que se vê como inferior e por ser visto como inferior, por habitar um lugar de não-ser, está suscetível à toda forma de violência. A maquinaria criada pelo colonialismo viria moldar a forma de ser – ou não ser – do homem negro, viria a criar todas as estruturas que mantém de pé o pacto narcísico que torna o racismo como modo normal de funciona mento das sociedades.

A aventura colonial que instala cruéis sistemas de exploração nas américas e posteriormente divide o continente africano, no momento histórico conhecido como imperialismo, buscou justificar-se de diversas formas, da religião à razão. Levar a salvação, levar a civilização, clamava o europeu, no espalhamento de sua bondade sobre a terra.

Aimé Césaire (2010) denunciou, de forma bastante contundente, o que foi o projeto colonial europeu, desfazendo nas linhas de seu ensaio, toda ilusão criada em torno da Europa. A partir das reflexões deste pensador podemos entender a forma como o colonialismo se faz presente nas antigas colônias, as heranças por ele deixadas, sua agência permanente, a conformidade que este dá às instituições, e por fim como perpetua o racismo e a violência direcionada às pessoas racializadas. Para Césaire (2010) o colonialismo não deixa de existir simplesmente pelo fato de a metrópole ter deixado o controle administrativo de um território.

No ensaio “Discurso sobre o Colonialismo” publicado em 1955, Césaire demonstra os males e efeitos do colonialismo sobre os povos e territórios conquistados pela Europa. Ao escrever, Césaire demonstra que o colonialismo está vivo, que a Europa nada aprendeu com o terror vivido em seu território e que o humanismo falhara. A grande questão abordada por Césaire é o fato da Europa que se coloca como ideal de civilização,

como grande distribuidora da razão e redentora dos povos ser na verdade uma civilização decadente e indefensável.

Aimé denuncia as mentiras sob as quais a Europa justifica suas ações imorais sobre a humanidade. Para tanto demonstra que é preciso descartar os principais discursos que buscam legitimar a colonização europeia, e para isso pergunta "O que é em seu princípio a colonização?" O próprio Césaire responde dizendo: "não é evangelização, não é filantropia, não é expansão da razão, não é cura das tiranias ou enfermidades, não é a expansão de Deus, nem do Direito". (CÉSAIRE, 2010 pg. 17)

Para ele, a colonização nada mais é do que o gesto do aventureiro e do pirata, do comerciante, um gesto de apetite e força. Um ato visto como necessário pela civilização europeia ansiosa por expandir seu modelo econômico. Para ele nenhum valor humano pode ser resgatado da colonização que por sua vez está totalmente afastada da civilização.

> Entre colonizador e colonizado só há lugar para o trabalho forçado, para a intimidação, para a pressão, para a polícia, para o tributo, para o roubo, para a violação, para a desconfiança, para o silêncio dos cemitérios, para a presunção, para a grosseria, para as elites descerebradas, para as massas envilecidas. (CÉSAIRE, 2010, p.31).

Césaire argumenta que é extremamente importante observar a relação existente entre o sistema colonial e o sistema que tanto causou horror ao europeu e ao mundo. Para ele o sistema colonial e suas práticas formaram uma espécie de ensaio para o que a ideologia nazista veio a colocar em prática.

A reificação do homem, a tortura, o desprezo pela vida, além de todos os métodos utilizados pelos nazistas já estavam presentes na colônia e o que causa espanto e horror é a utilização desses artifícios no território europeu e contra o homem branco.

Aimé Césaire (2010) contesta os supostos benefícios da colonização argumentando que não é justa a troca dos supostos benefícios oferecidos pelos colonizadores (empresas, estradas, canais e ferrovias) pelas culturas e seus sistemas políticos funcionais, pela liberdade dos povos, e pela posse da terra.

Para exemplificar o caráter perverso do colonizador europeu e sua ótica sobre os demais povos, Césaire ilustra seu discurso com o pensamento do filósofo francês Ernest Renan: "...aspiramos não à igualdade, mas à dominação", que considerado um pensador idealista prega a subjugação das raças conquistadas pelo europeu, já que segunda sua teoria amarelos e negros nunca seriam capazes de criar o mundo criado pelo europeu.

Em sua obra “Políticas da inimizade” Mbembe (2020) relembra que para o historiador Romain Bertrand o estado colonial seria sempre um estado em pé de guerra no qual os colonizados estão sujeitos a todo tipo de violência que configuram, segundo ele, uma política colonial baseada no terror.

O colonialismo, foi, portanto, um grande mecanismo de exploração econômica que buscou sangrar a terra e os homens em favor das metrópoles. No entanto, através da colonialidade, esse empreendimento que pode criar a falsa impressão de extinção com o fim oficial dos impérios europeus, se mantém ativo e espalhado por todo o globo através do racismo, da distribuição desigual das relações sociais e de trabalho, e pelos ataques contra as subjetividades e conhecimentos produzidos fora do receituário europeu. No próximo subcapítulo a ficção racial será debatida bem como as práticas racistas motor da Necropolítica como bem coloca Achille Mbembe (2018).

2.2 – A Ficção Racial e as Práticas Racistas.

“Eles são a resposta pra fome
Eles são o revólver que aponta
Vocês são a resposta porque tanto Einstein no morro morre e não desponta
Vocês são o meu medo na noite
Vocês são mentira bem contada
Vocês são a porra do sistema que vê mãe sofrendo e faz virar piada, porra
Eu vi os menor pegando em arma, pois cês foram silenciadores”

(Corra, Djonga)

Em primeiro lugar devemos deixar claro que “*Para nós só é possível falar da raça (ou do racismo) numa fatalmente imperfeita, dúbia, diria até inadequada*” (MBEMBE, 2018, p.27).

O conceito de “raça” é de difícil utilização e justificação, e tem sido discutido e reelaborado desde que começou a ser utilizado para definir uma hierarquia entre os homens. Se inicialmente a “raça” era utilizada para separar espécies diferentes, com a expansão do modo de vida europeu pelo globo esse conceito passou a ser usado para subdividir a própria espécie humana. Sérgio Guimarães (2005) afirma *que ““Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural*”, mas, no entanto, para o estudo das relações étnicos raciais ele é imprescindível, isto é, embora controverso e

impossível de ser comprovado biologicamente, o conceito de “raça” é necessário para o enfrentamento, estudo e entendimento do racismo.

> “Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Raça denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se ao mundo social. Por mais repugnante que sejam as consequências que são acarretadas deste conceito, somente por meio da nomeação é possível estudar esse fenômeno assim como combatê-lo, sendo assim, o autor defende o uso do conceito de “raça” pelas ciências sociais. Conceito este propriamente sociológico, que prescinda de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica. (GUIMARÃES, 2005, p. 11).

O professor Kabengele Munganga (2003) explica que o fato do conceito de “raça” não se justificar biologicamente ou cientificamente, não quer dizer que não existem diferenças biológicas entre os seres humanos, mas apenas que esta diferença se encontra num nível tão baixo que não há como justificar a divisão dos seres humanos em diferentes raças. Para o pensador o racismo por sua vez consiste em atribuir valores morais a determinado tipo biológico, isto é, características físicas como cor da pele, tipo de cabelo, ou formatos do crânio estariam diretamente ligados à faculdade da razão, à engenhosidade, à disposição para o trabalho ou à preguiça ou passionalidade, isto é, o racismo consiste em essencializar comportamentos atribuindo a grupos ou indivíduos portadores de uma característica física específica, algum comportamento ou capacidade que estariam diretamente ligados a esse componente biológico. O problema, portanto, não estaria na classificação quanto as reais diferenças aparentes entre os grupos humanos espalhados pelo globo, mas sim na hierarquização dessas diferenças. A hierarquização das raças criou uma pseudociência, a raciologia, que serviria de base teórica para os nacionalismos e regimes baseados em supremacias raciais. Especificamente quanto ao racismo brasileiro, o professor Kabengele Munganga em entrevista concedida em 2009 afirmou que o racismo existente no Brasil é um crime perfeito, isto porque, apesar de existente ele é silencioso, escondido por trás do mito da democracia racial, não permite que a vítima forme uma consciência racial, a silencia, matando através do racismo em si e posteriormente pelo silêncio que impossibilita qualquer manifestação de suas vítimas.

Lecionar na Maré é dar aula em lugar no qual o racismo do Estado se faz presente de todas as formas, pela forma como Estado se faz presente assim como por suas

ausências. No entanto, há o racismo silencioso, destacado pelo professor, já citado nesse capítulo. O silêncio que impede a formação de uma consciência racial, é um desafio que tenho enfrentado cotidianamente como educador. Um grande desafio decorrente desse silenciamento é o fato que muitas vezes alunos negros, muitas vezes não conseguem se identificar como negros. No ano de 2019, em um passeio escolar à Fiocruz uma aluna negra do 5 ano viu uma foto de escravizados e disse: - "ainda bem que eu não sou negra, pois se eu tivesse nascido naquela época eu seria escrava, né professor?". Confesso que fiquei paralisado e só consegui dizer que todos nós ali seriámos. Ela perguntou: "Até eu professor?" e eu disse: - "até você". Diante de fatos como esses, fica evidente a importância de uma educação étnico racial nas redes de ensino que atinja os corpos docentes e discentes.

Por muito tempo o racismo existente dentro dos muros da escola foi disfarçado por uma ideia de democracia racial, que não permitia (e ainda não permite) que as dores das vítimas do racismo pudessem ser ao menos ouvidas. Ofensas raciais são comuns entre os alunos, ofensas de todo o tipo. Deboches, ironias, xingamentos explícitos. Tudo entre crianças, 9, 10 anos. Ao sofrer a ofensa um aluno pode bater no agressor, revidar com outro xingamento, chorar, se encolher, uns poucos afirmam que o agressor foi racista. O racismo, aprendido em casa, entra pela porta da frente da escola gerando todos os danos que o racismo é capaz de causar naquele que o sofre. A conversa com a turma é convocada imediatamente, mas obviamente, depois da dor causada não é suficiente. É nessa hora que sinto a necessidade de que a lei 10.639/03[19] seja de fato utilizada a todo e qualquer momento que uma política educacional for pensada, para que os alunos possam ser protegidos e para que nós professores não sejamos plateia para a cena racial, reprodutores do racismo ou para que possamos saber o que fazer diante desses episódios.

O conceito de *Racismo Estrutural* é muito caro para a presente pesquisa. Como explica Almeida (2019) o racismo é tecnologia e ideologia e estrutura social.

Se aceitamos essa premissa, temos posto que essa tecnologia será utilizada para manter a conformidade da sociedade tal qual ela está utilizando de artifícios para evitar a mobilidade social dos sujeitos negros e racializados e ainda naturalizar a condição de inferioridade ou de cidadãos de segunda categoria de ambos. O racismo estrutural, portanto, de forma prática, atravessa o espaço escolar de duas formas. A primeira através de uma biopolítica que não fornece recursos suficientes para uma educação de qualidade,

[19] A Lei 10.639 de 2003 obriga o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e africana.

educação geralmente voltada simplesmente para formar mão-de-obra que atenda aos requisitos mínimos do mercado. Ainda tratando dessa primeira forma, temos a vulnerabilidade a qual esses espaços escolares estão expostos. A violência que cerca esses espaços escolares diminui os dias letivos e nos dias "normais" não há a tranquilidade necessária para um aprendizado efetivo. A segunda forma são as formas de invisibilazação, apagamento e não valorização da cultura destes alunos. Esses elementos do *Racismo Estrutural* também chegam ao currículo e à sala de aula (com por exemplo através da invisibilização no material didático ou a falta de preparo ou interesse das redes e de ensino em enfrentar a questão racial), e por consequência afastam, geram desinteresse, baixo desempenho e por fim o crescimento da evasão escolar.

Cabe destacar que, a escola também é um espaço atravessado pelo *Racismo Institucional*[20]. Se o racismo está dentro das instituições, ele também está inserido nas escolas. Padrões estéticos, normalização de condutas, representatividade. Desde as formações das secretarias de educação até quem guarda o portão da escola e da diferença da quantidade de obras oferecidas para escolas que estão no "asfalto" para as que estão dentro das favelas o *Racismo Institucional* é fator que atinge o estudante negro e racializados.

O *Racismo Estrutural* entende o racismo como uma condição normal da sociedade, isto é, o racismo não é um problema individual dado pela ignorância do sujeito assim como não está contido apenas nas instituições tornando-se um problema de conjuntura. O Racismo estrutural está presente na economia, no direito, na política e para estar presente nessas esferas é necessário que ele habite na subjetividade da sociedade, e o modo que esta construção opera é através da ideologia. Segundo Almeida (2019), A ideologia racista em primeiro lugar cria a raça, após criá-la, o racismo naturaliza a condição do negro e a justifica através de exemplos e interpretações das relações sociais fornecidas pela própria ideologia racista. O racismo, portanto, molda o inconsciente fazendo parecer natural a condição do indivíduo que foi racializado, condição esta, que na realidade é uma condição historicamente criada. A naturalização e justificativas fornecidas pela ideologia racista só é possível através de um complexo imaginário social,

[20] Definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, o Racismo Institucional induz mantem e promove uma organização nas esferas estatais e privadas, regidas por uma hierarquia racial que reproduz sistemicamente privilégios que serão acessados pela parcela branca da população.

que é reforçado pela escola, mídia e meios de comunicação (aparelhos privados da hegemonia)[21].

O autor enumera e explicita as formas e caminhos utilizados para justificar e naturalizar o racismo na sociedade brasileira, isto é, tirar o véu que cobre a ideologia .Esta naturalização torna-se possível através de um círculo que coloca historicamente o negro em posições subalternas ao mesmo tempo que nos fornece interpretações direcionadas da "*relação que temos com as relações concretas";* esclarece, ainda, que para responder esses questionamentos é necessário o entendimento que o racismo é político e histórico e atrelado à construção das subjetividades e afetos conectando-os às práticas sociais. O racismo, portanto, cria uma explicação racional para as desigualdades assim como cria uma ideia que permite a aceitação da violência racial, assim como um mundo formado por brancos e não brancos.

Almeida (2019) demonstra que as práticas sociais estão enquadradas dentro de um parâmetro racial que afeta integralmente a realidade social e política na qual os indivíduos estão inseridos e, portanto, tudo o que é considerado "normal" é atravessado pela ideologia racista. Podemos observar, portanto, a ação dos aparelhos privados de hegemonia na conformação social através de um reforço dos estereótipos relacionados aos indivíduos racializados. Segundo ele, a ideologia nos apresenta aquilo que deve ser visto como realidade e normal, aquilo que se quer que se entenda por características do sujeito racializado. A prática da ideologia se dá na soma da realidade observável do sujeito racializado à realidade por ele vivida.

O sistema de justiça é criado e funciona de forma a "enquadrar" e manter a pobreza e os sujeitos racializados dentro de uma lógica de criminalidade, na qual opõe a sociedade aos negros que através do imaginário criado deveriam ser combatidos. A ideologia racial é tão forte e presente que submete a todos. O racismo então acaba por ser aceito como natural não somente pelos brancos, mas os próprios negros passam a enxergar seus pares como inferiores ou perigosos. A ciência possui um discurso de autoridade e por muitas vezes e em diferentes épocas foi e é utilizada para justificar preconceitos e teorias de supremacia racial.

As interpretações e justificativas racistas se adaptam aos tempos e às necessidades do capital e, portanto, tornam-se mais sutis e difíceis de serem identificadas, isto é, apesar

[21] Aparelhos Hegemônicos: instituições da sociedade civil que tem como função estabelecer um determinado consenso, podendo ser usado como exemplos a escola, a religião, partidos políticos e mais recentemente os meios de comunicação.

do racismo poder operar pelo extermínio, ele também pode operar através da desumanização, do “tornar exótico”, diminuindo a cultura racializada à uma “cultura menor”.

> A supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. (ALMEIDA, 2019, p. 75)

É necessário conhecer a supremacia branca dentro do contexto histórico sob a pena de uma visão reducionista. Consensos são criados para que a superioridade do branco aparente naturalidade como por exemplo: padrões estéticos, mecanismos que proporcionam privilégios, costumes populares que colocam o negro em posição vexatória.

> Só se é “branco” na medida na medida que se negue sua própria identidade enquanto branco, que se nega portador de uma raça. Ser branco é atribuir identidade racial aos outros e não ter uma. É uma raça que não tem raça. (ALMEIDA, 2019, p. 78)

A ideologia racista consiste em ver o branco como o homem, o ser humano. Os demais homens são divididos em raças e identidades culturais diversas já que fugiriam do ideal de humanidade. Assim a meritocracia é um dos maiores argumentos utilizados pelo ideário racista para justificar as desigualdades entre brancos e não brancos já que retira a culpa da estrutura social racista e a coloca no indivíduo.

Por seu turno, o pensador cubano Carlos Moore (2007) demonstra o caráter histórico do racismo, que, portanto, não poderia ser entendido e combatido através de uma chave de ideológica. Para o autor faz-se necessário que sejam desfeitas confusões acerca do tema, assim como um entendimento que se baseie em novas bases epistemológicas.

Segundo o autor, para entender o racismo devemos diferenciá-lo de preconceito. Diferente dos preconceitos, o racismo é ódio, um ódio universal marcado pela ideia de uma inferioridade de um grupo em relação a outro, ódio despertado pelo simples fato do negro existir, por suas características corporais, fenotípica. Esse ódio permitiria a criação dos piores tipos de preconceito. Para o pensador somente o racismo e o sexismo são historicamente construídos e universais, embora guardem profundas diferenças.

Moore (2007) destaca que a força do racismo é tal que a capaz de quebrar até mesmo a solidariedade intragênero. O autor demonstra a diferença entre preconceito e

racismo. Para o pensador cubano mesmo os sexistas em relações familiares podem de alguma forma relacionar-se com mulheres dentro de uma relação de respeito, já o racismo quebra as redes de solidariedade, impedindo que mulheres brancas reconheçam as mulheres negras como pertencentes ao mesmo grupo, tornando-as seu outro. Por sua vez homossexuais negros sofrem ataques racistas por mulheres e homens homossexuais brancos. O racismo reverbera em todos os tipos de relações, mesmo entre grupos que sofrem constantes ataques.

Para o pensador cubano é fundamental entender que uma sociedade racializada fornece vantagens ao grupo dominante, isto é, aos brancos. Nesse sentido seria inconcebível a noção de um desmantelamento da estrutura racista através de uma reforma ético-moral, já que desde o princípio da divisão racial há uma gestão dos recursos da sociedade que tem como critério a raça e que beneficia de todas as formas a raça dominante e sempre, e em todas as esferas imagináveis de uma sociedade, trará desvantagens para àquele racializado.(...) "o *problema não reside necessariamente no fato que o racista se sente superior, mas no fato que ele vive uma vida efetivamente superior à daqueles que oprime"* (MOORE, 2007. P.286). Moore faz ainda duas advertências de grande importância para o entendimento da dinâmica do racismo. A primeira ao citar Octávio Ianni e Aimé Cesárie adverte que o racismo está sempre em mutação, recua para avançar ainda mais, adapta-se as novas realidades para se manter vivo. A segunda é que é preciso para a pretensa tentativa de solucionar o racismo através da pauta de diversidade. O pensador pondera que mais do que o reconhecimento da diversidade, é necessária uma transformação que busque reconhecer as diferenças de forma positiva, que promova uma igualdade sociorracial.

Ainda em relação às discussões sobre o racismo e suas diferentes manifestações gostaria de trazer para reflexão a dimensão cotidiana do racismo, entendendo que é inseparável o racismo estrutural, institucional e cotidiano, pois essas três dimensões perpassam as minhas vivências no território do complexo de favelas da maré e nas minhas vivências enquanto professor. *Racismo cotidiano* nada mais é que a agência do racismo colonial possibilitado pelas estruturas sociais pautadas na raça. É na escola que o negro e o sujeito racializados tem os seus primeiros contatos com o racismo, e esse racismo se dá principalmente através do que Grada Kilomba (2019) chama de racismo cotidiano, em diálogo com a questão do trauma trazida por Fanon. Esse tipo de racismo é vivido no caminho da escola quando o policial não enxerga nesses alunos crianças ou estudantes, mas "menores", esses não são vistos como "o futuro do Brasil". Na escola atos racistas

muitas vezes são tratados como “brincadeiras de criança”, ou mesmo quando tratados como “bullying” desconsideram o teor racista das ofensas, o que desde a mais tenra idade desestabilizam por completo a confiança desses alunos.

Ainda me lembro dos remotos anos de 1990 em que estudava em uma escola católica na Zona Norte do Rio de Janeiro. Lembro de algumas piadas feitas pelos próprios professores. Piadas sobre a cor e sobre o cabelo das meninas. A cada vez que cortava o cabelo também ouvia algumas dessas piadas, embora bem mais leves dos que as feitas com alguns colegas. A turma ria. Enquanto escrevo, revivo o momento e confesso que um sentimento de insegurança me toma a mente, a mesma insegurança que sentia à época (resolvi começar a raspar a cabeça por volta dos 13 anos, muitas vezes minha mãe não podia pagar o corte regularmente, o crescimento do cabelo me incomodava muito devido às brincadeiras, raspar me parecia uma boa solução, no entanto, como o tipo de corte não era comum à época muitos professores agiam com deboche). Olhando para trás imagino o quão era grande o sofrimento dos outros colegas, que sofriam ataques cotidianos e de todos os lados, a escola, provavelmente era um lugar que trazia sofrimento e insegurança.

Como professor e aluno da educação básica que também fui, muitas são as situações que nos levam a vivenciar o *racismo cotidiano* dentro da instituição escolar. Quando criança passei por situações que não sabia explicar, e olhando para trás consigo realizar situações que colegas negros passaram, em que fica evidente a forma preconceituosa com que eram tratados. As demonstrações de carinho dos professores é algo que hoje entendo como chocantes, elogios e congratulações exacerbadas para alguns alunos (invariavelmente brancos) enquanto certo distanciamento de outros, considerados sempre como os bagunceiros, rebeldes, que “não queriam nada”. Os alunos do grupo elogiado eram também os que tinham o benefício da dúvida, e se utilizavam bem dessa possibilidade. Em qual disputa de versões, de conflitos, de xingamentos, as crianças “que não eram rebeldes” como as outras é que tinha suas versões acatadas por professores ou inspetores, afinal “Nós já te conheçamos, né fulano” “tinha que ser”, “você de novo?” “por que seu caderno não é igual da fulana?”. Era uma escola católica, que oferecia diversas bolsas aos alunos moradores de favelas próximas e esses acontecimentos eram diários. Outro fato que consigo entender atualmente é que a maioria dessas bolsas, não era concedida para crianças negras. Eu só lembro de ter sido aluno de quatro professores negros em toda minha vida escolar. A primeira na Classe de alfabetização, a tia Marli, e o terceiro e que muito lembro o professor João, já no primeiro ano do Ensino Médio. Um professor fantástico que lecionava as disciplinas de Língua Portuguesa e Inglesa. Já na

época, era notório o incomodo entre os professores com o professor João, era muito perceptível que ele não era acolhido por boa parte dos professores. Certa vez meu professor foi afastado, adotou como livro paradidático *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queiroz. Nunca entendi o porquê ele ter adotado essa postura numa escola Católica, hoje consigo entender.

O racismo cotidiano, conceito utilizado do livro "Memórias da Plantação" (2019) da autora portuguesa Grada Kilomba, é uma lança em brasa com a qual o monstro fere diuturnamente o negro. É através do Racismo Cotidiano, que a branquidade exerce o colonialismo, cria cenários em que prendem o negro ao passado, impõe separação, demarca territórios, busca lhes arrancar a humanidade, trazendo a dor e principalmente o trauma às suas vítimas.

Kilomba (2019), escreve que através do racismo cotidiano o branco consegue realizar suas fantasias coloniais enquanto o sujeito negro é levado ao seu passado e amarrado a ele. Ela diz "uma pessoa é olhada, lhe é dirigida a palavra, ela é agredida, ferida e finalmente encarcerada em fantasias brancas do que ela deveria ser" e segue "... em linguagem colonialista militarista: a pessoa é descoberta, invadida, atacada, subjugada e ocupada" (KILOMBA, 2019, p.224).

A experiência do racismo cotidiano é de fato dolorosa, assim como *"Memórias da Plantação"* (2019) é doloroso, provoca angústia e taquicardia, tratamos de trauma. É o racismo cotidiano que me faz estrangeiro ao atravessar o túnel, ele é o olhar, as caras e bocas, a conversa ao pé de ouvido, a tentativa (e sucesso) de ser atendido primeiro, o afastar- se das pessoas e a aproximação do segurança. É também 111 tiros em um carro com quatro jovens que comemoravam o primeiro emprego, ou mais de 80 em outro carro que durante um domingo ensolarado passa por uma guarnição do exército brasileiro, é o elevador de serviço, o uniforme obrigatório das trabalhadoras domésticas, a exigência dos cabelos alinhados, "da boa aparência" como exigência para conquista de uma vaga de emprego.

O racismo cotidiano, pura expressão do colonialismo, não é apenas um episódio gerado por alguém que possui um "racismo patológico". O racismo nunca é esporádico, um fato isolado e nem provém de uma patologia. Kilomba (2019) afirma que ele é um acumulo de situações que acarretam no surgimento de traumas pessoais e ainda despertam o trauma colonial .Quando o branco se sente à vontade para tocar em um negro para "sentir " como ele é, quando se sente à vontade para tecer comentários sobre o cabelo do negro, quando pergunta (questiona, coloca o negro numa situação de explicar-se o

tempo todo), mas simplesmente não ouve o que ele respondeu, o branco cria para si uma máquina do tempo – Kilomba (2019) caracteriza esses eventos como atemporais - que o coloca numa posição de senhor numa tentativa de transformar o negro novamente em um objeto, numa ciranda irracional, que choca fere e traumatiza.

Antes do tudo o racismo cotidiano é um evento traumático. Suas sucessivas investidas fazem com que o negro fuja de si mesmo, dispenda energia e forças para entender o que de fato é incompreensível e assim, exausto, o sujeito busca seu descanso na invisibilidade, o que na verdade é uma mera ilusão, pois logo adiante ele será mais uma vez confrontado. Grada Kilomba (2019) compara o racismo cotidiano a uma assombração "o desejo de anonimato também revela um desejo de não ser "assombrada/o" pelo racismo" (KILOMBA, 2019, p.220).

Outra característica comum o racismo cotidiano é a separação. Essa separação retira do sujeito negro seu passado, pretende deixar evidente as diferenças de origens entre o negro e o branco, mais uma fantasia de pureza e nacionalismo que tanto encanta a branquidade. Se no livro de Grada Kilomba a ilustração e de uma Afro-alemã que precisa explicar o motivo de falar bem a língua alemã, ou que recebe risadas ao responder sobre sua nacionalidade, ou uma estadunidense que por ser negra é indagada sobre as origens de seus pais e avós, no Brasil, ou melhor dentro da própria cidade do Rio de Janeiro o normal é a busca da separação, de um corte que marque origens distintas. "Você é do Rio mesmo?" "Mas e os seus pais?" "Qual o bairro você mora mesmo? Ah, sim, entendi...", ou "só podia ser da baixada, da zona norte, oeste...", "pelo menos fingi que não veio de tal lugar". Esse desejo de separação torna o negro ou o sujeito racializado "o outro", o negro perde assim algo essencial para o ser humano que é o pertencimento a uma comunidade, assim ele já não faz parte, impedido de comungar da mesma história de sua cidade, de seu país.

Lembro-me nesse momento de um professor de Física do primeiro ano do Ensino médio. Esse professor fazia questão de expor uma das nossas colegas por conta de seu cabelo, era uma atitude tomada com a maior naturalidade e que provocava risos da turma. Ele perguntava para a estudante: "- Por que seu cabelo não molha? "Por que tanto creme?" Hoje me pergunto como ela era capaz de suportar, como isso não se tornou público. A separação da qual Kilomba fala é ensinada e experenciada na escola.

Por muito tempo o Brasil foi considerado uma democracia racial. Este status foi alcançado por diversos fatores dentre os quais podemos destacar a característica assimilacionista do racismo brasileiro em contraste com outros regimes raciais baseados

na exclusão como o Estadunidense, o alto grau de miscigenação da população brasileira e a forma velada como este é praticado e até pela mitificação elaborada por importantes intelectuais como Gilberto Freyre, na obra fundadora *Casa Grande & Senzala.* Embora esse mito tenha sido invalidado através das pesquisas realizadas no *Projeto Unesco*, somente nos anos 2000 o governo brasileiro reconheceu a existência do Brasil, o que na prática não sensibilizou grande parte da sociedade que ainda acredita na existência de uma democracia racial no país.

Para Guimarães (2005) o racismo brasileiro seria heterofóbico, um racismo que nega as diferenças existentes dentro da população, um racismo que tenta uma homogeneização da população, partir de um tipo ideal, no qual o negro estaria de fora. Adaptado do "racismo científico cuja hierarquia colocava o "branco" como ideal a ser alcançado, o racismo brasileiro buscava de diversas formas o branqueamento da população através de uma purificação que só poderia ser alcançada com a infusão de sangue europeu na população. Segundo o autor a ideia de "democracia racial" tal como reinterpretada pela antropologia de Freyre, pode ser considerada como um mito fundador de uma nova nacionalidade.

Para Domingues (2003) o branqueamento foi uma ferramenta ideológica utilizada pelo racismo brasileiro (e ainda é). A ideologia nesse caso se dissimula no aspecto científico que através de premissas fantasiosas e preconceituosas ousa a até mesmo fazer previsões sobre o prazo para a extinção de negro e indígenas. De João Batista Lacerda presidente do Museu Nacional à Oliveira Viana apologista da escravidão, que teve suas teses citadas dentro do governo de São Paulo, muitos foram os intelectuais que produziram material pró-embranquecimento da população, o que endossa o que diz Gramsci quanto a importância exercida pelos intelectuais quando da disseminação de determinada ideologia

Para ilustrar tal exemplo, não poderíamos deixar de citar o exemplo do renomado escritor brasileiro, Monteiro Lobato, que através da literatura, já no século XX, publica um romance denominado *O presidente negro* no qual apresenta uma realidade distópica no ano de 2228 na qual fazendo alusões ao sistema racial brasileiro e estadunidense prega a eliminação da raça negra. Domingues (2003), apresenta propagandas divulgadas em jornais da chamada imprensa negra e, também, na imprensa branca de diversos produtos cosméticos que vão desde alisantes até pomadas para pele que tinham como finalidade proporcionar aos negros cabelos e pele próximos ao fenótipo branco. É nesse ponto que podemos observar o grande alcance da ideologia, e nesse caso específico o da ideologia

racial do embranquecimento, que é o momento em que o próprio individuo racializado reconhece sua suposta inferioridade, buscando assim, fazer parte da raça que o oprime.

> Para legitimar sua dominação, parafraseando Karl Marx, a "raça" branca precisa que as demais raças e grupos étnicos, inclusive os negros, assimilem seus valores e passem a se comportar, pensar, sentir e agir, conforme sua ideologia racial." (Domingues, 2003, p. 282)

De fato, durante a pesquisa, pude observar a busca por padrões estéticos mais próximos ao do fenótipo branco, seja por alisamento dos cabelos, coloração destes ou através das próprias falas das crianças que quase sempre apontavam os sujeitos brancos como os mais bonitos.

A ideologia do branqueamento alcança tamanha proporção no Brasil que parte do povo negro defende a própria extinção de sua raça, sendo tanto pelo viés cultural adotando as "virtudes morais" identificadas nos brancos, quanto pelo viés biológico buscando casamentos com pessoas mais claras tonando assim suas gerações vindouras mais claras até um possível desaparecimento da raça. Esse sentimento de inferioridade, segundo Domingues (2003), atinge as famílias negras que passam a monitorar seus descendentes para que estes casem-se somente com pessoas brancas ou mais claras. Além de atingir gravemente a psiquê do negro que passa a ter na mulher branca um par romântico ideal. O autor se utiliza da literatura da época (contos publicados em jornais) a busca do negro pelo amor platônico de uma mulher branca.

O branqueamento, para Domingues (2003) foi um projeto ideológico de busca de embranquecimento biológico, fenótipo e cultural que envolveu intelectuais e o Estado brasileiro, que servia à elite e seus interesses, buscando um tipo brasileiro ideal. Foi um discurso que se tornou realidade alcançando seu objetivo ao convencer a população, inclusive parcela dos negros.

A ideologia racial brasileira serviu-se de instrumentos e justificativas diferentes em diferentes épocas para alcançar um elevado grau de naturalização da condição do negro, colocando a "raça" negra numa posição subalternizada, seja biológica, estética, cultural ou moral. As justificativas são mutáveis, mas o grau de sucesso da ideologia racial brasileira pode ser medido pela forma como o mito da democracia racial e a tentativa de embranquecimento ainda se fazem presentes (mesmo que em menor escala) no senso-comum nacional. A ideologia racial é a forma não coercitiva que o racismo utiliza para manter o *status quo* e é necessário o entendimento que há uma adaptação desta

de acordo com os interesses do grupo dominante do momento. Embora sofra mutações. tanto o ideal de branqueamento quanto a ideia de que vivemos uma Democracia racial ainda são presentes no Brasil.

Guerreiro Ramos (1995) foi um sociólogo que se interessou pela questão racial brasileira. Guerreiro questiona o porquê do negro ser objeto de estudo enquanto problema. Esse questionamento de Guerreiro Ramos se faz pertinente até os dias de hoje e nos ajuda a entender a violência contra o negro, violência que parte em grande parte do próprio estado. Guerreiro parte de Durkheim para tentar entender o que seria o normal e o patológico dentro de uma dada sociedade considerando suas particularidades.

Para Guerreiro Ramos (1995), diante de uma análise sociológica não é possível reconhecer no negro brasileiro fatores que o apartem do branco em sua cultura geral. O negro não difere do branco em fatores religiosos, econômicos, criminais, na sua moral ou mesmo nos costumes. O negro não difere do branco nos seus vínculos conjugais ou profissionais, e, portanto, o que o difere do branco para que ela se torne um problema para ser estudado? Para Guerreiro Ramos (1995) o que torna o negro um "problema" é a sua cor. Ramos, explica que algo passa a ser considerado um problema quando é considerado anormal diante de algum parâmetro, sendo assim numa sociedade na qual o branco é a norma o negro torna-se desviante e o branco o ideal a ser alcançado.

Assim como Fanon (2008), Guerreiro encontra uma explicação que demonstra como o racismo é pernicioso para o homem negro, pois o desumaniza e cria problemas de autoaceitação enquanto negro desatando uma busca por um ideal inalcançável de torna-se branco na busca de tornar-se homem.

No que chama de patologia social do "branco" brasileiro, numa crítica voltada especialmente para intelectuais do nordeste, mas que podemos ampliar para o as classes mais abastadas como um todo, Guerreiro Ramos nos fornece uma explicação sobre o mecanismo que faz com que o brasileiro rejeite a sua própria estética. No Brasil como em outras culturas que tem a Europa como ideal e meta tudo aquilo que venha a fugir do padrão europeu é visto como feio. Parte-se então de um padrão estético exógeno que consequentemente acarretará uma patologia que estará presente no homem negro ou no homem branco brasileiro já que o parâmetro de beleza, segundo Guerreiro torna-se artificial, baseado em um padrão exterior inalcançável.

Possuir um padrão europeu (branco) como régua e meta de beleza, sabedoria e retidão faz com que o "branco" brasileiro busque a todo o custo a reafirmação de sua

condição como tal fazendo com que tenham que negar sua natureza e demonstrar através de símbolos e diplomas a afirmação de sua branquidão.

> Essa patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões, as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua autoavaliação estética, um protesto contra si próprias, contra sua condição étnica objetiva. E é este desiquilíbrio na auto-estimação, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico. Na verdade, afeta brasileiros escuros e claros" (Guerreiro Ramos, 1995 pág.222)

Guerreiro (1995), afirma que no Brasil, negro é o povo e tendo essa realidade como diretriz cessa-se a necessidade de buscar no negro um problema ou que este seja o problema a ser estudado. Guerreiro Ramos (1995) pensou a questão da mudança da condição do negro dentro da realidade brasileira e uma mudança menos drástica efetuada por dentro do estado e levando em conta a realidade econômica brasileira à sua época. Guerreiro Ramos reivindicou a conscientização do negro, mas acreditou que a inserção do negro na sociedade se daria pelas melhorias econômicas e pela modernização do Brasil. Para ele as massas guiariam o crescimento e para tanto seria importante o incentivo o nacionalismo seria de grande valia para derrotar o colonialismo. Devemos lembrar que para Guerreiro Ramos o negro era o próprio povo brasileiro e o branco que é possuidor do "problema", que como apresentado é manifestado por sua patologia social.

> Devido ao fato do *sujeito branco* não querer superar a perda do passado – ou seja, a perda tanto do colonialismo quanto da ideia de supremacia *branca* -, ele também não é capaz de se reassociar à ideia de igualdade racial. O presente e a ideia de igualdade são recusados e, no lugar, prevalece a fantasia de que o passado triunfará. Estamos lidando aqui com um estado de luto colonial, já que o *sujeito branco* se sente incrédulo e indignado porque as/os *"outras/os*" raciais podem se tornar iguais a ele. Somos, de fato, aprisionadas/os num ato de colonialismo que somos obrigadas/os a "desfazer". (KILOMBA, 2019, p. 226).

Neste sentido, partimos do princípio de que nossa sociedade existe em um eterno estado de *luto colonial*, termo utilizado por Grada Kilomba (2019). O luto colonial consiste no sentimento de perda que o branco experimenta ao perceber que, o sujeito negro pode ocupar os mesmos espaços que ele ocupa, compartilhar sua nacionalidade ou

ocupar os mesmos postos que ele, "é como se o sujeito branco tivesse a urgência de recuperar o objeto de sua perda" (KILOMBA, 2019, p.225). Ao constatar que a colônia se foi e que a supremacia branca de fato não passa de um delírio, o branco utiliza-se do racismo e de cenas raciais como instrumento de recuperação de sua condição de colonizador. As recentes manifestações de defensores da supremacia branca, as eleições de governos de ultradireita no Estados Unidos, Hungria, Brasil, assim como o crescimento de seus seguidores em toda a Europa demonstram o quanto esse luto ainda permanece presente. Ao praticar o racismo cotidiano o branco busca satisfazer seu fetiche colonial replicando eternamente a colônia nos corpos e mentes negras, *"enquanto o sujeito branco reencena o passado, o presente é proibido ao sujeito negro"* (KILOMBA, 2019, p.225).

2.3 – O Devir negro no mundo

O monstro, tal como um vírus, é mutável. Sendo mutável adapta-se para resistir aos ataques que possa vir a sofrer. As experiências realizadas nas colônias acabaram por chegar ao território Europeu através do nacionalismo[22] liderado por Hitler. A eugenia, o extermínio, o delírio da pureza racial, passou a se reproduzir em solo europeu contra homens brancos. A partir deste episódio a cabeça do monstro racial que tem inscrita em sua face a palavra ciência, recolhe-se como fizera a cabeça chamada "razão". A guerra expõe o território europeu às tecnologias reservadas aos que possuem uma "raça", e a partir, a justificativa biológica já não é considerada tão eficaz. No entanto o apetite da fera não cessa, das mil cabeças apresentam-se a justificativa cultural, étnica. Além disso, surge uma nova justificativa. Os mesmos que utilizavam o argumento biológico para reforçar a supremacia branca passaram a buscar na antítese desse argumento suas novas teorias, sendo assim o mascaramento do racismo ganhou um novo slogan - "raça não existe". Como a biologia atual não reconhece tal divisão dentro da espécie humana, a dinâmica racista começou a utilizar dessa premissa para invalidar as lutas dos sujeitos racializados.

[22] Arendt (2021) desenvolve a tese de que existe uma ligação entre o socialismo nacional e o imperialismo tradicional. Segundo ela, a conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido. O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos "selvagens" pelos povos "civilizados" da Europa.

Se há várias formas da besta racial se manifestar e se ela se adapta às condições históricas, econômicas assim como às lutas e resistências travadas pelo povo negro em África e em toda sua diáspora, das mil cabeças que o monstro possui aquela que acaba de despertar é o que Mbembe chamou de *devir negro* no mundo. *"Desde logo, os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo, constituem agora, senão norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas."* (MBEMBE, 2018, p.17)

> Enquanto instrumentalidade, a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente e o associar ao desperdício e ao dispêndio sem reservas. É o que autoriza a situar, em meio as categorias abstratas, aqueles a que se procura estigmatizar, desqualificar moralmente e, eventualmente internar ou expulsar (MBEMBE, 2018. P.73 e 74).

Mbembe (2018) em *Crítica da Razão Negra,* descreve esse processo. Dois acontecimentos são muitos importantes para o entendimento da gênese do devir negro: O surgimento do comércio atlântico e o advento da modernidade e seus valores, que foram uma forma de expandir a forma de vida do homem europeu. Se por um lado a modernidade cria o humanismo, por outro ela também cria a África, a "raça" e o negro. A modernidade, portanto, cria a humanidade em oposição ao africano. Essa oposição serve como justificativa para o colonialismo que através da conquista poderá usufruir dos corpos "não-humanos" e das terras e riquezas que, portanto, a "ninguém" pertencem.

Quando a raça e o negro são criados, cria-se para eles um território, África, assim como é criado para o homem europeu um território original, Europa. Desde o princípio do delírio do modernismo e da razão europeia, raça é território e território também é raça. Logo, África, a raça e o negro são criações do monstro racial que com tal separação buscou permitir qualquer tipo de exploração e controle sobre o corpo do homem negro. A raça foi a tecnologia usada massiva e deliberadamente pelos povos europeus para a expansão e acumulação de riquezas. Tal acumulação só foi possível a partir da a estratégia de desumanização e coisificação, da fantasia que transformava as características europeias como pressupostos para o que deveria ser considerado humano de um lado enquanto no extremo oposto o negro era objetificado e tornado repositório de tudo aquilo que o branco negava em si mesmo.

Inventado o negro, os europeus, transformam esses homens em "homens- mineral, homens-metal e homens-moeda", isto é, homens transformados em engrenagens e

mercadorias que irão permitir um acúmulo de riquezas numa velocidade e quantidade inéditas e que proporcionariam a acumulação primitiva de capital, necessária ao surgimento da máquina capitalista. O pensamento liberal burguês, construído na modernidade, que apregoa a liberdade do indivíduo em relação ao Estado só é possível mediante a criação de mecanismos que garantam a propriedade. O paradoxo desse pensamento é que a liberdade de uns só é possível mediante o cerceamento da liberdade de outros e esse outro é o negro.

Os regimes de acumulação se transformaram desde então, no entanto, a lógica colonial nunca deixou de operar. A raça e o racismo mesmo após os processos de independência e de abolição continuaram ser as tecnologias e formas de operação normal dos estados modernos, garantindo que salários pudessem rebaixados e que as propriedades e possibilidades de ascensão social pudessem ser controlados.

A configuração atual da forma de acumulação de capital e por conseguinte dos corpos é o neoliberalismo. Por neoliberalismo entende-se um regime econômico baseado na diminuição radical do Estado, retirada dos direitos sociais, privatização do mundo, na expansão global dos mercados, nas tecnologias digitais e nanotecnologias e no militarismo, no qual qualquer aspecto da vida pode ser convertido em valor financeiro. A doutrina neoliberal não dispensa a "raça" como tecnologia para exercício do poder. Através dos séculos o negro foi o símbolo de uma diferença radical entre humano e não-humano, Ser e Não-Ser, servo e senhor. Através do sangue e do suor do negro o capitalismo pôde se desenvolver, a vida do negro significava energia e matéria prima para o funcionamento da máquina do capital. No atual estágio do capitalismo, um contingente populacional enorme torna-se dispensável ao funcionamento do sistema, e, portanto, não só os negros, mas também outras parcelas da população são racializados e marcadas como portadores do devir negro, isto é, passiveis de superexploração, cerceamento de liberdade e morte se necessário for.

> Pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (predações de toda espécie, destituição de qualquer possibilidade de autodeterminação e, acima de tudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo. A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo (MBEMBE, 2018, p. 19 e 20)

Mbembe (2018), explica que a rebalcanização do mundo, isto é, novos movimentos no tabuleiro geopolítico, tecnológico e econômico do mundo causaram mudanças nunca antes experimentadas pela humanidade. Essas mudanças permitem que qualquer dado da realidade possa ter um valor de mercado, e até mesmo o tempo foi capturado pela lógica neoliberal que não se resume pura e simplesmente num sistema econômico, mas também um sistema de valores. Valores estes, nos quais, o próprio sujeito se enxerga como mercadoria e busca a melhor forma de se colocar na prateleira, valores que a todos torna reféns do curto prazo e a todos condena às correntes do desejo. Presos pelas armadilhas criadas do mercado financeiro, se torna um eterno devedor, totalmente sujeito ao mercado, sem nenhuma proteção e garantia, torna-se ele mesmo coisa e produto.

Para o pensador camaronês, um ponto determinante para a consolidação do devir negro no mundo é a junção do capitalismo com o animismo que permite que sujeitos racializados experimentem às condições dos negros escravizados ao mesmo tempo que transformas tais condições deixam de constituir uma exceção para se tornarem uma regra. Mais uma vez a raça é o instrumento utilizado para traçar a linha divisória. Essa nova configuração através da tecnologia "raça" novos sujeitos são tornados negros racializados e novos territórios são transformados em África. Essa lógica funciona como uma expansão do devir negro no mundo e no Brasil pode ser observada de diversas formas contra populações empobrecidas.

> Nesse contexto, os processos de racialização tem como objetivo marcar esses grupos populacionais, fixar o mais precisamente possível os limites que podem circular, determinar o mais precisamente possível os espaços que podem ocupar, em suma, assegurar que a circulação se faça num sentido que afaste quaisquer ameaças e afete a segurança geral. (MBEMBE, 2018, p.74)

As favelas cariocas, das quais eu destaco a Maré, campo desta pesquisa, possui em grande parte de sua população, homens e mulheres que deixaram suas cidades de origem, grande parte no nordeste do país e chegaram no Rio de Janeiro a procura de melhores oportunidades de trabalho. Diante da inviabilidade de residir em lugres outros a favela e suas precárias condições é o único local em que podem sobreviver no Rio. Essa lógica é perpetuada no Rio de Janeiro desde sempre. Primeiro nos cortiços próximos ao centro da cidade, depois no morro da favela e daí para frente nos locais onde o poder público e a sociedade "permitiam" que as pessoas negras e empobrecidas pudessem

morar. Depósitos de mão- de- obra barata, garantia de pagamento de salários baixos, reflexo de uma elite que não se importa com sua população as favelas são garantidoras do modo de funcionamento normal da sociedade, ao mesmo tempo que tem a função de marcar geograficamente onde estão os “outros”, os “inimigos. Paradoxalmente a mesma sociedade que se beneficia da existência das favelas e precisa que milhões de pessoas nelas habitem para que o acúmulo capital funcione no nível considerado adequado, essa mesma sociedade tenta restringir a circulação dos homens e mulheres que belas residem pela cidade, eles e elas são os “favelados”, “perigosos” cujo a presença é evitada e temida na cidade oficial.

As lógicas da modernidade, da raça e do território, paridas no mesmo momento, são fundamentais para a desumanização que alimentam a inimizade e o capital. Suas formas são mutantes, adaptáveis e constantemente sofistica seus movimentos. O monstro racial cresce, o sucesso que alcança permite que ele já não precise de alguns, suas garras se voltem para esses, os excedentes, para esses o monstro reserva novas formas de agir. As suas garras que alcançavam a alguns não cansaram de se afiar. Se as mudanças econômicas exigiram do Estado e da própria ideologia racial algumas adaptações, ainda assim, a vida foi um valor reservado para poucos. Com o avanço do neoliberalismo e as transformações globais por ele causadas, esse valor, a vida, se torna um bem disponível à um número de pessoas ainda mais restrito. O monstro já não conhece limites para agir, e até mesmo as falhas leis são transformadas ou ignoradas, excedidas, para que a morte possa ser justificada. Necropolítica.

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS DE MORTE

Aqui vamos chegando a um ponto muito para caro para nossa pesquisa. Após uma introdução sobre a ideia de raça e ainda sobre algumas formas que a besta racial se manifesta, chegamos à análise de como o poder de morte e as políticas de morte atuam diretamente sobre os corpos do sujeitos racializados. Diante dos conceitos apresentados é possível entender os mecanismos que o Estado brasileiro utiliza para classificar, segregar, permitir a exploração e fazer morrer e deixar morrer.

Neste capítulo serão apresentados os mecanismos de gestão de vida e morte, assim como conceitos diretamente a eles ligados, e por isso indispensáveis ao entendimento de como o Estado justifica as mortes por ele produzidas. Será discutido ainda, como essas políticas de morte são utilizadas para manter o *status quo*, impossibilitando que ocorra uma quebra do ciclo de miséria, pobreza e inimizade.

Excedentes. Muitos já não são considerados úteis. Indesejados, "outros", inimigos, perigosos, e agora desnecessários. Durante séculos, a condição de força motriz, de meio para o alcance do lucro e da riqueza, fez com que a gestão racial da vida, necessitasse manter vivos àqueles condenados à exploração total, já que tratados como bens de capital, precisavam existir para produzir. Se o sangue, o suor, o leite materno, os músculos, a respiração, as lágrimas, as canções, serviram como garantia para que muitos pudessem ao menos existir, hoje as garantias foram revogadas. Os avanços tecnológicos, permitem dispensar grande parte da força de trabalho. A digitalização, a inteligência artificial e demais avanços científicos libertam o homem do trabalho e o permite desfrutar melhor a vida, mas somente àquele da modernidade. Os que lá não eram considerados humanos e a todos os outros que não se encaixam perfeitamente no que a modernidade considerou como humano, tornaram-se peso, um peso que o tal do "homem" não sabe como, carregar, como se desfazer. Para tal "problema" elaboram-se políticas, biopolíticas, necropolíticas, como veremos em seguida. Se na modernidade os Estados buscam fazer viver e podem deixar morrer, atualmente, faz-se morrer, acelerando o processo de eliminação daqueles que são indesejados. O critério, em comum das duas configurações de exercício da soberania por parte do Estado, a "nota de corte" é a raça. Embora o sistema- mundo atual, guiado pelas noções neoliberais, ainda necessite explorar e verter sangue para gerar acúmulo, segundo Mbembe (2018) cada vez mais um grande contingente de seres humanos será rejeitado até mesmo para a exploração na maquinaria

capitalista, podendo assim serem rapidamente descartados, mortos ou jogados à própria sorte, através do que o pensador camaronês chamou de necropolítica.

> Em grande medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico, na medida em que esse o nome dado à destruição organizada, é o nome de uma **economia sacrificial** cujo funcionamento exige, de um lado a redução generalizada do preço da vida e, de outro a familiarização com a perda. (Mbembe, 2020. p.69, grifo nosso)

Não se chega ao CIEP sem pular, poças, vazamentos, e valas que transbordam pelas ruas, sem ver e sentir o esgoto a céu aberto. Intervenções urbanas relativamente simples e adotadas na cidade há mais de 150 anos[23], como o esgotamento sanitário, não estão presentes, de forma eficiente no entorno da escola, localizada a dez quilômetros da sede da prefeitura da cidade. A escola a todo tempo recebe crianças fora do horário escolar para brincar na sua quadra, reflexo da falta de praças e espaços de lazer onde possam ser simplesmente crianças. O atendimento médico oferecido pelo Estado é praticamente o emergencial, com quase nenhuma atenção à saúde preventiva. A alta tecnologia e o grande investimento financeiro, são empregados somente através das armas de guerra e veículos blindados adquiridos pelo Estado no que se convencionou chamar de guerras às drogas.

Foucault (2019), entendeu que a partir de certo momento, mais precisamente a partir do século XVII, os Estados passaram por uma transformação em relação ao poder. O Estado, na figura do soberano, que até então exercia a o poder de morte sobre os indivíduos, passa por uma mudança de paradigma na qual a lógica da soberania que até então era exercida através do poder de matar, passa para uma nova concepção. A soberania passa a ser exercida através do "fazer viver e deixar morrer". Para tanto, o Estado realiza a gestão dos meios que possam vir a prolongar ou a reduzir a expectativa de vida. O surgimento das novas ciências, permite ao Estado atuar de forma prática sobre a vida das multidões que naquele momento passam a ser chamadas de população.

Inovações sanitárias, a Estatística, a Medicina por um lado (gestão da população) e a preocupação com a disciplina (gestão dos indivíduos) por outro, conduzem à uma gestão eficaz da vida biológica. A essa mudança na forma como o Estado de lidar com a vida Foucault chamou de Biopolítica.

[23] Em fevereiro de 1864 foi inaugurada a primeira estação elevatória da cidade tratando inicialmente o esgoto de 1200 casas.

> A proliferação os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde a duração da vida, a longevidade com todas as condições que pode fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização clássica do poder sobre a vida. (FOUCAULT, 2019. p. 150)

Foucault (2018), busca entender como os usos do saber e dos conhecimentos científicos tornaram-se instrumentos de poder de controle sobre a vida biológica, como governantes passaram a utilizar desses conhecimentos para obter controle político e econômico sobre as sociedades, em um momento em que a vida biológica e a própria sociedade passam a ser o fim do poder estatal. Se a vida é o objeto pelo qual o saber serve ao poder o estado passa a ter o interesse em controlar, selecionar e melhorar a vida, isto é a biopolítica funda-se numa intervenção social por parte do Estado com vistas a promover a vida, seu prolongamento e até mesmo sua melhoria.

No livro *Em defesa da sociedade*, Foucault demonstra como a o biopoder ganha corpo durante o século XIX. Foucault, indaga como o Estado poderia exercer o poder de matar diante do paradigma biopolítico. A resposta é a raça. A raça seria o critério definidor entre os que o Estado faria viver ou deixaria à morte. O racismo irá definir o valor de cada vida, para que se viva melhor faz-se necessário que outro morra.

> Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. [...]o racismo é indispensável como condição para poder tirar s vida de alguém, para tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2018, p.215).

Se no começo da dissertação cito a favela em comparação com a cidade para o colonizado de Fanon aqui parto das reflexões do professor Denílson Oliveira (2020), sobre a cidade neoliberal, cidade essa que repele e enquadra a favela para mantê-la afastada tanto o quanto possível, num exercício biopolítico. Segundo Oliveira (2020) a cidade precariza as condições de existência nos territórios periféricos e racializados expondo essa população a morte ao mesmo tempo que através do Estado leva a morte à essa população num movimento que também é necropolítico, morticínio esse que se recusa a reconhecer. Outra agência das cidades neoliberais, segundo o professor, é a

higienização "*nos espaços vitrines e nos trajetos do turismo internacional."* (OLIVEIRA, 2020, P.331) maquiando os problemas sociais existente. Acrescenta-se ainda mais um aspecto dessa gestão biopolítica da cidade neoliberal. Denílson Oliveira (2020) aponta para uma exotização das tradições e dos espaços ocupados pelo povo negro, como no caso do safari turísticos às favelas cariocas.

O sistemático assassinato da população negra, as condições precárias a que são submetidas, o subemprego e desemprego imposto calculado desde a abolição são partes de um projeto bio-necropolitíco brasileiro direcionado e pensado para negros e racializados.

O ano de 2018 de fato não estava sendo um ano fácil, as operações policiais no Complexo da maré eram constantes, a cidade estava sob intervenção federal que na prática justificava as ações do Estado contra aquele lugar e todos os que ali se encontravam. Foi sob a intervenção federal, durante as operações de garantia da lei e da ordem, conhecidas pela sigla GLO[24] que perdemos Marielle, cria da Maré, e que também perdemos, entre tantos outros, enquanto caminhava para a escola, Marcos Vinicius com 14 anos, estudante do CIEP Operário Vicente Mariano que fica a uma distância de 1km de nossa escola.

A data era 20 de junho de 2018 e a operação realizada por policiais civis, militares e com apoio de soldados do exército começara por volta das 9hs, horário escolar e mais uma vez contava com helicópteros utilizados como plataforma de tiro. Mais um dia de terror, para correr com a turma para fora de sala, para não esquecer que a corrida tem que agachado, para esperar tudo sentado no corredor enquanto os pais ligam desesperados para nosso celular enquanto as crianças pedem desesperadas para que liguemos para seus pais. Alguns professores, rezam, outros choram, outros riem, outros xingam e uma professora pede ajuda para conter seu aluno autista que não aguenta com tanto barulho, barulho que vem do céu, dos blindados, das janelas, da correria das crianças. De repente o silêncio. Um silêncio praticamente impossível no dia a dia agitado da comunidade. Será que podemos voltar? Será que conseguiremos sair? O gramado de nossa escola ficaria repleto de capsulas, Marcus Vinicius no meio do caminho no raio de 50m ao redor de seu corpo foram contados 59 tiros. Quem disse que o Estado não se faz presente na favela?

[24] Regulada pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, as operações de GLO concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade. A decisão sobre o emprego excepcional das tropas é feita pela Presidência da República**,** por motivação ou não dos governadores ou dos presidentes dos demais Poderes constitucionais.

Achille Mbembe (2018b) identifica que embora o biopoder e a biopolítica sirvam para explicar em grande parte as mudanças ocorridas nas relações da soberania com a vida e com a morte no contexto europeu da época, esses conceitos, já não são suficientes para explicar a realidade contemporânea, na qual a soberania se expressa por meio da guerra e o que fim é o extermínio do inimigo

A biopolítica que serviu tão bem ao capitalismo, aumentando a força de produção e auxiliando na gestão dos contingentes populacionais, não é boa suficiente para auxiliar a configuração valorativa, econômica e social do neoliberalismo. Se para o contexto liberal controlar a vida, fazer viver (quando interessante) e deixar morrer trazia bons frutos para o capital, no paradigma neoliberal é necessária que também se produza a morte.

Mbembe (2018.b) ao revisitar os argumentos Foucaultianos sobre a Biopolítica, observa que ao se falar de Biopolítica é necessário falar de escravidão e de *plantantion* que para Mbembe seriam experiencias fundadoras da biopolítica além de exemplos marcantes da exceção, respectivamente.

> O fato de que as colônias podem ser governadas na ausência absoluta de lei provém da negação racial de que qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo. Aos olhos do conquistador, "vida selvagem" é apena uma outra forma de "vida animal", uma experiência assustadora, algo radicalmente outro(alienígena), além da imaginação ou da compreensão. (MBEMBE, 2018.b, p. 35)

A morte como política é capaz de equalizar um grande problema que o capital enfrenta: o excesso. A forma como a economia está disposta atualmente, faz com que o Estado se organize para a morte e não para vida. No entanto, há que se justificar a produção da morte e, mais que justificar faz-se necessário naturalizar a morte. Mbembe (2018.b) elenca diversos conceitos que explicam o mecanismo do necropoder e por conseguinte da Necropolítica. A principal engrenagem, sem dúvida é a raça. É a partir dela que giram as outras peças da que forma o necropoder. É a raça que cria a linha divisória entre aqueles que merecem viver e os matáveis, é a raça que possibilita as relações e políticas de inimizade. Surge aí a figura do outro, do abominável, daquele diverge totalmente, com o qual não se pode construir laços ou qualquer tipo de vínculo. Esse inimigo, por sua vez, pode atacar a qualquer hora, é imprevisível e por não possuir qualquer traço de humanidade é capaz de qualquer coisa. Diante disso, está posto um estado de emergência constante, essa emergência, o eminente ataque, justifica a morte

desse outro, somente através da morte desse outro a vida pode encontrar um porto seguro. Para que essa morte realmente ocorra é aceitável que se façam exceções. Exceção à Constituição, à norma jurídica geral, ao Direito Penal, ao processo penal, aos direitos humanos, à república, à divisão dos poderes. Qualquer exceção será aceita. Justifica-se a morte diante o julgamento sumário de um policial, de um segurança privado; aceita-se que a cena do crime seja alterada, fecham-se os olhos para a tortura, e até mesmo para as decisões de colegiados supremos. A luta contra o "inimigo" não pode parar. A lógica é a lógica da fronteira.

> No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por "selvagens". As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos(cidadãos) que se respeitam mutuamente mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes ou, novamente, "inimigo" e "criminoso" (MBEMBE, 2018.b, p. 34 e 35)

O autor demonstra, a redução daquele considerado outro à *vida nua*, totalmente desprovida de sua humanidade e que, portanto, não merece nenhum tipo de consideração a qual nenhuma regra deve proteger.

*"*O Exército não matou ninguém, não." (J. Bolsonaro – Folha de São Paulo - 12-04-2019). Com estas palavras o presidente Jair Bolsonaro quebrou o silêncio de cinco dias após o carro do músico Evaldo dos Santos Rosa ter sido atingido por pelo menos 62 tiros dos 257 disparados por uma guarnição do exército, numa tarde ensolarada de domingo após ter o veículo confundido com o de criminosos que supostamente agiam na região. Evaldo, retornava de um chá de bebê, no carro estavam seu filho de 7 anos, sua esposa, seu sogro e uma amiga. Evaldo morreu e seu sogro foi ferido. Luciano Macedo um catador de materiais recicláveis que tentou ajudar a família após testemunhar o fuzilamento também foi assassinado pelos militares.

Sábado, 28 de novembro de 2015. Cinco adolescentes, Roberto, Carlos Eduardo, Cleiton, Wilton e Wesley como tantos outros saem para comemorar. Local da comemoração: Parque Madureira; motivo: o primeiro salário. No final da tarde os jovens saem do parque, no entanto por volta de 21h se deparam com uma viatura da PM que realiza 111 disparos contra o carro dos jovens. A perícia realizada pela polícia civil indica que nenhum tiro fora efetuado de dentro do carro e que o policial que mais atirou efetuou 11 disparos com uma pistola e 18 disparos com um fuzil.

Esses dois tristes casos servem para exemplificar a carga de violência a que pessoas negras e racializadas estão expostos diariamente. Serve para exemplificar também como o conceito de biopolítica não é suficiente para explicar a forma de atuação do Estado que age diretamente a favor da morte. Para entender, como é possível que isso possa acontecer entendendo necessária a apresentação de alguns conceitos discutidos por Giorgio Agamben (2007), dos quais no momento destaco *homo sacer* e a vida nua.

A institucionalização de um permanente estado de emergência acaba por permitir que a uma espécie de vida desprovida de qualquer valor surja e a figura jurídica do direito romano, o *homo sacer*, ainda possa caminhar entre nós. Vida nua é a vida que cai sob o estado de exceção, essa vida perde total ou parcialmente os direitos ficando assim exposto a uma vontade soberana. A exceção na contemporaneidade se tornou a norma. Agamben chama atenção para Walter Benjamim que afirma que para os oprimidos o estado de exceção é a norma.

Homo sacer é uma figura do Direito Romano. Agamben tenta entender a curiosa constituição dessa figura que no Direito Romano era banida da sociedade, considerada insacrificável, porém seu assassino não poderia ser punido. Julgado pelo povo como criminoso, esse homem não pode ser sacrificado em algum ritual religioso, pois esse homem já era sacro (separado). Sua condenação é a exclusão, o bando, portanto também não é morto em um ritual jurídico. Porém se alguém tentar contra sua vida não poderá ser considerado culpado, isto é, o homo sacer é matável. O *homo sacer* torna-se, portanto, uma dupla exceção, estando excluído do direito divino e do direito humano. Banido, despossuído, fora dos direitos, o *sacer* é um amaldiçoado pelos deuses e perseguido pelos homens, sua vida já não é protegida por quem quer que seja desprovida de qualquer valor é chamada *vida nua* capturada pelo poder político através da exceção. Essa vida biológica (*zoé*) é inserida na vida política (*bíos*) através de sua própria exclusão.

No Brasil, a condição do negro, do favelado, dos sujeitos racializados, separados que são por um sentimento de inimizade, por um desejo de apartheid, são postos fora da sociedade, por um rito jurídico não podem ser eliminados, mas, no entanto, aquele que o toca, estatisticamente, não sofre pena alguma. Suas vidas rechaçadas, distanciadas das decisões que promovem a vida, a educação, o bem-estar são postas novamente no cenário político quando se definem os critérios de que é revistado pela polícia, quando emendas reduzem o acesso à previdência, saúde, educação, quando o estado decide atirar. Observando o século o XX e o fenômeno do nazismo Agamben afirma que o fenômeno do campo é o lugar onde a vida nua, assim como a exceção se expressam de maneira total.

3.1 – O Permanente Estado de Exceção

Através de uma simples observação ou debruçando-se nos números de violência policial contra a população negra no Brasil é possível entender como o Estado brasileiro utiliza-se deste dispositivo para agir à margem da lei contra as populações racializadas. O Atlas da violência[25] 2021 demonstra que 77% das vítimas de homicídio no país no ano de 2019 foram pessoas negras. O mesmo estudo revela ainda que, no mesmo período, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes ficou em 29, 2 para a população negra (negros e pardos), para a população não negra (brancos, amarelos e indígenas) essa taxa foi de 11,2, demonstrando assim que os negros em percentuais morrem de forma violenta, 162% mais que os não negros. A pesquisa do período 2009-2019, conclui que dentro do período analisado houve uma redução de 33% no número absoluto de homicídio entre não-negros, enquanto entre a população negra ocorreu um aumento de 1,6% na taxa de homicídios.

Incursões com helicópteros funcionando como base para atiradores, operações policiais que não consideram a existência de escolas e o seu horário de funcionamento, chacinas, cercos a vítimas desarmadas, mortes de crianças dentro de suas casas em plena luz do dia, ocultações de cadáver e altos de resistência são o modo normal de funcionamento das polícias brasileiras, quando trata-se de negros e favelados. Faz-se importante, mais uma vez relembrar do princípio de inimizade para com essas populações que por serem consideradas inimigas podem ser tratadas apesar da lei.

Ainda no ensaio Necropolítica, Achille Mbembe (2018) recorre ao conceito de Estado de exceção para explicar o artificio escolhido pelas democracias modernas para justiçar seu direito soberano de matar.

Agamben (2004), ao escrever sobre o Estado de Exceção demonstra que este não está inscrito taxativamente no direito como o caso da guerra, ultrapassando essa no seu alcance. Mais do que isso, para o filósofo o Estado de Exceção é o modo que o estado moderno norma de funcionamento do estado de direito.

Para Agamben (2004) a exceção é um dispositivo de inclusão excludente ou exclusão inclusiva. Na exceção a pessoa fica reduzida à mera vida nua vulnerável a toda

[25] O Atlas da Violência é um portal criado e gerido pelo Instituto de Ciência Aplicadas (IPEA) que a partir do ano de 2016 passou a reunir e fornecer relatórios de dados sobre a violência no país.

violência de modo inimputável. Todas as formas de exceção operam como técnicas biopolíticas de controle de pessoas e populações perigosas.



Figura 7. Tanque do Exército durante ocupação do Complexo da Maré, 2014. Fonte: El País.

Para que o Estado de exceção seja justificável há de se criar uma eterna emergência, a figura de um inimigo que está prestes a atacar a qualquer momento, um outro que não faz parte, que não comunga dos mesmos valores do verdadeiro cidadão. Escolhido esse inimigo e entendida a emergência de sua morte, justificada está toda e qualquer ação contra ele.

Também, é importante notar que no Estado de Exceção há uma ampliação dos poderes do poder executivo. Essa ampliação se dá como uma tentativa de tornar perene uma situação que inicialmente seria provisória. Quando há uma operação policial e pessoas são vitimizadas temos um exemplo do próprio poder Executivo agindo em desconformidade com o poder legislativo que não prevê a pena de morte e com o poder judiciário já que o suposto criminoso não foi submetido ao processo penal. Um paralelo com a realidade do Brasil, no ano de 2019, assistimos a insistência por parte do governo brasileiro, através do ex-ministro da Justiça e Segurança Sérgio Moro, pela aprovação do

Projeto de Lei que ficaria conhecido como “pacote anticrime”[26]. No PL o ministro incluía o excludente de ilicitude para o policial que causasse a morte de outrem.



Figura 8. Placa de "Escola, não atire" no telhado de uma escola no Complexo da Maré. Fonte: Revista Fórum.

Agamben (2004) afirma que o Estado exceção procura tornar lícito o que é ilícito através de uma justificativa de necessidade e urgência. No caso acima temos uma ilustração de como a soma de um potencial inimigo, com a criação de uma emergência faz surgir uma necessidade, necessidade esta que justificaria a exceção e mais que isso somente a exceção seria capaz de restaurar a justiça e, para tanto, a própria lei deveria curvar-se à necessidade.

> Longe de responder uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor. (AGAMBEN, 2018, p. 48 e 49).

[26] Art. 1º Esta Lei estabelece medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa.
“Art. 23. .....
§ 1º O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo.
§ 2º O juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção.”

A exceção aplicada ao inimigo desconhece o direito, já que se pretende na sua utilização garantir os direitos dos "verdadeiros cidadãos" que de outra forma não poderia ser garantido devido o potencial criminoso daquele que é eleito inimigo. Segundo o professor Denílson Oliveira (2020) vivemos atualmente uma reedição de um regime de calculada brutalidade e terrorismo presente nas relações coloniais entre senhores e escravizados. Esse regime brutal descrito por Cyril Lionel Robert James (2020) consistia em aplicar toda forma de terror, de castigos físicos e psicológicos com a finalidade de docilizar os negros. O medo da reação coletiva dos negros à condição de escravizados a que foram submetidos permitiu que os senhores brancos criassem uma estratégia, baseada na brutalidade, na dor e no terror na qual nenhum limite era conhecido e onde *"as mutilações eram comuns (...) despejavam o caldo fervente da cana em suas cabeças(...)enterravam-nos até o pescoço e labuzavam suas cabeças com açúcar para que as moscas as devorassem." (*JAMES, 2010, p.27). Ontem e hoje o terror é aplicado contra quem não está dentro do corpo "normal" da sociedade e o critério de pertencimento continua sendo o mesmo, a raça.

No livro "*Estado de Exceção Homo sacer, II, I*", Agamben (2004) explicita a forma como as democracias modernas utilizam-se de uma guerra permanente que tem como justificativa a manutenção da ordem democrática mesmo que para isso possa agir à revelia dela. A exceção seria um dispositivo que permite suspender o direito com a finalidade de preservar a ordem. No entanto, quando a ordem não está ameaçada, a exceção fica implícita, só vindo à tona perante a urgência de defender a ordem contra possíveis ameaças internas ou externas. A exceção opera contemporaneamente e na antiguidade como um dispositivo biopolítico cuja centralidade é neutralizar as vidas perigosas através de seu controle extremo. O estado de exceção é banalizado pelos governos. Sua aplicação passa a constituir uma técnica de governo, na qual para que a norma seja cumprida é necessário que ela seja suspensa.

> O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive os chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004. p. 13)

Mbembe (2019), destaca que os campos de concentração na Segunda Guerra mundial foram locais nos quais o Estado de Exceção se deu de forma plena com a suspensão total de qualquer estatuto jurídico. Não desconsiderando este fato o autor destaca que ainda é preciso ir ainda mais fundo, retornar um pouco no filme da história para que se entenda o princípio biopolítico da razão moderna. Somente a partir do reconhecimento da violência da razão moderna e de sua fundação na ideia de raça é possível entender que os princípios da Exceção foram forjados na colônia e na plantation. Note-se que Aimé Césaire (2010) também nos relembra que os princípios utilizados nos campos de concentração foram utilizados contra povos colonizados e que o grande clamor quantos aos campos nazistas se deu por ver tais técnicas sendo utilizadas contra homens brancos e em território europeu.

"Professor, quando o policial entrou na minha casa de manhã ele comeu o pão e tomou o café", disse um aluno. "Pior lá em casa, ele acordou meu irmão mais velho com um tapa na cara, falou que não era hora de vagabundo dormir, mas é que ele trabalha numa farmácia lá longe e chega tarde", disse outro. "Lá em casa o PM roubou o dinheiro da minha mãe", "Minha mãe tinha acabado de tirar a roupa da corda e dobrado, o policial jogou tudo no chão e pisou com a bota cheia de lama" "Policial na operação vem tudo cheiradão, né professor?". Esses são alguns relatos de conversas que tenho com meus alunos nos dias seguintes às operações. Crescem e vivem sob o signo de uma violência desmedida que para eles é simplesmente a vida, para eles a vida é assim. "O policial bateu fortão lá no portão professor, ele bateu e entrou gritando". Analisando essas falas pude observar o quanto os conceitos de vida nua e estado de exceção são aplicáveis a essas crianças negras e racializadas, que tem seus direitos violados por agentes do Estado brasileiro, já que se encaixariam, segundo a ótica do racismo e do desejo de inimizade dentro de uma noção de inimigo mesmo sendo ainda crianças.

Hannah Arendt (2021) realizou uma forte reflexão sobre a *banalidade do mal*. Ao assistir o julgamento de Adolf Eichmann, acusado de ser um dos principais operadores da solução final, a pensadora viu diante de si, encarnado em um homem o quanto mal pode se fazer presente não só pelos motivos e razões mais assustadoras, nem mesmos por gênios do mal, mas por um "cidadão comum", "padrão" e que o faz porque pode ou no transcurso de sua rotina "deve" fazê-lo e sobre isso não reflete, assim como não se sente culpado, ao contrário sente-se orgulhoso pelos "serviços prestados". Eichmann não era antissemita, não possuía grandes aspirações intelectuais ou grande talentos, apenas

cumpria as ordens, delas não fazendo qualquer juízo, voluntariamente integrado à burocracia totalitária que lhe rendia frutos e a qual ele seguia fiel devolvendo a essa burocracia a máxima eficiência. Ao escutar esses e tantos outros relatos de crianças de 8, 9, 10 anos de idade que tem suas casas invadidas por agentes do Estado penso quantos Eichmanns são produzidos e se deixam produzir pela máquina racial brasileira.

Nesse sentido, entendo que o racismo é fruto de um totalitarismo racial branco. Assim como a colonialidade persistiu à derrocada dos regimes coloniais sobrevivendo e reproduzindo a lógica da colônia, inclusive na engrenagem burocrática repetindo seus modelos, o totalitarismo racismo racial branco é maior que os fenômenos totalitários e nacionalismos experimentados principalmente após a primeira guerra mundial, é, portanto, uma espécie de totalitarismo que sobreviveu ao tempo e as fronteiras que já existia antes do fenômeno totalitário localizado historicamente. O totalitarismo racial branco também tem em sua origem e forma de perpetuação o terror e a propaganda (difundidos e praticados desde a modernidade) e que continua existir nas mentes e corações e vez por outra tenta encarnar novamente na forma de Estado.

3.2 – As Máquinas de guerra no Estado de Exceção

Crescer e viver entre máquinas de guerra é a realidade de milhões de crianças e adultos brasileiros nas favelas e periferias brasileiras. Abandonados, esses lugares se tornam terreno fértil para o aliciamento de jovens que, descartados pelo Estado e pelo mercado, passam a ser mão de obra barata e descartável para o comércio varejista de entorpecentes. O Estado, por sua vez, utiliza-se do argumento de reconquista de territórios tomados pela criminalidade para empregar uma guerra que passa a justificar toda e qualquer ação contra àqueles que vivem nesses lugares. A emergência criada pelos constantes conflitos realimenta a guerra, a exceção aumentando o número de armas e conflitos nesses espaços, lucra a indústria bélica. Segundo Mbembe (2018) *"a mão de obra militar é comprada e vendida num mercado em que a identidade dos fornecedores e compradores não significa quase nada*" (MBEMBE,2018, p.53). Segregados e expostos a própria sorte, e toda violência de uma administração biopolítica tem como resposta do Estado a administração da morte como solução.

Na presente pesquisa adotamos a definição de máquina de Guerra de Achille Mbembe (2018) no ensaio *Necropolítica*. Mbembe, utiliza-se desse conceito para explicar o fenômeno da tomada de territórios, divisão de poder, militarização, criação de exércitos

paralelos e submissão de grandes contingentes populacionais às regras destes grupos em alguns locais do continente africano. Esse fenômeno também é observado no Brasil, numa lógica em que máquinas de guerra e aparelhos de captura interagem constantemente, tendo como resultado o exponencial aumento da violência no interior e retenção raciais chamados favela.

Em *Mil platôs* (1997), Deleuze e Guattari discutem o conceito de máquinas de guerra e aparelhos de captura. As máquinas de Guerra são o conjunto de meios, técnicas e conhecimentos utilizados pelos nômades para retirar dos territórios por elas cruzados sua subsistência. Esse conjunto de técnicas e adaptações busca soluções para uma vida nas bordas e espaços deixados pelo Estado. Pensemos, portanto no contexto dos espaços de favela. A cidade, é um espaço geográfico norteado pelo domínio do Estado, que por sua vez representa uma sociedade que anseia pela separação, separação essa que tem como viés a raça. Enquanto isso o negro, desde o quilombo, conforme já demonstramos em Andrelino (2010), busca criar seu espaço, seu refúgio, suas estratégias de sobrevivência através do comércio, alianças, redes de solidariedade e meios de defesa. Ongs, associações de moradores, movimentos sociais, pré-vestibulares sociais, a barraquinha de lanches, rádios comunitárias, o comércio, as hortas comunitárias são formas de máquinas de guerra. A máquina de guerra busca, portanto, meios de sobrevivência para além, apesar do Estado. As máquinas de guerra são móveis, criam suas tecnologias, conseguem se adaptar e buscam resistir, apesar das políticas do Estado que visam sufocá-las e extingui-las direta ou indiretamente, na nossa análise, utilizando-se do biopoder ou do necropoder ou como demonstraram Deleuze e Guattari, através dos aparelhos de captura. O comércio varejista de drogas também é uma máquina de guerra, uma adaptação às tensões promovidas pelo Estado.

Em contraponto à noção das máquinas de guerra, Deleuze e Guattari (1997) apresentam a figura dos aparelhos de captura. Esses são a resposta do Estado às Máquinas de guerra, e sua função é frear os movimentos por elas perpetrados, impedindo seus avanços. O Estado, que é estático e fundado sobre um território pretende com os aparelhos de captura imobilizar as máquinas de guerra preservando assim sua configuração territorial ideal. Para tanto o Estado intervém.

Voltando ao cenário nacional, essa intervenção pode ser observada pela criminalização de algumas práticas, disseminação de ideias e ideais que vão de encontro com a formação de um grupo, pela não garantia de direitos fundamentais ou até mesmo pela violência. Os aparelhos de captura podem ser a polícia, a mídia ligada ao grande

capital, religiões, a especulação imobiliária que racializa os espaços, o sistema educacional e penitenciário.

Além disso, o próprio Estado pode se transformar em máquina de guerra ao adotar práticas e se apropriando de seus métodos e os utilizando a favor de seus interesses. A associação do Estado com diversos atores financeiros e culturais mimetiza a máquina de guerra, na busca da expropriação de bens culturais e territórios que passam a ser produtos ou particulares.

> Esta análise dos dois agenciamentos, e de seus coeficientes, mostra que a máquina de guerra não tem por si mesma a guerra por objeto, mas passa a tê-la, necessariamente, quando se deixa apropriar pelo aparelho de Estado. É nesse ponto muito preciso que a linha de fuga, e a linha vital abstrata que esta efetua, se transformam em linha de morte e de destruição. A "máquina" de guerra (daí seu nome) está, pois, muito mais próxima da máquina abstrata do que, desta, está o aparelho de Estado, aparelho que a faz perder sua potência de metamorfose (Deleuze e Guattari, 1997, págs.201 e 202)

Em *Necropolítica* (2018.b), a figura das Máquinas de Guerra utilizadas por Mbembe são de Corsários, empresas comerciais que funcionam de forma militarizada, exércitos sem Estado que dominam um território e impõem sobre este e sua população uma ordem e uma rotina de violência com o objetivo principal a extração de lucro deste ou a partir deste território. Ao mesmo tempo o próprio Estado pode travestir-se de uma máquina de guerra, usar seus métodos ou associar-se a ela para o alcance de seus objetivos imediatos.

> Na maioria dos lugares, o colapso das instituições políticas formais sobre a pressão da violência tende a conduzir à formação de economias de milícias. máquinas de guerra nesse caso, milícias ou movimentos rebeldes, tornam-se rapidamente mecanismos predadores extremamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que o proveem com apoio material e financeiro. (MBEMBE, 2018.b, páginas 57 e 58.)

Nos cantos e estreitos das cidades nos quais os excedentes do neoliberalismo estão confinados há muito mais de um problema a assolar as perspectivas de futuro e dignidade. O ponto que levantamos é o entrecruzamento das vidas destes seres humanos com as máquinas de guerra, nossas próprias máquinas de Guerra, surgidas na chamada guerra às drogas que em resultados efetivos traduz-se numa guerra racial. A existência destas empresas comerciais militarizadas (exploração do comércio, mercado imobiliário e

serviços por parte de milicias e do varejo de drogas) dentro das favelas permite uma tripla violência contra os sujeitos racializados. A primeira violência é a violência biopolítica que se nega a *fazer viver* e produz a morte precoce e ao *deixar morrer,* a segunda violência é lançada na forma Necropolítica já que a retomada da desses territórios "permite" ao Estado exercer o seu pode soberano de matar, *fazer morrer*. A terceira forma de violência é a transformação do próprio Estado brasileiro em Máquina de Guerra, máquina que se volta contra a favela e aos que ali se encontram "*num contexto de escolha que se dá entre a vida e a morte*". A política da morte é fruto da raça e do racismo, a confirmação de que ao ter uma espécie de excesso de energia, não seria de todo mal reduzir os estoques.

> É bem verdade que a guerra mata, e mutila horrivelmente. Mas ela o faz tanto mais quanto o Estado se apropria da máquina de guerra. E sobretudo o aparelho de Estado faz com que a mutilação e mesmo a morte venham antes. Ele precisa que elas estejam já feitas, e que os homens nasçam assim, enfermos e zumbis. O mito do zumbi, do morto-vivo, é um mito do trabalho e não da guerra. A mutilação é uma conseqüência da guerra, mas também uma condição, um pressuposto do aparelho de Estado e da organização do trabalho (Deleuze e Guattari, 1997, pág.99)

Para entender o funcionamento das máquinas de guerra no contexto de violência que extermina a população negra brasileira é necessário entender a noção de Estado que utilizamos nessa pesquisa. Jaime Osório (2019) demonstra que o Estado é "essencialmente dominação de classes, fundamentalmente a principal condensação das relações de poder, essencialmente uma comunidade ilusória e principalmente violência concentrada" (OSÓRIO, 2019, P. 17). Sendo assim, o Estado torna-se fundamental e indispensável para a organização do mundo capitalista. Esse status se dá pelo fato pelo qual o Estado opere de forma que interesses particulares possam ser percebidos pelo resto da sociedade como interesses de toda a sociedade sendo ao mesmo tempo centro do poder político e difusor das ideias e rumos a serem seguidos. O Estado brasileiro esteve no centro das políticas de abandono do escravo no pós escravidão visando o extermínio da população negra, financiou e discutiu em suas casas legislativas as composições raciais ideias para concretizar o embranquecimento da população brasileiro assim como financiou a vinda desses imigrantes, é o mesmo Estado que forçou que a população pobre e negra ocupasse as encostas e mangues cariocas para ter onde morar e hoje os mantem lá por trás de muros e sob o voo de helicópteros com metralhadoras e fuzis embarcados.

O Estado segundo Osório (2019) promove os projetos determinados pelas classes dominantes através de suas funções econômicas, sociais e político-ideológica- repressiva. Segundo o autor o Estado se faz visível através de seu aparato, pelas leis e pelo seu corpo de funcionários. O autor destaca que as funções administrativas do Estado (serviços de iluminação, segurança, educação....) não são neutros e tem pressupõem o alcance dos interesses das classes dominantes, sendo as instituições militares e policiais a base do poder do Estado já que nessas instituições estão o poder coercitivo e de violência. Nesse momento podemos incluir a opção por uma administração Bio-Necropolítica da sociedade. Para Osório (2019), o corpo de funcionários que é uma forma visível do Estado é formatado dentro de uma hierarquia e poderão ter níveis diferentes de compromisso com a administração (por conseguinte com interesses das classes dominantes) ou com o clamor popular de acordo com a posição que ocupam nessa hierarquia, com a instituição de que fazem parte assim como de suas origens (como no caso da baixa burocracia). É necessário, portanto, compreender que quando as ações crime organizadas representadas geralmente por quadrilhas de traficantes varejistas de entorpecentes ou de milicianos são expostas, na verdade estamos falando de permissões ou reorganizações dentro do próprio corpo do Estado realizadas por parte de uma de suas instituições e por uma parcela do seu corpo de funcionários que passam a lotear e administrar partes do território.

Há por parte do poder policial, do comércio varejista de drogas e das milícias (organizações criminosas de cunho paramilitar, chefiadas por policiais e/ou ex-policiais) uma gestão do território, eis aí o Estado com máquina guerra. Negócios imobiliários, venda serviços, transporte, gás de cozinha, entre outros bens e serviços são monopolizados por esses grupos *"tornam-se rapidamente mecanismos predadores altamente organizados"* (MBEMBE,2018, p.53), numa verdadeira economia das armas na qual tem o poder é quem detém um arsenal bélico.

> Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o monopólio exclusivo dos Estados e o "exército regular" já não é o único meio de executar essas funções. Em vez disso, emerge um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados, nos quais sobejam diferentes instâncias jurídicas de facto geograficamente entrelaçadas, e nas quais abundam fidelidades plurais, suseranias assimétricas e enclaves. (MBEMBE, 2018, p. 52 e 53)

No centro estão as crianças, os idosos, as mulheres, os homens, os sonhos, a infância, a luta, a busca por uma vida melhor. Do outro lado está o Estado na forma da

Polícia. Dentro da favela, cidade para o colonizado, a lei dá lugar à exceção, qualquer regra pode ser suspensa, afinal ali mora o inimigo. As forças policiais, transformam-se em Máquinas de guerra se adaptando ao território, às regras do jogo.

> As guerras da época da globalização, assim, visam forçar o inimigo à submissão, independente das consequências imediatas, efeitos secundários e "danos colaterais" das ações militares. Nesse sentido, as guerras contemporâneas são mais uma reminiscência das estratégias de guerra nômades do que das guerras territoriais de "conquista-anexação" danações sedentárias da modernidade (MBEMBE, 2018, p. 51)

As máquinas de guerra e os aparelhos de captura se confundem e medem forças na favela, para o bem e para o mal dos que lá buscam um espaço na cidade. Usamos aqui a noção de máquinas de guerra demonstrada por Mbembe (2018), e através dessa lente crescer e viver entre máquinas de guerra é mais um dos desafios dos sujeitos racializados. "Viver sob o fogo cruzado", sob a mira do fuzil, seja de um traficante ou de um agente do estado, sob a eminente de uma "invasão" por parte do Estado, por um grupo rival e, mais recentemente, por milícias formadas por policiais ex-policiais e outros agentes públicos, dotados de posse de arma, como os pertencentes a corporações militares, e que visam uma fatia deste livre mercado.

Dentro de um cenário urbano, desprovido de um contexto de guerra civil ou de insurreição, inserido dentre de um suposto pleno funcionamento das instituições políticas e jurídicas o negro e os sujeitos racializados convivem com uma extrema violência agravada pela utilização de armas de guerra, números estes que se equivalem aos das guerras oficiais.

3.3 -Alunos matáveis e o silêncio do Estado

Apesar do número de ações policiais em regiões com grande número de escolas não há por parte do Estado Brasileiro uma política permanente, de redução das ações violentas nessas regiões, isto é, não há uma legislação que ofereça de forma efetiva a garantia que a vida de todos os integrantes da comunidade escolar será protegida e garantida pelo Estado. O tema violência e segurança pública é tratado de formas totalmente separadas.

Dados da própria Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) informam que em 93 dias dos 100 primeiros dias letivos do ano de 2017 escolas cariocas foram fechadas por conta da violência em seu entorno. Apesar da violência que impede que esses alunos tenham acesso à educação e que os coloca em risco não existe um debate, envolvendo todas as esferas de governo que busque a solução para o problema.

Diante do exponencial crescimento das ações violentas no Complexo da Maré, uma Ação civil pública[27], peticionando uma padronização das ações policiais de forma a garantir a segurança de moradores e obrigar ao Estado a agir dentro da legalidade. A ação, julgada em 2017, foi a primeira concedida para uma favela no Brasil, sendo essa ação uma vitória de moradores, associações, e de diversas organizações não governamentais, vitória essa que se traduziu numa diminuição do número de ações violentas na Maré em 2018 quando em comparação com os números de outras favelas cariocas. A ação previa medidas simples como presença de ambulâncias nas operações, monitoramento das ações via utilização de GPS e câmeras, proibição de cumprimento de mandados a noite e a elaboração de planos que contemplassem a diminuição da violência, ainda assim a ação que tinha sido concedida em caráter liminar foi suspensa no ano de 2019, após uma sequência de ações policiais violentas ocorridas naquele ano. Na tentativa de mobilizar o sistema judiciário os alunos escreveram cartas pedindo o retorno da decisão, uma grande comoção tomou conta da escola. A violência era grande naquele ano, mas menor em relação ao ano anterior. Muitas cartas e desenhos foram feitos e enviados no mesmo dia para a ONG que entregaria as cartas. Na nossa turma muitos foram os desenhos e cartas feitas para o juiz. As crianças gostaram muito da ideia de que poderiam ser ouvidas, naquele dia tivemos a oportunidade de discutir sobre nossa realidade, foi impressionante o capricho em cada detalhe e o envolvimento que eles tiveram naquele dia. No dia seguinte ao recebimento das cartas o então Governador Wilson Witzel declarou à imprensa que as cartas teriam sido alteradas ou feitas a mando de traficantes. Um sentimento de revolta tomou conta daquelas crianças “Por que ele falou isso professor?” talvez pela primeira vez, elas ouviram da boca de uma autoridade o que as vidas delas representam para o Estado brasileiro, elas já sentiam, mas puderam ouvir com todas as

[27] A Ação Civil Pública é um instrumento jurídico, trata de direitos difusos e coletivos. Tem como objetivo protestar por um direito de uma coletividade, de um determinado grupo, classe ou categoria de pessoas que se encontram em uma mesma situação.

letras sobre o valor de suas vidas para o Estado e puderam perceber que entre garantir o acesso à educação e matar um morador da favela o Estado prioriza a segunda opção.

Quanto à Secretaria Municipal de Educação a única ação adotada para garantir a segurança desses estudantes e funcionários das escolas chama-se Acesso mais seguro, do qual eu faço parte como representante dos professores da escola. Iniciado em 2017 através de um acordo com a Cruz Vermelha a intenção inicial do plano era fazer com que professores identificassem situações de risco e tomassem as melhores atitudes diante das situações violentas, a despeito de um momento inicial no qual existissem boas intenções o plano se tornou num mero instrumento burocrático. A ação é "vendida" pela SME- RJ como uma ação preventiva, mas não o é de fato. Como representante dos professores só tive um momento de formação, no qual a Cruz Vermelha não estava presente, o momento se resumiu na apresentação de slides por um período de 7 horas. A prefeitura através do programa passou a responsabilizar os funcionários pela segurança dos alunos durante a operação. Um relatório, feito e assinado por professores sem nenhuma formação em Segurança Pública, deve indicar os pontos de fuga em casos de conflitos no entorno da escola. Com o tempo o programa foi reduzido a esse relatório e ao preenchimento de um aplicativo que a direção escolar deve dar várias justificativas para o fechamento de uma unidade, o que muitas vezes "força" a abertura de unidades escolares mesmo em dias com conflitos em andamento.

Por parte do governo federal não há orientação do Ministério da Educação para a solução desse problema.

Diante desse relato fica exposto a condição de matáveis dessas crianças, dos moradores e de todos aqueles que frequentam o espaço escolar nos locais nos quais reina a inimizade e o desejo de apartheid. Fica evidente ainda que não existe por parte do Estado brasileiro uma articulação ou ao menos um desejo de mudança no que se refere a proteção da vida e da educação dessas crianças.

Segundo Heloíse da Costa (2020), como se já não bastassem os diversos fatores (desnutrição, miséria, violência, infraestrutura...) que por si só impediriam às pessoas racializadas condições equânimes de acesso à educação, o estado de forma organizada produz uma espécie de necroeducação que tem por resultado a perpetuação da separação e da desigualdade, e o genocídio do povo negro através do apagamento de toda cultura não branca assim como o espistemícidio de todo conhecimento que não tenha Europa como centro.

3.4 – A morte dos saberes e a Necroeducação

"Pesadelo, hum, é um elogio
Pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu
No clima quente, a minha gente sua frio
Vi um pretinho, seu caderno era um fuzil, fuzil"
(Negro Drama, Racionais MC's)

As políticas de morte não se resumem à morte física, a morte do corpo. Matam-se também as possibilidades, os sonhos, as possibilidades, o futuro. A negativa de direitos fundamentais, a retirada de direitos sociais, e a precarização e retirada de verbas destinadas à educação são formas de impossibilitar que os jovens negros e racializados possam ter acesso aos meios que poderiam possibilitar alcançar sonhos, metas e tudo aquilo que como seres humanos tem direito de alcançar (embora não fossem diminuir as dores do racismo a que são submetidos).

Através da negativa do direito à Educação, assim como o não reconhecimento dos saberes produzidos por sujeitos negros e racializados busca-se impedir qualquer forma de ascensão e autonomia desse outro que deve manter se mantido subserviente, seguindo o ciclo colonial permanentemente, ciclo de desontologização, no qual o único saber reconhecido é aquele produzido dentro das normas eurocêntricas de saber. Se uma das principais formas de obtenção de mudanças econômicas é a educação, o projeto racial brasileiro irá se apropriar da educação, apagando, afastando invisibilizando e impedindo que os jovens negros possam alcançar um desempenho que os permita alcançar todas as suas potencialidades. Do encontro do epistemicídio existente desde o nascer da modernidade com a as políticas educacionais excludentes surge a Necroeducação.

O termo Epistemicídio cunhado por Boaventura de Souza Santos (2010) refere-se à destruição e descarte de todo conhecimento e cosmologias que não àquelas produzidas pela razão europeia. Para Santos, o espistemícidio seria até mesmo mais abrangente que os genocídios provocados pelos projetos coloniais, servindo como mecanismo para retirar a humanidade dos povos subjugados, marginalizando suas práticas, corpos e culturas em contraponto ao único conhecimento possível o europeu. O espistemícidio, portanto permitiu e permite a criação de um outro e uma hierarquização da humanidade na qual o

branco/europeu é a meta e o fim enquanto o negro/africano é o selvagem entregue a uma categoria quase animal.

Para Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio é uma ferramenta biopolítica que ao ser de adotado de forma persistente produz o "outro". Para além de produzir esse "outro", para a pensadora o epistemicídio vai além de aniquilar os saberes produzidos pelos povos dominados ele também utiliza meios que impedem o acesso desse "outro" aos processos educacionais seja pela negativa de uma educação de qualidade, seja pela criação de teorias que os desqualificam como capazes de pensar e produzir conhecimento. Para a autora, esse processo que tem seu início ainda na colônia com a educação jesuíta, se perpetua e como resume bem o título de sua tese *A Construção do Outro Como Não-Ser Como Fundamento do Ser,* cria um outro que não-é para fundamentar um sujeito que é. O epistemicídio aplicado no Brasil, portanto, é um projeto que está no cerne das disparidades raciais encontradas na educação brasileira reforçando os estereótipos criados pelo racismo, com o objetivo de impedir que o negro alcance qualquer tipo de ascensão social.

Ao conversar com pais e alunos, frequentemente é possível entender o quão profundo e doloroso é o processo epistemicida. A ideia de falta de capacidade de aprendizado muitas vezes é internalizada por responsáveis e crianças. Ao tentar entender a causa de crianças estarem indo mal em seus estudos, é praxe solicitar uma conversa com os responsáveis, assim como as respostas mais comuns são "lá em casa todo mundo é assim, eu também não acabei meus estudos", "esse menino não tem jeito não, é burro mesmo", "se ele aprender a escrever já está bom professor". Recentemente uma aluna compareceu às aulas pela primeira vez no mês de agosto e durante uma conversa ela disse que não sabia ler. Perguntei o motivo dela ter faltado todo esse tempo e a menina me respondeu que a mãe disse que não adiantava ela ir à escola pois "era burra e não iria aprender nada mesmo". Diante desses relatos nos quais sujeitos negros colocam-se como incapazes de alcançar qualquer aprendizado escolar podemos verificar na prática de sala de aula que o "*espistemícidio é um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações."* (CARNEIRO, 2005, P.97).

Heloise Costa (2020), no ensaio intitulado *"Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro"* apresentam o conceito de necroeducação e demonstram os processos que levam ao apagamento à exclusão da juventude negra do sistema educacional. Os autores demonstram que através de artifícios biopolíticos o Estado brasileiro priva juventude negra de ter acesso à educação e quando

esse acesso é alcançado passa a existir uma dificuldade de permanência. Utilizando dados da Pesquisa Nacional de amostra por domicílios- PNAD (2015) os autores demonstram a dificuldade de acesso das crianças negras ao sistema escolar quando comparadas ao acesso de crianças Brancas. Com o auxílio com os dados de Anuário de Segurança pública de 2018, os autores demonstram o estarrecedor número de vítimas de operações policiais que conta com 76,6% de negros sendo 81,8% de jovens.

O ensaio demonstra que impossibilidade de acesso à educação, uma educação precarizada, rasteira, voltada apenas aos interesses do mercado, na qual só se aprende o mínimo possível para preencher as necessidades do capital, seria um dos braços da ação Necropolítica sobre a educação.

> O que notamos é uma educação para a morte. Como visto nos dados anteriormente apontados neste estudo, o negro é quem possui menor acesso à educação formal, e, quando esse acesso é possibilitado, ele ocorre de forma precária, ou seja, com atendimento não satisfatório, seja pela falta de infraestrutura adequada das instituições, pela ausência de meios que possibilitem melhor aprendizagem, como remuneração de professores e funcionários, ou pela inexistência ou existência insuficientes de escolas em áreas marginalizadas, entre outras. (Aline Pereira *et al* 2020, p.12)

No CIEP, local desta pesquisa, é notória a ação da necroeducação. Todo tipo de problema estrutural é encontrado, faltam professores, as turmas são cheias, e as operações policiais não permitem a paz necessária ao estudo. Reiteradamente o Estado investe no ciclo de exclusão que empurra para a morte a juventude negra.

Não bastasse esse braço, os autores ainda demonstram um segundo atravessamento. Na escola ocorrem práticas que estigmatizam, invisibilizam e violentam a identidade das crianças e jovens negros. Nos materiais são traços fenótipos geralmente não são apresentados, sua forma de falar é ridicularizada. Dessa forma esse jovem que não se vê representado, não se enxerga sendo parte desse cosmos é “empurrado” para fora da escola.

No próximo capítulo trataremos dos caminhos e possibilidades para que o racismo, o colonialismo, a inimizade e o desejo de apartheid possam ser superados.

CAPÍTULO 4 – SAIR DA GRANDE NOITE

Nos capítulos anteriores essa pesquisa levantou a discussão sobre a forma como as invenções do negro, da América, da Europa, do colonialismo, da modernidade e do branco foram responsáveis pela criação de todo o tipo de inimizade, apartheid, exclusão, racismo e exceção. Apresentamos também os mecanismos utilizados para que a separação, a exploração econômica e a supremacia branca fossem não só garantidas como também dissimuladas e aceitas. Demonstramos também como esses mecanismos são perniciosos e atravessando a vida da população negra tanto individual como coletivamente colocando indivíduos negros dentro de uma zona de não-ser. Este capítulo se propõe a demonstrar alguns caminhos possibilidades, impossibilidades e resistências que levem o negro a encontrar o dia a superar a *Grande noite*, nas palavras de Fanon (2015).

Fanon (2015) analisa o contexto colonial e propõe um rompimento total com todas as formas de opressão impostas pelo colonizador/branco/europeu. Toda violência e negação de humanidade, toda opressão e expropriação de riquezas e territórios tornaram a vida do colonizado uma noite que insiste em não acabar. O processo de descolonização proposto por Fanon visa interromper o processo no qual o colono escreve a história de sua nação no território conquistado buscando assim iniciar uma nova história.

Segundo Fanon (2015) o *sair da grande noite* não consiste numa mudança de uma administração colonial para um governo local, não consiste também em simplesmente substituir a Europa, mas sim abandoná-la completamente. Abandonar a Europa completamente é mais que colocá-la em segundo ou terceiro plano, consiste em refundar a humanidade sobre outras premissas, outros valores, outras formas de fazer ciência, de se conhecer o belo, trata-se de saber que aquela que discursava sobre o homem, na verdade o destruía e tiranizava, trata-se de destruir o colonialismo e substituí-lo não por um novo regime fundado sob a raça antes usurpada, mas um novo mundo de todas as humanidades.

Passados praticamente 60 anos da morte de Franz Fanon e da conquista da independência da Argélia, pela qual ele lutou, continuamos a assistir as mutações e readaptações que o colonialismo e o racismo realizam para manter-nos presos a uma noite sem fim que impede o povo Negro de ver raiar um novo dia, um dia de justiça. Achille Mbembe (2019) nos adverte da importância do retorno ao sentido primitivo da

descolonização, isto é, faz-se necessário um movimento de conscientização. Ao explicar os movimentos de luta por independência o autor relembra que mesmo a luta armada só foi possível a partir de uma prévia conscientização. O movimento para um novo dia é feito de educação, práxis e um ingrediente que o distingue totalmente da Europa que o compromisso com o futuro. muitas são as lutas, tentativas de resistência e de criação de um novo mundo. Essas tentativas tentam deslocar a centralidade epistêmica da Europa, denunciar as políticas de morte, dispositivos e engrenagens a serviço da exploração sistêmica, violências e o genocídio do povo negro. Segundo Fanon (2015), para que esse objetivo possa ser alcançado é necessário "*marchar o tempo todo, noite e dia" (*FANON, 2015. PG.274). Essa caminhada tem sido trilhada por professores, religiosos, pelos movimentos negros, intelectuais pelos feminismos negros e pelos mais diversos militantes que em várias frentes de batalha, buscam de todas as formas alcançar essa nova humanidade. São essas trilhas e caminhos que propomos tratar no capítulo que segue.

4.1 – Impossibilidades

"A maior parte das pessoas, mãe, mesmo intelectuais profundos como você e o pai e a Alice, e eu, se for franco, é emocionalmente incapaz de chafurdar num problema que não tem solução. O Sofrimento negro é esse problema. E um sofrimento sem solução é algo difícil de suportar, especialmente se esse sofrimento é o instrumento da saúde psíquica do resto do mundo. Mas é isso que significa ser um escravo, ser hospedeiro daquele parasita chamado humano."

Frank B. Wilderson III

As notícias se repetem semanalmente, quando não diariamente, e tais notícias são somete um fragmento da realidade que chega até nós. Crimes de racismo tratados como injúria racial[28], massacres e assassinatos cometidos pelo próprio Estado, jovens que como opção para toda sorte de desamparo tornam-se funcionários de senhores das armas, morte de crianças e mulheres grávidas por forças policiais, condutas justificadas pelo argumento da segurança, da guerra às drogas, do auto de resistência. Mentiras contadas tantas vezes

[28] A diferença entre os crimes de racismo o e de injúria racial se dá direcionamento da conduta na injúria racial a ofensa é direcionada a um indivíduo específico, já o crime de racismo, a ofensa é contra toda uma raça. ao contrário da injúria o crime de racismo é inafiançável e imprescritível.

quantas forem necessárias. O negro sangra a cada esquina, sente fome, é expulso da escola, não é bem-quisto na academia. A ferida está aberta. Para o Afro-Pessimismo existe apenas uma explicação: O negro não é humano, vive em contraponto à humanidade que a seu tempo só pode existir, ao se entender diversa do negro.

> O afropessimismo nos dá liberdade de dizer em voz alta o que, de outro modo, iríamos sussurrar ou negar: que não há negro no mundo, mas que, pelo mesmo padrão, não há mundo sem os negros. A violência perpetrada contra nós não é uma forma de discriminação; é uma violência necessária; um tônico para todos que não são negros; um conjunto de rituais sádicos e de cativeiro que só poderia acontecer com pessoas não negras casos elas violassem essa ou aquela regra (Wilderson III, 2021, pg.52)

A violência imposta aos corpos negros, desde o período das grandes navegações e que nunca se encerrou, nos coloca diante de uma das alternativas para o futuro negro e essa possibilidade é a própria impossibilidade

O ano de 2019, de acordo com 14 Anuário Brasileiro de Segurança Pública [29] (2020) foi marcado pela morte violenta de 4.971 crianças brasileiras das quais 75% eram crianças negras. No Rio de Janeiro 12 crianças morreram baleadas no mesmo ano, todas negras. Leônidas Augusto 12 anos, baleado ao ir ao supermercado com a avó, Luiz Antônio de Souza, 14 anos, baleado ao sair de uma consulta , Maria Alice Neves, 4 anos, baleada durante uma festa infantil, Kauã Vitor da Silva, 11 anos, baleado em sua rua por uma outra criança, Rayane Lopes, 10 anos, morta em um a chacina, João Vitor Moreira,14 anos, baleado enquanto voltava do aniversário de 2 anos de sua prima, Anna Carolina se Souza Neves, 8 anos, baleada no Sofá de casa, Douglas Enzo, 4 anos, baleado em sua própria festa de aniversário, Ítalo Augusto, 7 anos , baleado na porta de casa, João Pedro 14 anos, morto pela polícia dentro de sua casa enquanto jogava vídeo game com amigos, Emily Vitória 4 anos e Rebeca Beatriz, 7 anos, baleadas pela polícia na porta de casa.. Olhando através dessa lente o mundo é ainda uma grande *plantation*, portanto, o escravo não é dono de nada, nem de seu corpo, nem de sua vida. A violência contra o negro, portanto, está "entre *as coisas que fazem a vida ser* ***vida****" (*WILDERSON III, 2021,

[29] O Anuário Brasileiro de Segurança é baseado em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública A publicação é feita em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, UNICEF, Fundação Ford e FENAVIST.

P.108), sendo assim os brancos e outros sócios minoritários[30], *"precisariam da violência contra os negros para saber que estão vivos"* (WILDERSON III, 2021, P.111).

Embora não seja a única teoria a salientar a diferença entre luta a de classes e as questões raciais, o afropessimismo nos adverte de maneira bastante contundente sobre a profundidade dessas diferenças. Embora o negro possa ser atravessado pela mais valia, a questão das classes trata de relações de exploração do trabalho, enquanto do negro se retira o elemento ontológico. Dos indígenas retira-se a terra, travam-se guerras e genocídios por questões territoriais, no entanto esse continua humano, humano roubado, explorado, assassinado, mas ainda humano, enquanto o negro vive a morte social, o povo negro é aquele que embora assassinado em massa, não pode ser exterminado, pois seu extermínio impediria ao humano ver-se como tal.

Frank Wilderson III (2020) argumenta que o ser humano parasita o negro assim como o capitalista parasita a força de trabalho de seu empregado. Esse parasitismo não permite que o negro tenha uma das propriedades que possuem o ser humano que segundo o autor é o consentimento, e o consentimento é algo de que a pessoa negra é desprovida. Grada Kilomba (2019) – narra a experiência de mulheres que tinham seus cabelos tocados por pessoas brancas sem que houvesse consentimento, *a diferença é usada como uma marca para invasão*" (KILOMBA, 2019. P 121). Frank Wilderson (2021) essa falta de consentimento se traduz até mesmo na forma como a democracia foi construída no Estados Unidos e para isso ele usa o exemplo do colégio eleitoral. O número de escravos era utilizado para a contabilidade do número de delegados nos colégios eleitorais. O autor então demonstra que entre o século XVIII e o início XIX o número de escravos que era de 389.000 saltou para 4 milhões, isso só foi possível através da prática do sexo forçado, do estupro, do não consentimento de escravos e escravas que serviam como reprodutores. Já que os escravizados eram despossuídos do consentimento, tais práticas de procriação não poderiam ser consideradas com estupro.

> Se a mulher negra não pode ser estuprada porque não pode consentir e deixar de consentir, e se essa ausência é tanto particular quanto geral – em outras palavras, se ela se aplica amplamente ao status da negritude, e não apenas aos tatus da mulher negra diante do tribunal como parte queixosa no século XIX, e se, como diz Sexton, o homem negro pode ser estuprado pela mulher branca, e se (o principal e mais devastador *se*) " estupro" é um conceito frágil para explicar a violação da carne negra – então todos nós que somos marcados como negros somos de

[30] Segundo a teoria afropessimista, os sócios minoritários dos brancos seriam pessoas humanas que não são homens brancos heterossexuais (mulheres brancas e sujeitos racializados, como por exemplo, orientais ou indígenas).

> uma espécie diferente do que todos aqueles que não são (Wilderson III, 2021,pg.227)

Sendo assim a violência contra o negro funda e legitima regimes funcionado, a energia dos corpos negros como uma força utilizada para mover o mundo que de forma alguma deixou de abrir mão dessa força, mesmo com o fim do regime escravocrata.

A teoria afropessimista distingue dois tipos de regimes de repressão. O primeiro é utilizado contra aqueles que cometem algum desvio dentro do que o Estado considera correto e o segundo direcionado contra o negro e que não necessita de nenhuma razão lógica para que seja acionado, sendo assim a escravidão e negritude estão amalgamadas.

A violência contida no aparelho estatal, direcionado a esse objeto fobogênico e ansiogênico (FANON, 2008) é, portanto, reflexo de uma condição que até então não permitiu que se conhecesse todo o potencial do negro, já que este sempre foi associado ao escravo, já que a violência humana sempre o conteve de todas as formas, sem que limites fossem concedidos. O afropessimismo torna-se uma chave para explicar o porquê uma tropa da polícia é acionada para conter trabalhadores que fazem uma reivindicação por melhorias salariais e contra eles age de forma violenta (suas ideias não são de forma alguma interessantes para os capitalistas) e essa mesma polícia mata sem nenhum motivo cinco jovens que saiam para comemorar o primeiro salário de um deles[31]. “

> É absolutamente necessário que os negros sejam castrados, estuprados, tenham as genitálias mutiladas e violadas, que sejam espancados, alvejados a tiros e aleijados. E é necessário que isso aconteça nas ruas tanto quanto na cultura popular - na TV e no cinema. (Wilderson III, 2021, pg.227)

O afropessimismo denuncia a violência ininterrupta contra as vidas negras, violência a qual não previsão de cessar, há, portanto, nessa corrente de pensamento, é feita a denúncia de um parasitismo estrutural do humano em relação ao negro, ao mesmo tempo que afirma que não há uma solução estrutural para questão. Há ainda a denúncia da falta de solidariedade dos sócios minoritários do homem branco que não se compadecem da morte social do negro, já que nessa morte é possível que encontrem sua

[31] O caso ficou conhecido como a chacina de costa Barros No dia 28 de novembro de 2015 Wilton Esteves Domingos Júnior, de 20 anos; Carlos Eduardo Silva de Souza, 16; Wesley Castro Rodrigues, 25; Roberto Silva de Souza, 16, e Cleiton Corrêa de Souza, 18, foram assassinados por policiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro com 111 tiros quando da comemoração do recebimento do primeiro salário de um dos jovens.

humanidade. No afropessimismo não existe uma orientação que vislumbre o fim da violência antinegra, pois esse fim seria o próprio fim do mundo.

4.2 - As possibilidades

Embora o Afropessismismo forneça um importante e pesada chave para a questão do futuro do negro no mundo ela não é a única. A presente pesquisa a entende como necessária e mais do que isso, entende que o afropessimismo nos força a encarar a ferida aberta, a chaga, a loucura do não-ser em todo seu radicalismo. Entendo ainda que a possibilidade de um futuro passa por esse beco estreito, nos convoca a não nos tornarmos um movimento espiritual que espera dois mil anos por uma redenção divina, nos convoca a não mais cair em armadilhas, a não sermos eternos Guido Orefice[32] a convencer seu filho Giosué de que tudo um dia tudo irá acabar bem. Essa encruzilhada nos convoca a não mais errar o caminho, para *sair da grande noite do mundo anterior a existência* há de se continuar andando, "andando noite e dia".

Uma outra chave interpretativa (talvez a saída da grande noite passe por um cadeado com várias chaves diferentes, por uma verdadeira quebra criptográfica que possui infinitas camadas de um código chamado branco/europeu) é o Afrofuturismo.

Mudanças são iniciadas no pensamento. O Afrofuturismo pensa um novo futuro negro, "no *afrofuturismo, a invenção de um novo mundo é, a cada vez, um ato vibratório. Esse ato deriva do que pode ser chamado de imaginação radical. A característica do ato vibratório é transpor e superar aquilo que é dado e suas limitações"* (MBEMBE, 2021, p. 30). Através das mais diversas manifestações culturais o movimento afrofuturista procurar criar histórias e possibilidades que permitem imaginar novos contextos que não a miséria e o sofrimento. A partir da provocação do pesquisador americano Mark Dery, que questionava o porquê de não existirem escritores de ficção cientifica negros o movimento afrofuturista ganha projeção. O Afrofuturismo está presente nas artes, na literatura na política, na música e no cinema, abrindo espaços e repensando as subjetividades negras. Essa chave utilizada com o devido cuidado ajuda a "reconstruir" um futuro negro.

Mas é necessário cuidado. Fanon (2008) reconhece a importância da negritude para o negro, no entanto o mesmo Fanon (2015) já advertia para os limites do conceito

[32] Personagens do filme italiano *A vida é bela* de 1997.

de negritude, já que a ideia de negritude deixava de lado a existência de diversas culturas negras, sendo assim totalizante. Da mesma forma, a crítica ao afrofuturismo ressalta que o movimento, por muitas vezes, ignora as múltiplas manifestações culturais existentes em África.

> Ao decidir apropriar-se do afrofuturismo como prática descolonizadora, parece desejável levantar reflexões críticas sobre questões que parecem vir com seu uso: o aniquilamento das múltiplas contemporaneidades das sociedades africanas; a relação com a ideia de tempo e múltiplas modernidades; o sentido do resgate da ancestralidade. (Burroco, 2019 pg.53)

Sendo assim, da mesma forma que a negritude o afrofuturismo tem uma importância ao abrir possibilidades, mas, no entanto, é necessário o reconhecimento de seus limites quanto à descolonização do mundo.

4.3 - Novas Epistemologias

Como já demonstrado nos capítulos anteriores o colonialismo não se tratou somente da apropriação de corpos, territórios e recursos materiais, mas também da destruição e desvalorização de saberes, concentrando na episteme europeia o monopólio do saber. Para Boaventura de Souza Santos (2009) a modernidade construiu um pensamento que o pensador classifica como abissal, isto é, a forma como o europeu elaborou seu sistema de pensamento é tão excludente que criou uma separação de forma tão intransponível que impede que todo conhecimento construído em outros moldes possa visto. A distância é tão grande de todo o conhecimento desaparece frente ao conhecimento eurocentrado. Para Boaventura (2009), Direito e ciência são as duas maiores linhas que demarcam a decisão dos saberes válidos e inválidos, sendo o direito importante instrumento para implementação da exploração e todo tipo de divisão:

> No que toca ao direito, a tensão entre apropriação e violência é particularmente complexa devido à sua relação directa com a extracção de valor: tráfico de escravos e trabalho forçado, uso manipulador do direito e das autoridades tradicionais através do governo indirecto (*indirect rule*), pilhagem de recursos naturais, deslocação maciça de populações, guerras e tratados desiguais, diferentes formas de *apartheid* e assimilação forçada, etc. Enquanto a lógica da regulação/emancipação é impensável sem a distinção matricial entre o direito das pessoas e o direito das coisas, a lógica da apropriação/violência reconhece apenas o direito das coisas, sejam elas humanas ou não (Santos, 2009, p.30)

Para o pensador a lógica da colônia, através do pensamento abissal, continua a separar o mundo através de linhas que dividem o mundo entre sujeitos humanos e sub-humanos permitindo e justificando o que ele chama de regulações e apropriações.

Santos (2009) propõe que para o fim desse espistemícidio é necessária a adoção de uma pluralidade de conhecimentos que estão para além da forma de produção da ciência moderna, a esses conhecimentos o pensador chamou de Epistemologias do Sul[33]. Sendo assim os conhecimentos antes rechaçados passam a fazer parte da gama de conhecimentos produzidos pela humanidade posicionando-se não mais de abaixo da ciência moderna, numa relação vertical, mas sim numa relação horizontal na qual todos os conhecimentos possam dialogar. Para que essas epistemologias possam alcançar esse status, Santos (2004) sugere uma Sociologia *das Emergências* formada por movimentos e conhecimentos que apontem para uma nova compreensão do mundo. A sociologia das emergências permite um vislumbre de futuro para o negro já que busca alternativas para futuros que eram tidos como inexistentes se seguido o pensamento abissal. Parte-se do inconformismo com a realidade apresentada e investigam-se novos horizontes. A efetivação da sociologia das emergências e a superação da episteme única(europeia) permite o que o autor chama de Ecologia dos saberes, isto é, a convivência das mais diversas epistemologias, com seus alcances e limites que coexistindo de forma harmônica permitem o surgimento de um pensamento pós-abissal.

4.4 - Feminismos Negros

Os feminismos negros são provavelmente a linha de frente e vanguarda na luta antirracista. Devido a todos os atravessamentos e intersecções que atravessam as vidas das mulheres negras a conquista de todas as suas reivindicações e a vitória de todas suas batalhas seria o fim do mundo, a saída da grande noite. O corpo da mulher negra é atravessado por todas as injustiças, opressões e violências existentes na noite em que nos encontramos. É a isto que chamamos de interseccionalidades. A escritora filósofa e ativista Angela Davis (2017) demonstra importância e vanguarda do movimento das mulheres negras na luta pelos direitos civis, raciais, das mulheres (negras ou não) e dos

[33]As Epistemologias do Sul não necessariamente produzidas na metade sul do globo, mas sim as epistemologias rechaçadas pelo colonialismo/capitalismo/eurocentrismo, isto é, estão presentes em todas as regiões do planeta em que ocorre um processo de apagamento cultural e ontológico.

trabalhadores nos Estados Unidos. Davis (2016) demonstra o ineditismo do movimento das mulheres negras já no século XIX na luta por direitos que envolviam não somente seus interesses diretos, mas também dos homens, dos trabalhadores, das mulheres brancas e do sufrágio universal, um movimento que não possuía a barreira racial do feminismo branco. A autora revela que inicialmente os movimentos feministas tinham dificuldade de demonstrar a importância política do voto já que as conquistas econômicas eram vistas pelas mulheres como um problema de necessidade de resolução imediata. Erguer-nos enquanto subimos, era o lema do movimento associativo das mulheres negras. Davis (2017/) demonstra a necessidade da efetiva prática deste lema para o empoderamento das mulheres negras seja qual for sua classe social.

A autora, embora não cite o termo, evidencia a forte intersecção que envolve raça, classe e gênero e que atravessa as vidas das mulheres negras. Muitas são as necessidades para as quais o movimento precisa estar atento como desemprego, condições salariais e violência racista. A filósofa destaca que o movimento possui e não pode renunciar à característica de olhar para todas as demandas dos mais fracos, portanto, causas progressistas que estão desarticuladas devem ser amalgamadas através do movimento de mulheres negras, como a luta por moradia, legislação migratória, luta contra a homofobia, direitos dos deficientes, lutas por liberdade política fora dos EUA e até mesmo a questão nuclear. A autora destaca o poder e colaboração dados por este movimento através da história, colaboração esta que nunca se resumiu apenas aos interesses diretos do movimento.

Para Davis (2017) existe a necessidade de que o movimento das mulheres negras mantenha pautas que defendam todas as minorias que sofrem com os preconceitos de raça, gênero e a opressão econômica imposta pelo capital. Para a autora o movimento negro deve ir contra todas as formas de injustiça, algo que historicamente é de sua natureza e que jamais pode ser perdido de vista. Essa preocupação e demonstração histórica da luta interseccional dos movimentos feministas negros confirmam as inúmeras frentes de batalha por eles enfrentadas o que demonstra o seu potencial para reordenar a realidade atual.

Há ainda uma preocupação por parte da autora com a visibilidade da luta das mulheres negras durante a terceira onda do feminismo já que nas ondas anteriores as grandes colaborações não foram visibilizadas. Davis adverte que se nesta terceira onda as mulheres continuarem dívidas algo na luta falhou.

Angela Davis(2017) afirma que para que o movimento conquiste vitórias efetivas e não caia nos erros e divisões das ondas anteriores é necessário uma conformação multirracial que abranja as necessidades das mulheres pobres e proletárias, que busque a garantia da dignidade humana, da justiça econômica, trabalhistas e que atenda e assegure os direitos reprodutivos e sobre o corpo tão caros a todas as mulheres, há portanto, na argumentação realizada pela pensadora, uma crítica ao movimento feminista branco que ao acusar as mulheres negras de não participação aos chamados e convites do feminismo branco esquecem do fato de não colocarem em pauta as demandas das mulheres que compõem as minorias.

A práxis e a dor cotidiana que atravessam os corpos das mulheres negras e de todos aqueles a que os movimentos liderados por ela tentam redimir são a marca dessas possibilidades de alteração do mundo. A autora, ao pensar o futuro dos feminismos negros e de suas práticas dá ênfase no fato de como o desemprego afeta de forma muito contundente o povo negro, em especial os jovens e as mulheres denunciando as manipulações estatísticas para mascarar as desigualdades existentes que atingem a populações negra no tocante às oportunidades de emprego, denuncia a falta de moradia que coloca muitos afrodescendentes em situação de rua e ainda como essas pessoas se transformam em uma mão de obra tão barata que beira a situação de escravidão, fatos, que segundo a autora não devem ser ignorados pelas intelectuais negras.

Para Davis (2017) é necessário que o movimento negro se mobilize numa luta conjunta contra todas as formas de injustiça e opressão existentes em todo mundo, buscando uma nova ordem na qual os interesses humanos estejam a frente dos interesses do capital. Para tanto, segundo a pensadora, o movimento negro deve levantar a bandeira da união das minorias e com o cruzamento de pautas e apoio mútuo buscar uma nova sociedade na qual a atual lógica econômica e racial seja derrubada.

Sendo assim, entendo que um movimento que participou e participa de tantas lutas, do sufrágio à conquista dos direitos civis, das lutas contra o linchamento até questões trabalhistas. Entendo, portanto, que os feminismos negros são grandes catalisadores de mudanças do paradigma colonial, um motor que nos leva a sair da grande noite.

4.5 - Movimentos Negros no Brasil

Não há como pensar no fim do regime escravocrata brasileiro sem pensar nas lutas, revoltas e ações que culminaram com a abolição. Nada foi dado ao negro nem sua condição humana, nem a de cidadão. No dia seguinte ao 13 de maio o negro seguiu lutando por moradia, trabalho e educação para *sair da grande noite* o negro brasileiro precisou manter-se em movimento, e o fez. No Brasil o movimento negro possui grande relevância histórica nas lutas e antirracistas e na busca pela emancipação do negro na sociedade brasileira. Nilma Lino Gomes (2017) destaca o papel político, pedagógico e criador de saberes dos movimentos negros. Diversos são esses movimentos, assim como são as diversas são as epistemologias por eles seguidas, diversas as demandas reivindicadas e diversos são os saberes produzidos por esses movimentos. Na pesquisa busquei formar uma breve linha do tempo que contemplou alguns momentos históricos e alguns movimentos negros que lutaram e produziram epistemes e avanços na luta antiracista nacional.

No início do século XX já existe no Brasil uma imprensa Negra com periódicos como o *Xanter* que começou a circular em 1916, a *Voz da Raça*, periódico da Frente Negra brasileira e fundado em 1933, o jornal *Quilombo* fundado por Abdias do Nascimento e a *Cruzada cultural* que circulou até a década de 1960, entre diversos outros. Essa imprensa preocupava-se com a condição do negro na sociedade brasileira.

Para a pensadora, o resultado da participação do movimento negro nos debates em que seu envolveu em toda é o surgimento de um ator político que tem como principal papel a criação de uma prática pedagógica própria que tem o poder de reorientar a prática pedagógica tradicional.

> Esse movimento social trouxe discussões sobre o racismo, discriminação racial, desigualdade racial, critica a democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo para o cerne das discussões teóricas epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde, indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social e pedagógico.(Gomes, 2017, pg.17)

A relevância do movimento negro vai além de suas lutas. Além de fazer uma espécie de intercâmbio entre as ideias surgidas na academia e o debate popular, este ator

também é produtor de novos conhecimentos. A importância do movimento negro na mudança do paradigma racial atual está amplamente apoiado no seu poder de criação, já que o que nos interessa é a criação do um novo mundo. O tipo de conhecimento criado pelo movimento negro, pode ser classificado como um saber do Sul, saberes contra-hegemônicos. Para Gomes (2017) esses saberes têm o poder de ampliar os debates, promovendo o surgimento de novas pautas e "reeducar" a sociologia e Antropologia da Educação.

Ainda na década de 30 do século XX surge a Frente Negra Brasileira. Sua articulação teve início na década de 20 mais precisamente no ano de 1928, vindo a ser fundada em São Paulo no ano de 1931. Com o objetivo de reivindicar direitos materiais, históricos e políticos. Fato interessante e incomum à época era sua composição que contemplava homens e mulheres. Em 1933 a Frente Negra brasileira apresentou sua pauta reivindicadora de direitos aos constituintes brasileiros, dentre elas a igualdade de direitos. Um de seus pleitos era a possibilidade de cargos eletivos para que os negros pudessem ser representados. Em 1936 o movimento consegue se tornar um partido, partido que vem a ser diluído com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1937.

A luta por educação atravessou os movimentos de negros desde suas origens até os tempos atuais. A ideia de que a educação poderia ser utilizada como meio de ascensão social e de que ela vinha sendo negada aos negros foi identificada muito cedo por esses movimentos.

A década de 1940 é marcada pelo surgimento do Teatro Experimental do Negro (TEN), mais precisamente em 1943. Concebido por Abdias Nascimento, o TEN como ficou conhecido, buscava dar ao negro posições de destaque dentro do teatro já que este só ocupava papéis estereotipados. Abdias Nascimento (2004) afirmou que através do Teatro Experimental do Negro buscava-se o combate ao racismo, que seria enfrentado através da valorização da cultura negra. O Teatro Experimental do Negro mobilizava operários e pessoas pobres e os colocava em cena, para tanto oferecia cursos de alfabetização, cultura geral e teatro.

Como movimento negro o TEN buscou transformar a realidade das populações negras de seu tempo. Seu alcance ultrapassou o palco e as salas de teatro. Como resultado da ampliação de seu alcance esse movimento negro criou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, assim como a Convenção Nacional do Negro que assim como a Frente Negra Brasileira havia feito na década anterior, apresentou em 1946 proposta aos constituintes para que o crime de racismo fosse considerado crime de lesa-pátria. O TEN chegou a ter

por 4 anos o seu próprio jornal chamado Quilombo, que tinha na educação infantil universal e no acesso dos negros aos mais altos graus de formação uma das suas principais reivindicações.

A ditadura militar foi um período em que os movimentos negros perderam espaço. No entanto, a repressão não foi suficiente não foi suficiente para calar completamente os movimentos negros brasileiros, os movimentos negros passaram por grandes dificuldades em um período que o debate sobre raça foi esvaziado e por esse motivo precisaram passar por rearticulações. Em 1978, surge o Movimento Negro Unificado (MNU). Segundo Petrônio Domingues (2008), o MNU foi capaz de unificar diversos movimentos negros brasileiro numa luta nacional que abraçava também a causa de outros segmentos oprimidos da sociedade.

> No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações "mínimas": desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.(Domingues, 2008, pg.114)

O Movimento Negro único torna-se um grande agente político e questionador da condição do negro naquele dado momento da história. A partir de seus questionamentos o dia a ser celebrado pelos negros não é mais o 13 de maio (dia da assinatura da lei áurea, pela princesa Isabel tida até então como redentora dos negros) mas o dia 20 de novembro em homenagem a Zumbi do Palmares. Através de suas intervenções a denominação Negro passa a ser celebrada como motivo de orgulho. Buscando construir novos futuros o MNU inicia um processo a proposição de agendas pedagógicas que incluíssem o negro no ensino escolar através do investimento na formação de profissionais, do questionamento de conteúdos racistas, assim como a inserção da História da África e da Literatura negra no currículo escolar.

A materialização dessas conquistas dos movimentos negros pode ser visualizada nas conquistas institucionais e legais por eles alcançadas. Podemos citar como exemplo a criação da Associação Brasileira dos pensadores Negros (ABPN), os Núcleos de estudos Afro-brasileiros (NEABS), a criação do Estatuto da igualdade racial- Lei 12.288, a Lei 12.711 que institui a ação afirmativa referente a cotas e a Lei 10.639/03 que institui o

ensino de História e cultura Afro-brasileira. Essa lei, conquista de mobilização dos movimentos negros brasileiros, permitiu uma importante alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB). Essa alteração permite que a cultura e a história afro-brasileira e africana estejam presentes em sala de aula saindo do segundo plano que até então ocupava. Mais do que obrigar o ensino essa alteração faz com que o Estado brasileiro tenha que assumir uma posição em que está obrigado a reestruturar o ensino de forma a corrigir os danos provocados pelo racismo através de ações afirmativas que garantam o cumprimento dessa legislação. Através da Lei10.639/03 não só ensino, mas também a pesquisa no campo étnico-racial conquistou diversos avanços, avanços que permitem a produção de conhecimentos que permitem o crescimento da luta antiracista.

Em contraposição à Necroeducação que mata, inviabiliza e exclui o negro do espaço educacional e do campo do saber, que nega sua potência de vida e capacidade de gerar conhecimento temos os movimentos negros como um Educador da sociedade brasileira tal qual apresentado por Nilma Lino Gomes.

Segundo Gomes (2020), o Movimento Negro funcionou ao longo de sua existência como um verdadeiro pedagogo para a sociedade brasileira. Ao se articular, pesquisar e difundir seus saberes e exigências para uma existência digna. O movimento negro foi capaz de ensinar a sociedade e legisladores as necessidades da população negra, quando a mitologia reinante era a de uma pretensa democracia racial. Sendo assim, o movimento negro forçou o reconhecimento de que as desigualdades nacionais não são frutos apenas de questões de classe, sendo o negro duplamente atravessado por essas violências. A autora ressalta que muitas das conquistas alcançadas não teriam sido possíveis sem a força transformadora e criadora de saberes não tivesse sido acionada por esses homens e mulheres que não se negaram a pesquisar, exercer a práxis e lutar por uma mudança numa sociedade marcada pelo racismo.

Muitas foram as conquistas dos movimentos negros brasileiros, muitas delas demoram o período de um século para serem conquistadas, muitas outras estão distantes de serem alcançadas, o que demonstra a intensa e diuturna caminhada necessária para alcançar o dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para a realização desta pesquisa está ligada à necessidade de buscar um refúgio teórico capaz de explicar o funcionamento do racismo, do colonialismo e suas mutações, tendo como fundo as ações violentas perpetradas pelo Estado e pela sociedade contra os lugares chamados favelas. Além disso, a pesquisa objetivava analisar o impacto da violência nas perspectivas e possibilidades de futuro de jovens e crianças moradores do complexo da Maré.

De tal modo, através de uma lente Bio-Necropolítica, tentamos demonstrar como os atravessamentos que o racismo, o colonialismo e o desejo de apartheid atuam de forma a perpetuar a desumanização do corpo negro através do apagamento, da morte dos conhecimentos, da negação da vida e da naturalização e institucionalização da morte.

Durante o período em que essa pesquisa foi realizada muitas dificuldades foram encontradas, principalmente o afastamento forçado do campo causada pela pandemia causada pelo vírus Sars- coV-2, até a perda de vínculo escolar causados pela falta de políticas públicas que garantissem o acesso remoto de alunos e responsáveis à escola. De todo modo, a pesquisa, prosseguiu embora tenha se transformado, num movimento mais interno, como uma raiz que busca se enterrar mais para alcançar os nutrientes necessários para o seu crescimento.

Através da experiencia diária em sala de aula, seja através das demandas verticalizadas das redes de ensino, seja pelas experiências de “invasão” ou “operação, termos utilizados por moradores e forças de segurança respectivamente, percebi como a colonialidade opera incessantemente para que esses corpos não possam alcançar qualquer tipo de emancipação. Ao mesmo tempo pude aprender e até mesmo ser capaz de enxergar que existe uma ação, uma atividade, uma força que resiste e luta para alcançar a mudança.

A fim de que fosse possível entender os mecanismos que operam para eternizar as relações coloniais que transformam o complexo da Maré, assim como as demais favelas do Rio de Janeiro e do Brasil numa espécie de cidade para o colonizado, no sentido dado por Fanon em “Os condenados da terra”, foi necessário buscar e demonstrar as origens desse lugar e sua respectiva relação com os movimentos efetuados por governos e elites econômicas no momento de seu surgimento.

Em primeiro lugar foi necessário demonstrar através do conceito de devir negro, tal como arrazoado por Mbembe, que o atual estágio do capitalismo (neoliberalismo), acaba por produzir cada vez mais sujeitos racializados, cada vez mais rapidamente

dispensáveis para a economia e que desta forma passam a experimentar as violências antes somente impostas ao Negro. Além disso, buscamos teorizar o simultâneo abandono/presença estatal nesses lugares através de referenciais como Biopolítica e Necropolítica.

Através da discussão entre as noções de colonialidade apresentamos o caráter predador da modernidade que veio a inventar o negro e o branco a América e a Europa e por meio desse regime marcado pela diferença racial e pela inimizade verteu o sangue do Negro para se construir como centro do mundo.

Procuramos demonstrar como através das diversas ficções raciais opera uma maquinaria pronta a subalternizar o negro e a impossibilitar sua liberdade. Além disso pontuamos como o próprio Estado brasileiro promoveu (e promove) políticas raciais antinegro como o branqueamento, a importação de europeus para branquear a população e para substituir a mão de obra escravizada, a promoção do mito da democracia racial e a violência policial.

A ausência de um debate entre o governo federal, através do Ministério da Educação, governo estadual, responsável pelas forças de segurança e municipal detentor da rede de ensino, que leve em conta a situação de violência e ausência de infraestrutura denúncia o grau de matabililidade que essas populações estão submetidas. Nesse sentido, o Mapa da Violência 2021 e Anuário Brasileiro de Segurança Pública fornecem a dimensão da tragédia humanitária vivida por esses jovens. A ausência de debate, legislação e políticas voltadas para a proteção da vida levando em conta os espaços escolares e o impacto da violência no aprendizado funcionam como uma barreira para que, os sujeitos desta pesquisa possam vislumbrar transformações em suas trajetórias de vida que seriam possíveis através do acesso à educação.

O Estado transformado em Máquina de Guerra, no sentido adorado por Mbembe (2018) é o principal pesadelo e assassino dessa juventude. Emergência e exceção são as diretrizes que norteiam a ação do estão contra esses “outros” contra os tidos como inimigos.

Consideramos ainda, neste sentido, que essa seria uma agenda governamental mínima já que uma mudança real só poderia ocorrer com uma mudança completa dos currículos e das só possível de ser alcance de um sério debate por uma pedagogia descolonizadora e antirracista.

De outro modo, são demonstrados os apagamentos e espistemícidio presentes na educação básica e como esses afetam o desenvolvimento educacional dos alunos negros,

e como a falta de investimento em infraestrutura, o não oferecimento de uma educação antirracista e a não valorização dos saberes produzidos e trazidos por essas crianças acabam por afastar e excluir esses alunos da escola.

Entendemos que esse trabalho não é um trabalho terminado. Para tanto há uma necessidade de aprofundamento maior quanto aos atravessamentos da violência, o racismo e o papel do Estado que poderão ser contemplados em projetos vindouros.

Isto posto, procuramos trazer os caminhos e concepções que demonstram os limites e as possibilidades para o fim do mundo como conhecemos e o início de um novo tempo no qual a Europa e o colonialismo serão lembrados apenas como uma grande noite. Se por um lado o afro pessimismo denuncia a oposição entre o Negro e a humanidade, expondo a quão árdua é a luta, nos deixando cientes da extensão de nossa batalha, por outros temos as diferentes frentes de batalha (o afropessimismo é uma delas) nas quais o negro impõe sua existência.

Destacamos que dentro da favela da Maré a esperança de novos dias não se deixa abater as pessoas que ali estão lutam por sua sobrevivência e pela existência dos seus através das escolas, movimentos religiosos, sociais, associações de moradores, da dança, da arte, da pesquisa e da sua luta diária por melhores condições de vida. Essa luta e esperança pode ser sentida em nos pais e responsáveis que buscam na escola um futuro melhor para seu filho, que enfrenta cada dia para melhorar um pouco mais.

A criança da Maré está cercada por uma sociedade que não a deseja por todos os lados. A sua frente corre o esgoto a céu aberto, atrás está um posto de saúde que não dá conta de atender pessoas fragilizadas por doenças do século XIX e pela alimentação inadequada, de um lado está o comércio varejista de drogas que recrutou os jovens que o Estado tratou de esquecer. A criança está indo para a escola, está a caminho do projeto social, da igreja, do campinho de futebol. Ela passa por uma barraquinha compra um biscoito, tem um rádio ligado ela ri com seus colegas e dança e do outro...do outro de repente, lá vem a polícia, lá vem o caveirão, um estalo, uma fagulha e o mundo desmorona, o cenário poderia ser em Bagdá, no Afeganistão, mas é no Brasil e o Estado se mexe novamente, como se movia em direção a um quilombo, como a letra do funk diz “é tipo Colômbia”, tem helicóptero, tem veículo blindado, começou a operação. Entre todas essas máquinas de guerra a criança tenta crescer e viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida**.** ***"A favela está fazendo 100 anos (sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade)".*** V Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 1993.

_____ . *"****Reconstruindo uma História Esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio".*** In Espaço & Debates. São Paulo, ano XIV, nº 37,1994, p. 34-46

AGAMBEN, Giorgio. ***Estado de Exceção***, São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. ***Homo Sacer*****: o poder soberano e a vida nua I.** Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. ***O que é racismo estrutural?*** B. Horizonte: Letramento, 2018.

ARENDT, Hannah. ***Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal.*** 28ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2021

BONNEMAISON, J. ***Viagem em torno do território***. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). ***Geografia cultural: um século*** (3). Rio de Janeiro: Editora

CESAIRE, Aimé. ***Discurso sobre o Colonialismo*** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

COSTA, Aline Pereira da; Martins, Carlos Henrique dos Santos; Silva, Heloise da Costa **Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, vol. 25, 2020 ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

DAVIS, Angela**.** ***Mulheres, Cultura e Política*****.** São Paulo: Boitempo, 2017

DELEUZE, G e GUATTARI, F. ***Mil Platôs***. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora34, 1997. v.1.

DOMINGUES, P. ***O Ideal do Branqueamento. (In) Uma História Não Contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição***. São Paulo: Senac, 2003.

_____. ***A insurgência de ébano. A história da Frente Negra Brasileira (1931-1937),*** São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2005.

FANON, Franz. ***Os condenados da terra***. J. fora: Editora: UFJF, MG, 2015.

_____. ***Pele Negra, máscaras brancas***: Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

FOUCAUT, M. ***Em defesa da sociedade e*.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

_____. ***História da sexualidade*: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2014.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. ***Introdução crítica à sociologia***. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. ***Racismo e anti-racismo no Brasil*.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999.

HOOKS, Bell. ***Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade***. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. ***Memórias de plantação*** – Episódios de racismo cotidiano / Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira. – 1ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência.** In.: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf, ACESSO EM 18.10.2020

LIMA, Fátima. ***Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe***. Rio de Janeiro, RJ: Arquivos Brasileiros de psicologia, p. 70, 2018.

Maldonado-Torres, Nelson. 2007. "***Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto"***. En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.pp. 127-167.Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editore

MBEMBE, A. ***Crítica da razão negra*.** São Paulo, SP: n-1 edições, 2018.

_____. ***Necropolítica.*** São Paulo, SP: n-1 edições,2018. b.

_____. ***Sair da grande noite.*** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

_____. ***Políticas da inimizade*.:** São Paulo, SP: n-1 edições, 2020.

_____. ***Brutalismo*:** São Paulo, SP: n-1 edições, 2021.

MIGNOLO, W. (2005). ***A colonialidade de cabo a rabo: O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade***. In E. Lander (Org). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais.

MOORE, C. ***Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo***, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. ***Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.*** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. ***Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.*** Palestra proferida no 3o Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

NASCIMENTO, Abdias. ***O genocídio do Negro Brasileiro*****: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2017.

_____. ***Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões.*** In.: Estudos Avançados. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, pp. 209-224. Teatro Experimental do Negro. In.: Enciclopédia Itaú Cultural.

OSORIO, Jaime. ***O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder***. São Paulo: Expressão popular, 2019.

QUIJANO, A. (2005). ***Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina***. In E. Lander (Org.), ***A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*** (J. C. C. B. Silva, trad., pp. 118-142). Buenos Aires: Clacso.

ROCHA, D. G. ***Imprensa e favelas, representações e políticas. Revista Observatório***, v. 4, n. 2, p. 712-732, 1 abr. 2018.

ROCHA, Oswaldo Porto. ***A era das demolições: a cidade do Rio de Janeiro1870 -1920.:*** Rio de Janeiro, RJ: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

SANTOS, B. S. ***Para além do pensamento abissal*****: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. ***A Cruel Pedagogia do Vírus***. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2020

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. ***História do morro do Timbau***. Rio de Janeiro: UFF, 1983.

SANTOS, Milton. ***Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal***. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. ***O retorno do território***. En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. ***O Espetáculo das Raças; Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil (1870-1930)***. 6º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Claudia. ***Maré: a invenção de um bairro.*** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais – PPHPBC/Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. – CPDOC, 2006.

TUAN, Y. ***Espaço e lugar: a perspectiva da experiência***. São Paulo: Difel, 1983

VARELLA, Dráuzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. ***Maré: vida na favela***. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. 128p. il. ISBN 8587220578

VAZ, Lílian Fessler (coord.). ***História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré***. UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. ***Histórico da Maré***. Rio de Janeiro, CEASM, 1998.

WILDERSON III, Frank B. ***Afropessimismo.*** Todavia, São Paulo, 2021.

www.cedae.com.br/tratamento_esgoto/tipo/historia-do-tratamento-de-esgoto, acessado em 08.10.2021.

www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-negra-brasileira/ acesso em 09.10 2021.

www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/imprensa-negra-e-destaque-no-site-do-arquivo-publico/ acesso em 09.10.2021.